Frutas
Exportadora de manga Agrodan, de Paulo Dantas, investe para ampliar distribuição no Brasil B8

Conjuntura
O 1º trimestre trouxe boas notícias sobre a economia, mas podem não durar, diz o Boletim Macro do FGV Ibre A7

Publicidade
Brasil ganhou 1 Grand Prix e 4 Leões de Ouro, como o da campanha da Consul (foto), no 3º dia do Cannes Lions B6

Quinta-feira, 20 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6026 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Em decisão unânime, BC mantém Selic em 10,5%, mesmo após críticas de Lula

Política monetária Com voto dos quatro indicados pelo presidente, que havia atacado Campos Neto e o nível da taxa, Copom interrompe ciclo de queda do juro

Gabriel Shinohara, Alex Ribeiro, Victor Rezende, Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Matheus Prado
De Brasília e São Paulo

Depois de cortar os juros por sete reuniões seguidas, o Comitê de Política Monetária (Copom) interrompeu ontem o ciclo de queda da Selic, mantendo a taxa em 10,5% ao ano. A decisão do colegiado foi unânime, apesar das fortes críticas feitas na véspera pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e ao nível dos juros.

Os quatro diretores indicados por Lula votaram pela manutenção da Selic, incluindo Gabriel Galípolo, da diretoria de Política Monetária, tido como favorito para substituir Campos Neto na presidência do BC a partir de janeiro de 2025. Na reunião de maio, o Copom havia reduzido a Selic em 0,25 ponto, por 5 votos a 4 — os quatro membros do comitê escolhidos por Lula votaram então por um corte de 0,5 ponto.

Na nota divulgada após o encontro de ontem, o Copom justifica a interrupção do ciclo de queda de juros "destacando que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas demandam maior cautela". O comitê não assumiu compromissos explícitos para a Selic nas próximas reuniões e ressaltou que se manterá vigilante e que "eventuais ajustes futuros" devem ser ditados "pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta".

O comunicado praticamente elimina as chances de cortes de juros pelo menos até o começo de 2025, a menos que o cenário inflacionário melhore até lá. De um lado, o documento reafirma que "a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas". De outro, deu uma indicação do que, hoje, seria esse tempo suficiente para domar as expectativas e cumprir a meta de inflação, ao publicar uma projeção alternativa para a variação do IPCA. Essa previsão diz que, se o juro ficar estável em 10,5% ao ano "ao longo do horizonte relevante", a projeção de inflação para 2025 fica em 3,1%, próximo da meta perseguida pelo BC, de 3%.

Ao tratar das contas públicas, o Copom diz que "o comitê monitora com atenção como os desenvolvimentos recentes da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros". **Páginas C1 a C3**

Câmbio vive dia de tensão com pré-Copom

Arthur Cagliari
De São Paulo

O câmbio viveu forte tensão pré-decisão do Copom, divulgada ontem no início da noite. Ao longo das negociações, o dólar aproximou-se de R$ 5,50. Mas, perto do encerramento do pregão, relatos de que o Planalto já esperava por uma decisão unânime do Banco Central sobre o fim do ciclo de queda da Selic trouxeram alívio. Mesmo assim, a moeda fechou em alta, de 0,15%, a R$ 5,4417, maior valor da divisa desde 4 janeiro de 2023. No acumulado de 2024, o real se tornou a moeda com pior desempenho, com o dólar em alta de 12,14% frente à divisa brasileira, entre as 33 mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**. Para Marco Antonio Caruso, do PicPay, a decisão unânime do Copom melhora a percepção de risco, mas o foco é a questão fiscal. **Página C2**

Minoritários da Americanas acionam a SEC

Adriana Mattos
De São Paulo

Advogados de acionistas minoritários da Americanas notificaram a SEC (regulador do mercado de capitais americano) e o Departamento de Justiça dos EUA sobre evidências de fraude na empresa. Os investidores pedem que seja aberta investigação para reparação de prejuízos e indenização aos acionistas e informaram à SEC que há 70 fundos americanos impactados pela crise na companhia — que teriam investido baseados em informações fictícias. Procurada, a Americanas afirmou que desconhece qualquer pedido de investigação sobre fraude. **Página B4**

Magda: 'gestão alinhada com visão de Lula'

Kariny Leal, Fábio Couto e Camila Zarur
Do Rio

Ao tomar posse como presidente da Petrobras, Magda Chambriard disse que sua gestão "está totalmente alinhada com a visão do nosso presidente Lula e do governo federal, afinal, eles são os nossos acionistas majoritários". Presente na posse, Lula defendeu respeito às regras de governança e afirmou que quanto mais lucro a empresa tiver, mais imposto pagará. Chambriard substituiu Jean Paul Prates, que foi demitido pelo presidente por divergência sobre os rumos da estatal. **Página A11**

Indicadores

Ibovespa	19/jun/24	0,53 % R$ 14,2 bi
Selic (meta)	19/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	19/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	19/jun/24	5,4641/5,4647
Dólar comercial (mercado)	19/jun/24	5,4411/5,4417
Dólar turismo (mercado)	19/jun/24	5,4793/5,6593
Euro comercial (BC)	19/jun/24	5,8723/5,8751
Euro comercial (mercado)	19/jun/24	5,8461/5,8467
Euro turismo (mercado)	19/jun/24	5,9150/6,0950

Reforma limita receita via corte de renúncia

Marta Watanabe
De São Paulo

Pelo menos R$ 137,1 bilhões (26,4%) dos R$ 519,8 bilhões em gastos tributários de 2023 que deixaram o presidente Lula "mal impressionado" não podem ser cortados para gerar receita adicional nos próximos anos, porque estão comprometidos com a reforma tributária do IVA, calcula Bráulio Borges, da LCA e do FGV Ibre. Esses 26,4% são a renúncia com tributos federais que serão eliminados na reforma, como PIS/Cofins e a maior parte da incidência de IPI.

A reforma, que criou o IVA, eliminará essa parte da renúncia à medida que o período de transição avançar. Mas isso não vai gerar aumento de arrecadação porque já está comprometida para ampliar a base e viabilizar a alíquota de referência proposta para o IVA. Pela reforma, a receita com os novos tributos que serão criados não pode ultrapassar os que serão eliminados como proporção do PIB. **Página A18**

Ônibus com bateria de nióbio está a caminho

Stella Fontes
De Araxá (MG)

A CBMM, fabricante de produtos de nióbio controlada pela família Moreira Salles, e a Volkswagen Caminhões e Ônibus apresentaram ontem o protótipo do e-Bus, primeiro ônibus elétrico do mundo equipado com bateria de íons de lítio com nióbio, desenvolvida pela companhia brasileira em parceria com as japonesas Toshiba Corporation e Sojitz Corporation.

A vantagem do uso do óxido de nióbio em baterias (no polo negativo, ou ânodo) é o carregamento ultrarrápido, de 10 minutos para veículos leves e 15 minutos para pesados, sem risco de superaquecimento e explosão. A bateria à base de lítio deve estar disponível no mercado em 2025. "A evolução desses materiais garante competitividade e qualidade às baterias", disse Ricardo Lima, presidente da CBMM. **Página B3**

Ampliando o 'networking'

GABRIEL REIS/VALOR

Encontros promovidos para gerar networking são um ambiente propício para conhecer pessoas e empresas que podem servir de exemplo ou gerar novos negócios e parcerias, diz Denise Santos, da Beneficência Portuguesa, à repórter Adriana Fonseca. Pág. B2

Destaques

STF e reforma da Previdência
A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou para derrubar quatro pontos da reforma da Previdência de 2019 referentes a servidores públicos. A revisão integral da reforma é um dos maiores riscos fiscais judiciais estimados pela União no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025. **E1**

Pacto entre Rússia e Coreia do Norte
Rússia e Coreia do Norte firmaram um pacto de defesa mútua, abrindo o caminho para elevar o laço entre os países ao nível de uma aliança militar ampla. Os líderes russo, Vladimir Putin, e norte-coreano, Kim Jong-un, assinaram acordo de "parceria estratégica" que pode levar um país ao compromisso de defender militarmente o outro. **A15**

Paris em 3D

FABIO ROCHA/TV GLOBO

Uma Paris recriada em 3D servirá de base para a transmissão dos Jogos Olímpicos na Globo. "A Olimpíada é um momento de encontro", diz Joana Thimoteo, diretora de transmissões esportivas e gestão de elenco. Pág. B6

O Brasil pode alvejar mais os sonegadores

Assis Moreira

Em pesquisa realizada com 20 mil adultos na América Latina e no Caribe em 2023, 58% dos entrevistados disseram que não pagar impostos era justificável — um salto em comparação com os 45% em 2011. Ao mencionar esse resultado, o secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Mathias Cormann, concluiu que a evasão fiscal "permanece uma grande prioridade" para os latinos.

A pesquisa da Latinobarômetro, sediada em Santiago do Chile, mostra que o número de entrevistados no Brasil que considerou que sonegar é justificável aumentou de 40% para cerca de 50% no mesmo período. O Brasil é sem surpresa o país com a maior carga de impostos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) na região, de 33,3% em 2022, comparado a 21,5% na média regional e quase no nível da OCDE (34%).

Um "gap" de imposto de renda na América Latina, a diferença do que deveria ser pago se todas as leis fossem cumpridas, é enorme em bom número de países, daí a média de carga tributária de 21,5% do PIB na região. Para alguns especialistas, quem acaba pagando o valor devido é o assalariado, sendo cobrado na fonte. E muitos dos que driblam o pagamento de impostos são os que mais querem bons serviços por parte do Estado.

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) estimou há alguns anos que a evasão fiscal na região alcançava mais de US$ 300 bilhões por ano. De seu lado, o Fórum Global para Transparência e Troca de Informações Tributárias, criado na OCDE, busca implementar padrões para evitar que as normas referentes a tributos, como impostos, contribuições, taxas, sejam descumpridas ou que pessoas e empresas se beneficiem de "brechas" para cometer atos ilícitos.

Com 171 países-membros, o Fórum Global é assim o principal organismo multilateral encarregado de garantir que os países apliquem de forma eficaz, por exemplo, o padrão de intercâmbio de informação a pedido (EOIR, na sigla em inglês) e o padrão de intercambio automático de informação de contas financeiras (AEOI). Os países latino-americanos deram um passo importante em 2018 com a Declaração de Punta del Este, uma iniciativa para trocar informações tributárias tendo como grande preocupação a corrupção e lavagem de dinheiro.

O relatório Transparência Fiscal na América Latina 2024, que o Fórum Global acaba de publicar, faz um balanço desse exercício — e fica clara a timidez do Brasil no uso desses mecanismos que permitem obter arrecadação adicional.

Em conversa com a coluna, Zayda Manatta, chefe do secretariado do Fórum Global, em Paris, observa que desde 2009 a América Latina já identificou quase € 30 bilhões (cerca de R$ 175 bilhões) de ingressos adicionais através do intercâmbio de informação a pedido, em investigações fiscais extraterritoriais.

Mas os países na América Latina têm estratégia proativa diferente. O campeão de solicitação de informações fiscais no exterior é a Argentina, com mais de 50% do total da região. Durante 2019-2023, a Argentina aumentou suas solicitações em 228%, a Colômbia, em 168%, e o Peru, em impressionantes 2.040%.

Já o Brasil não faz uso amplo desse instrumento; seu número de pedidos não é significativo. Enquanto isso, o Fórum Global menciona "ganhos extraordinários" de € 3 bilhões (R$ 17,5 bilhões) obtidos por alguns países da América Latina com informações obtidas em 2017-2018, se beneficiando de "circunstancias excepcionais" na cena tributária internacional.

Com relação à troca de informação fiscal automática, em 2023 os países latino-americanos receberam informações relativas a 3.763.441 contas bancárias equivalentes a € 375 bilhões (R$ 2,18 trilhões) em ativos financeiros. O mecanismo permitiu a esses países identificar ingressos adicionais acumulados de € 23,1 bilhões (R$ 134 bilhões), incluindo nesse montante os programas de declaração voluntária de quem tinha dinheiro no exterior. Um dos programas bem-sucedidos de declaração voluntária foi o do Brasil.

Para Zayda Manatta, o Brasil recebe dados de brasileiros com contas no exterior de forma automática, mas tem espaço para usar muito mais esse mecanismo. De forma geral, é preciso sua aplicação efetiva. O fato de o contribuinte saber que a informação sobre suas contas é dada ao Fisco o estimula a declarar os impostos. Mas, se percebe que a autoridade fiscal não faz uso dessas informações, continuará sonegando.

O Brasil assumirá a presidência da Declaração de Punta del Este no ano que vem. Terá chance de mostrar se isso se reverte em ganhos de arrecadação.

Taxação de país rico

Tributos em % do PIB na AL e Caribe

País	%
OCDE	34
Brasil	**33,3**
Barbados	30,5
Argentina	29,6
Jamaica	29,3
Nicarágua	27,8
Uruguai	26,6
Costa Rica	25,5
Chile	23,9
Bolívia	23,7
Trinidad e Tobago	23,7
El Salvador	22,9
Belize	22,1
ALC*	21,5
Honduras	21,4
Equador	20,9
Colômbia	19,7
Bahamas	19,6
Peru	19,2
Antígua e Barbuda	19,1
Santa Lúcia	18,4
Cuba	18,3
México	16,9
Paraguai	14,7
Guatemala	14,4
República Dominicana	13,9
Panamá	13,1
Guiana	10,6

Fonte: OCDE, 2022. * América Latina e Caribe – média

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

Plano nasceu com nomeação 'surpresa' de FHC. Por **Carlos Alberto Sardenberg**, para o **Valor**, de São Paulo

O Real improvável

Luiz Felipe Lampreia, então secretário-executivo do Itamaraty, telefona para Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Relações Exteriores, e informa: "Estou aqui com o 'Diário Oficial'. Diz que você é ministro da Fazenda, e eu, das Relações Exteriores".

Nascia assim o Plano Real, embora, na ocasião ninguém imaginasse isso, nem mesmo os seus autores.

E você, leitor, vai entender tudo quando ouvir os episódios deste podcast, Plano Real - Histórias Não Contadas.

Acompanhei de perto esse momento inicial, até engraçado. Estávamos na noite de 19 de agosto de 1993 e eu era diretor de jornalismo da TV Bandeirantes.

Conhecia bem FHC. Havia trabalhado com ele, escrevendo alguns textos, quando ele era senador, lá em 1983. Conheci Lampreia nessa mesma época. Eu era coordenador de Comunicação do Ministério do Planejamento, e ele, secretário de Relações Internacionais.

Sabendo que o presidente Itamar Franco, à revelia, nomeara FHC para a Fazenda, telefonei para Lampreia. Confirmou e contou que o novo ministro estava jantando em Nova York, na residência oficial do embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Sardenberg (Sim, parente).

Liguei para lá, falei com o primo, insisti, FHC veio ao telefone. Não deu qualquer detalhe nem declarações. Disse que só faria isso na volta ao Brasil. Na verdade, não tinha o que dizer naquele momento.

Mas sabia muito do que precisaria fazer. Começamos a entender o que poderia vir pela frente com a primeira escolha de FHC. Já na manhã do dia 20, alcançou Edmar Bacha, que acabara de dar uma aula na PUC-Rio.

Isso queria dizer muita coisa. Bacha era o principal economista do PSDB, com muito trânsito político. Havia sido um dos principais nomes dos chamados "economistas de oposição", que criticavam a política econômica da ditadura.

Nas condições mais adversas, sem ser economista, FHC reuniu a nata do time que por anos estudou hiperinflação

Sobretudo, pertencia à PUC-Rio, onde se juntavam as cabeças que estudavam um caso tão difícil na teoria quando na prática: como entender e debelar a hiperinflação brasileira.

Mais ainda: Bacha havia integrado a equipe do fracassado Plano Cruzado, de 1986, e, como vários outros colegas, sentia-se em dívida com o país.

Vem coisa aí, foi a sensação entre jornalistas e nos meios econômicos. Ao mesmo tempo, todo mundo sabia que seria muito difícil.

O convite-convocação a Bacha dizia tudo. No telefone, FHC lhe disse: "Me puseram nessa encrenca e você vem comigo".

Expectativas baixas. FHC era o quarto ministro da Fazenda de um presidente Itamar enfraquecido no Congresso e na sociedade. A hiperinflação disparava. E faltavam menos de dois anos para o fim do governo.

Entre os jornalistas, um grupo amplo achava que só tinha uma saída para o momento: outro congelamento de preços e salários. Aliás, o próprio Itamar esperava algo assim.

Eu havia participado da equipe do Plano Cruzado, na parte de comunicação, conhecia bem os economistas e sabia que congelamento estava inteiramente fora de cogitação.

Então, o quê?

Empurrar com a barriga, dar uma ajeitada nas contas públicas e cair fora?

Aqui entra a extraordinária liderança de FHC. Nas condições mais adversas, não sendo ele um economista, conseguiu reunir a nata do time que se dedicara anos a estudar hiperinflação. Mais: convenceu-os que era possível fazer o que seria o Plano Real.

Na verdade, como se acompanha neste podcast, FHC teve de convencer sua turma várias vezes. Houve momentos em que os economistas achavam que estava tudo perdido — como quando Itamar, sem falar com FHC, demitiu o presidente do Banco Central, Paulo Ximenes.

Agora, acabou, pensou a equipe da Fazenda. Mas, como se conta no podcast, FHC foi a Itamar e de lá — "milagre", diz Bacha — saiu com Pedro Malan presidente do BC e, sobretudo, saiu como dono absoluto da política econômica.

A equipe sentiu algo assim: agora tem que fazer.

Mas havia ainda outras resistências, no Congresso, por exemplo, que o "senador" Bacha enfrentou, e muito ceticismo na sociedade, inclusive entre jornalistas.

Perguntei a Bacha se ele tinha uma crítica, a nós, jornalistas, por esse ceticismo, expresso mesmo quando o novo real estava em circulação, com a população orgulhosa das notas estalando.

"Mas ninguém acreditava", respondeu, aliviando a barra.

Ainda bem que FHC e seus pais do Real acreditaram.

Carlos Alberto Sardenberg é colunista de "O Globo" e âncora da Rádio CBN. Este é o primeiro de uma série de seis textos sobre os podcasts apresentados pelo autor na CBN sobre os bastidores do Real

Podcast da CBN resgata bastidores do plano

Laura Capelhuchnik
Da CBN, para o **Valor**

A inesperada nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério Fazenda, em maio de 1993, é o ponto de partida do podcast "Plano Real – Histórias não contadas", que estreia nesta quinta-feira (20) no site da CBN e nas principais plataformas de áudio.

Então à frente do Ministério de Relações Exteriores, o ex-presidente foi pego de surpresa com a mudança de posto, assim como economistas, jornalistas e outros profissionais que acompanhavam de perto o enfrentamento à fase mais aguda da hiperinflação no Brasil. A nomeação inusitada foi catalisadora do maior plano de estabilização econômica da história do país.

É o que conta o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, que revisita, em seis episódios, os bastidores do Plano Real, da elaboração à consolidação da moeda, em conversas informais com alguns de seus idealizadores: os economistas Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan, Persio Arida e Gustavo Loyola.

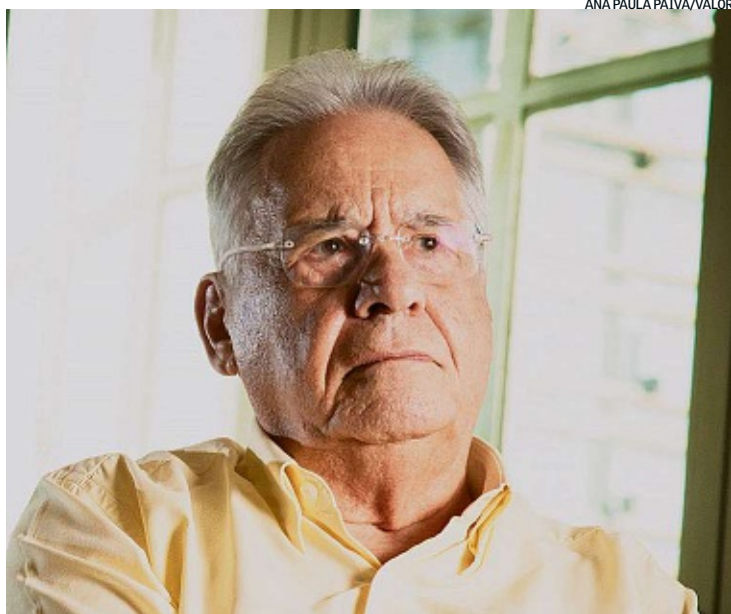
A execução do plano de ajuste fiscal que antecedeu a troca da moeda diferencia o Real dos demais projetos de estabilização. Cada etapa foi comunicada com cautela e antecedência, como lembra Edmar Bacha no podcast. Alguma ousadia e abertura à experimentação houve nessa aventura, contudo, especialmente na fase inicial. O momento político era agitado, com sucessivas trocas no comando da Fazenda e doses de improvisação.

"A primeira equipe econômica de Fernando Henrique era um exército de Brancaleone. Éramos eu, Winston Fritsch e Gustavo Franco, então muito jovenzinho", conta Bacha, em referência à comédia italiana sobre as trapalhadas do grupo que se junta de improviso para conquistar um feudo na Europa medieval.

Ousadia, experimentação e certa insistência. O plano começou a ser formulado no início dos anos 1980, pelos economistas André Lara Resende e Persio Arida, e nessa época já enfrentava rejeição. "Causou uma enorme discussão. 'É mágica, é loucura, não vai funcionar, você está com a inflação alta e ainda se cria uma outra moeda?' A ideia é muito estranha, não é?", relembra Persio Arida no podcast.

Parte das ideias da proposta Larida (Lara Resende-Arida) foi aplicada pela primeira vez no fracassado Plano Cruzado. Redesenhada, ganhou no Real uma segunda chance. Sardenberg acompanhou tudo isso com muita proximidade: fez parte do Ministério do Planejamento no governo Sarney; viu de dentro o sonho e a ruína da primeira grande tentativa de reforma monetária na redemocratização.

De dentro, portanto, é que o jornalista puxa o fio de grandes e pequenas histórias do Real. Das negociações da equipe com o Congresso para viabilizar o Plano à saga pessoal do economista Gustavo Franco para encontrar a foto da garoupa que estampa a nota de R$ 100. Como figura central no noticiário econômico, ora narrador, ora participante, Sardenberg também participa de seu podcast como entrevistado — compartilha comigo, jornalista nascida depois da URV, suas memórias sobre as transformações destes 30 anos de Real.

O podcast é publicado às quintas-feiras, no site da CBN e nas principais plataformas de áudio. Tem apresentação de Carlos Alberto Sardenberg; produção, assistência de roteiro e edição de Laura Capelhuchnik; assistência de produção de Isabella Oliveira e Gabriel Freitas e trabalhos técnicos de Juliano Fonseca e Marco Aurélio Cardoso. Os episódios podem ser ouvidos no site da CBN e no Spotify.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

FHC: nomeação inusitada foi catalisadora do plano que debelou a inflação

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

3R B4
Absolute C6
Adobe C2
Agrodan B8
AlmapBBDO B6
Amazonas Energia A3
Âmbar Energia A3
American Airlines B3
ASA Asset C3
B2B Match B2
Bombardier B3
BP B2
Caixa A4
CBMM B3
Cessna B3
Citation Latitude B3
Citi B1
Citigroup C2
Clube dos 50 B2
Coca-Cola B6
Consul B6
Coperuscar B8
CSN B4
Cury B3
Edward Jones C2
Eletrobras A3
Embraer B3
Enauta B4
Eneva B4
Espaçolaser B2
Evolua Etanol B8
Experience Club B2
Fadelito Rede de Educação
Infantil B2
Future is Now B2
Globo B6
Google B5
Grendene B4
Intel C2
Itaú Unibanco C4
J&F A3
JGP C6
LCA A18
Le Cordon Bleu B2
Lew'Lara B6
Lide Futuro B2
MCM Consultores C3
Mercado Livre B6
Micron B5
Microsoft B6, C6
Miolo B8
Mitre B1
Motorola B5
Mulheres Inspiradoras B2
Neogrid B2
NetJets B3
Newmark B3
Novelis B2
Nvidia C2
OpenAI B5
Pague Menos B6
Palantir B5
Parfin C6
Parfums Christian Dior B2
Petrobras A18
Picpay C2
Place B1
Salesforce C2
Santander C2, C6
Sequoia Capital B5
Sierra Nevada
Corporation B3
Snowflake C2
Sojitz B3
SPX Capital C6
Strider Technologies B5
SulAmérica Vida,
Previdência e
Investimentos C6
TBWA B6
Ternium B4
Tesla B5
Tirolez B2
Toshiba B3
Trenchcoat Advisors B5
Trisul B1
Usiminas B4
Vibra B8
Vinx B1
Vitacon B1
VM9 B6
VML B6
Volkswagen B6
Volkswagen Caminhões e
Ônibus B3
Whirlpool B6
WPP B6
X B6
xAI B5
YouTube B6

Energia MP de ajuda à Amazonas Energia gerou constrangimento no governo por beneficiar indiretamente braço do grupo J&F

Socorro a distribuidora do AM é ‘mera coincidência’, diz ministro

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), classificou de “mera coincidência” a publicação na última quinta-feira, da medida provisória de socorro da distribuidora Amazonas Energia dois dias depois do anúncio da venda de 12 usinas termelétricas da Eletrobras para a Âmbar Energia, braço de energia do grupo J&F. A declaração veio em resposta a questionamento de deputados nesta quarta-feira (19), em audiência pública na Câmara.

Silveira afirmou que a aquisição das usinas, com a maior parte instalada no Amazonas, não passou pelo ministério. A publicação da MP gerou constrangimento ao governo por ter tornado o negócio, na prática, mais atrativo para o conglomerado do ramo de alimentos, com atuação também nos setores de mineração, celulose, logística, mineração, entre outros, além de energia. A Amazonas Energia comprava a energia dessas usinas adquiridas pela Âmbar Energia e acumula inadimplência bilionária.

LEO PINHEIRO/VALOR

Alexandre Silveira: situação da Amazonas Energia se agravou este mês ao começar a suspender o pagamento de pessoal

“Para provar com facilidade que foi uma mera coincidência, o envio dela para Casa Civil já tinha acontecido há algum tempo”, reforçou Silveira, ao ser questionado pelo deputado federal Ícaro de Valmir (PL-SE).

O parlamentar avisou que já havia coletado 20 assinaturas para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e investigar as decisões do governo relacionadas à recuperação da Amazonas Energia.

Procurada para comentar o caso, a Âmbar Energia não respondeu ao pedido de posicionamento até a conclusão desta edição.

O ministro ressaltou que trata-se de uma “transação exclusivamente privada” e que as medidas regulatórias vinham sendo tomadas “há mais de seis meses”. Segundo ele, os ofícios de alertas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a produção de relatório do grupo de trabalho criado pelo ministério já indicavam a necessidade de editar a MP 1.232/24 antes da negociação com a Eletrobras vir a público.

O texto da MP da Amazonas Energia prevê a flexibilização de regras para pagamento de despesas com térmicas por meio do remanejamento de valores de fundos setoriais. O ministro explicou que serão usados recursos da Conta de Energia de Reserva (Coner), sem aumentar as despesas com térmicas da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Silveira garantiu que a MP 1.232/24 “não aumenta em nenhum centavo a conta de energia do povo”, mas contou que haverá um repasse diferenciado de custo para quem tem a energia fornecida pelas distribuidoras (mercado regulado) e aqueles que escolhem o supridor (mercado livre), formado por grandes consumidores.

“Ela simplesmente tira [a despesa] da CCC e vai jogar para Coner, que é paga pelo sistema nacional, dividida entre o consumidor regulado e consumidor livre”, disse Silveira. “Por isso, a gritaria do consumidor livre, aquele que pode escolher de quem comprar a energia. A Coner é paga pela indústria também, e a CCC não, ela é paga só pelo pobre.”

> Silveira precisou esclarecer o caso ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad

O ministro admitiu que precisou esclarecer o caso ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dizendo que a opção por flexibilizar a regras permite à distribuidora do Amazonas encontrar novo controlador. Outras duas alternativas seriam decretar a intervenção, com afastamento da diretoria e nomeação de novos gestores, ou a caducidade do contrato, onde o poder público teria que assumir não só a gestão da empresa como todo os passivos trabalhistas e financeiros.

“O outro caminho é o da intervenção ou a caducidade, que vai custar de R$ 2,7 bilhões a R$ 4 bilhões para a ‘viúva’ daquela irresponsabilidade feita lá em 2018”, disse Silveira, ao se referir a edição de outra MP que já havia flexibilizado as obrigações contratuais para atrair um controlador privado. “A ‘viúva’ é a União, é o caixa da Fazenda”, ressaltou.

De acordo com o ministro, a situação da Amazonas Energia se agravou este mês ao começar a suspender o pagamento de pessoal. Se houver o “colapso” do sistema local, disse, o atendimento da população e da Zona Franca de Manaus poderia ser comprometido.

Após defesa de petróleo, Lula discute plano para clima

Renan Truffi e Rafael Bitencourt
De Brasília

Um dia depois de admitir que seu governo tem um discurso contraditório na questão ambiental, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na quarta-feira (19) com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para discutir detalhes do plano de estratégia para o enfrentamento da emergência climática.

A reunião ocorreu no Palácio do Planalto na esteira das reclamações do presidente de que as ações anunciadas pela gestão petista estão demorando a sair do papel. Participaram do encontro também os ministros da Casa Civil, Rui Costa; da Fazenda, Fernando Haddad; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos; e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes.

Apesar desse esforço em prol da questão climática, o presidente da República admitiu na terça-feira que há um contrassenso entre o discurso ambiental do governo e o desejo do próprio Executivo de explorar petróleo na Margem Equatorial, que fica na região amazônica.

“O Ibama tem uma posição, o governo pode ter outra posição. E, em algum momento, eu vou chamar o Ibama, a Petrobras e o (Ministério do) Meio Ambiente na minha sala pra tomar uma decisão [sobre a exploração na Margem Equatorial]”, disse Lula em entrevista à rádio CBN. “É contraditório? É, porque estamos apostando muito na transição energética. Mas enquanto a transição energética não resolve o nosso problema, o Brasil tem que ganhar dinheiro com esse petróleo.”

O assunto tem gerado pressão contínua contra o governo por parte da bancada do Amapá no Congresso. Os parlamentares defendem que é necessário derrubar ou reverter o parecer emitido pelo Ibama que vai contra o projeto de exploração de petróleo na bacia da foz do Amazonas.

O parecer dos técnicos do Ibama foi referendado, no entanto, pelo presidente do órgão, Rodrigo Agostinho, o que abriu uma crise do governo junto à base aliada no Congresso. A bacia está situada no extremo noroeste da margem equatorial brasileira, fazendo fronteira à Guiana Francesa, abrange o litoral do Estado do Amapá e parte do Estado do Pará.

Em oposição à posição do Ibama, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou na quarta-feira a defesa da exploração de óleo e gás na região. Em audiência pública na Câmara, Silveira ponderou que não há uma definição de até quando o mundo continuará consumindo derivados de petróleo.

Para o ministro, os combustíveis fósseis são, especialmente para os países em desenvolvimento, uma fonte energética fundamental. Ele defendeu que, no Brasil, a exploração de petróleo “é importante para combater a miséria e a fome, e investir em educação e saúde”. Por isso, disse, é preciso dar o “direito de conhecer nossas potencialidades”.

Aos deputados o ministro reforçou que a Petrobras deve se manter “sempre atrativa” aos investidores nacionais e estrangeiros e ter uma governança “transparente e fortalecida”. Por outro lado, ele considera que a petroleira, por ter o governo como controlador, tem também que cumprir “função social”, citando o exemplo de ampliar a produção e oferta de gás natural em favor da competitividade da indústria nacional.

INÊS 249

Contas públicas Ideia é deixar tribunal de contas a par das iniciativas do governo e evitar que órgão venha a questionar alguma medida mais à frente

Lula escala auxiliares para 'sensibilizar' TCU sobre gastos com o RS

Renan Truffi
De Brasília

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, se reuniu ontem com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para fazer uma apresentação das ações que já foram realizadas pelo governo federal junto ao Rio Grande do Sul, Estado que foi atingido por chuvas e enchentes desde o mês passado. A reunião, que aconteceu na sede do tribunal, faz parte de um esforço do Palácio do Planalto para "sensibilizar" o TCU quanto aos gastos que a União está tendo para socorrer a população atingida.

Além de Rui Costa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escalou os ministros da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT), e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, para participar da conversa com o presidente da tribunal.

Esta não é a primeira vez que Lula tenta fazer uma aproximação do TCU por causa dos elevados gastos relacionados à tragédia climática no Sul do país. No mês passado, o presidente da República sobrevoou o Rio Grande do Sul para ter uma dimensão dos estragos e convidou o presidente do TCU para acompanhá-lo.

Além de Bruno Dantas, participaram do sobrevoo os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

> Visita coincide com recente aprovação pelo tribunal das contas de 2023 com ressalvas

Desta vez, no entanto, a reunião coincide com a decisão do TCU de aprovar com ressalvas as contas de 2023 da gestão Lula 3, fazendo um alerta para o aumento dos gastos com a Previdência, bem como com a alta das renúncias fiscais.

No ano passado, segundo o balanço apresentado pelo TCU, foram instituídas 32 desonerações tributárias, com impacto negativo de R$ 68 bilhões na arrecadação. No final do exercício, o volume de gastos tributários chegou a R$ 519 bilhões, acréscimo anual de 8%.

O tribunal sugeriu, entre outras coisas, que o Congresso coloque freio nessas concessões. Os auditores do TCU também apontaram, por fim, para o déficit previdenciário de R$ 428 bilhões, 9% maior que o de 2022.

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Bruno Dantas, presidente do TCU: governo busca aproximação em momento de situação delicada para a área fiscal

O quadro sensível das contas públicas fez, inclusive, com que Lula se reunisse na segunda-feira com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, para discutir possíveis ajustes e saídas para a situação fiscal da União. Depois do encontro, Tebet afirmou que Lula ficou "extremamente mal impressionado" com o aumento dos subsídios da União, que totalizam quase 6% do Produto Interno Brasileiro (PIB).

Em meio a esse quadro, o governo federal diz já ter investido, desde o início da crise, R$ 90,9 bilhões em medidas de apoio ao Rio Grande do Sul. Deste total, R$ 73,4 bilhões seriam apenas em "novos recursos" orçamentários, o que inclui medidas de crédito, reconstrução de rodovias e a criação do chamado "Auxílio Reconstrução", benefício social voltado às famílias que ficaram desalojadas ou perderam móveis e eletrodomésticos.

Essa conta também traz outros R$ 17,5 bilhões que são referentes à antecipação de benefícios e prorrogação de tributos, como, no abono salarial, FGTS, Imposto de Renda, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Governo amplia em R$ 689 milhões auxílio a atingidos por enchentes

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, uma nova medida provisória (MP) destinada a turbinar o chamado "Auxílio Reconstrução", benefício social voltado às famílias do Rio Grande do Sul que ficaram desalojadas ou perderam móveis e eletrodomésticos durante a inundação do Estado . Na prática, a medida abre novo crédito extraordinário, o que eleva o custo do programa para aproximadamente R$ 2 bilhões.

O texto da MP assinada pelo presidente destina mais R$ 689 milhões em recursos federais para o custeio do auxílio. Esse montante se soma o orçamento já anteriormente anunciado pela gestão petista de R$ 1,18 bilhão, o que totaliza R$ 1,87 bilhão.

Com esse novo aporte, a gestão petista busca elevar para 375 mil o número de famílias gaúchas atendidas no escopo do programa. A justificativa do Palácio do Planalto é que, diante dos dados disponibilizados pelas prefeituras gaúchas, o número de beneficiários precisou ser incrementado.

"A situação permanece crítica e as estimativas apontam para um acréscimo de 135 mil famílias, perfazendo o total de 375 mil famílias a serem contempladas com o referido apoio", diz o texto da medida provisória, publicada ontem em edição extra no "Diário Oficial da União".

Segundo dados do próprio Executivo, até o momento, o governo federal já disponibilizou cerca de R$ 854,1 milhões para 167,4 mil famílias.

Cada uma dessas famílias recebeu um ticket de R$ 5,1 mil, que poderá ser usado para que os afetados pelas enchentes possam comprar novos móveis e eletrodomésticos.

A MP que criou o programa em si foi editada há algumas semanas e diz que o valor de R$ 5,1 mil será pago em parcela única e, preferencialmente, à mulher. Na prática, isso quer dizer que, no caso das famílias desalojadas que possuem ambos os gêneros, as mulheres terão prioridade no recebimento desse benefício.

Além disso, a MP garante que o auxílio também poderá ser destinado às famílias que já recebem algum tipo de benefício assistencial ou previdenciário, como é o caso do Bolsa Família.

A operacionalização do pagamento ficou sob a responsabilidade do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, comandado por Waldez Góes, e está sendo pago pela Caixa Econômica Federal por meio de conta poupança social digital, "de abertura automática em nome do beneficiário", "ou de outra conta em nome do beneficiário na mesma instituição".

A MP esclarece ainda que o acesso ao auxílio dependerá das informações a serem enviadas pelo Poder Executivo municipal, que faz o repasse das informações ao governo federal. Ou seja, cabe às cidades especificar quais famílias são efetivamente consideradas desabrigadas ou desalojadas pelas enchentes.

Neste sentindo, se encaixam nessas duas categorias pessoas que foram obrigadas a abandonar suas residências "de forma temporária ou definitiva" em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre. Com isso, quem prestar informações falsas para ter acesso ao recurso, no entanto, terá de ressarcir a União.

Comissão da Câmara repassa 5% das emendas para combate a desastres

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A comissão especial da Câmara dos Deputados sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) dos desastres naturais aprovou nesta quarta-feira o parecer do deputado Gilson Daniel (Pode-ES) para que os parlamentares tenham que destinar, todos os anos, recursos para as ações de prevenção, mitigação, resposta e recuperação de calamidades.

O texto foi apresentado pelo deputado Bibo Nunes (PL-RS) como respostas as enchentes do Rio Grande do Sul no ano passado, mas ficou parado e foi retomado agora, com as cheias que destruíram parte do Estado este ano. A matéria foi aprovada em votação simbólica, com apoio de todos os partidos, e segue agora para o plenário da Câmara.

A proposta foi modificada no período. Inicialmente, haveria uma reserva de dinheiro para ser utilizada em emergências. No fim, a decisão do relator e da comissão foi obrigar a destinação anual de verbas para obras e serviços de prevenção e recuperação de desastres naturais.

A versão aprovada da PEC determina que os deputados e senadores terão que direcionar 5% das emendas parlamentares individuais e de bancada estadual no Orçamento para ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres. Em 2024, isso significaria R$ 1,8 bilhão para esse tipo de obras ou serviço.

O repasse de recursos será semelhante ao das polêmicas "emendas Pix", com transferência direta do dinheiro para os governos estaduais e prefeitura usarem, sem necessidade de que apresentem projetos e assinem convênio com o governo federal. A fiscalização, nesses casos, tem ficado com os tribunais de contas estaduais e municipais.

O relatório também previa o repasse obrigatório de 10% das emendas de comissão para essas ações, mas o governo solicitou a exclusão desse trecho do parecer porque esse tipo de emenda não está previsto na Constituição. Essas emendas foram criadas este ano, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para substituir o extinto "Orçamento secreto", em que os deputados e senadores enviavam recursos para suas bases eleitorais sem transparência. No lugar, se comprometeu a incluir anualmente no Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) um valor equivalente ao montante das emendas de bancada destinadas ao combate a desastres — em 2024, seria um montante de R$ 630 milhões.

Por sugestão do governo e do PT, a PEC também permitirá a desvinculação de 15% dos recursos de três fundos setoriais, como o da aviação civil, e das agências reguladoras de Transportes Terrestres (ANTT) e de Transportes Aquaviários (Antaq). O Executivo poderá gastar esse dinheiro em ações de prevenção (10%) e de recuperação (5%) de desastres naturais. A liberação das verbas valerá por dez anos.

Segundo o relator, deputado Gilson Daniel, esse montante livre será de cerca de R$ 7 bilhões por ano, mas isso não significa que será possível ao governo executar tudo por causa do novo marco fiscal, que limita o total de despesas. "Hoje o governo deixa o dinheiro parado nesses fundos para atingir a meta fiscal. Estamos dando uma autorização para que sejam utilizados", disse.

Após pressão, plano para dívida de Estados ganha força

Folhapress, de Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aceitou a proposta de criar um fundo de investimentos na renegociação da dívida dos Estados com a União e levou a ideia ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que cobra protagonismo nas negociações.

A sinalização foi dada nesta quarta-feira (19) pelo ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) em reunião com Pacheco e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e do Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

O objetivo central da reunião era discutir as medidas de compensação da desoneração da folha de pagamento das empresas de 17 setores e dos municípios, mas a proposta para a dívida dos Estados dominou as conversas -- e indicou que os dois assuntos estão amarrados na negociação.

Não houve avanço, porém, sobre a desoneração. Continua o impasse para a definição da medida de compensação após a devolução de parte da MP (medida provisória) dos créditos do PIS/Cofins.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi representado pelo secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, mas Padilha e Randolfe disseram que a proposta de criação do fundo tinha aceitação da pasta da Fazenda.

"Surgiu essa nova proposta de um pedaço dessa redução de juros ir para esse Fundo Nacional de Equalização. Isso foi bem recebido, na medida que cria um ambiente ainda mais positivo no Senado pela aprovação, que envolve o interesse de todos os estados", disse o ministro.

Pacheco tem pressionado a equipe de Haddad para fechar acordo que beneficie seu Estado: Minas Gerais. Na semana passada, o senador disse que tinha "chegada a hora" de resolver o problema dos Estados e prometeu apresentar projeto de lei sobre o tema.

Padilha informou que a orientação é fechar a proposta até o fim deste mês e que o acordo será oficializado por meio de um projeto de lei do Senado.

A criação do fundo é uma forma de beneficiar Estados que não têm dívida com a União e que cobram renegociação isonômica em relação aos superendividados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O Fundo Nacional de Equalização de Investimentos, como está sendo chamado, será formado com parte da economia que os estados terão com o corte dos juros que incidem sobre a parcela da dívida.

A proposta estabelece que os Estados com dívida poderão usar prioritariamente os recursos gerados com o corte dos juros em investimentos em educação,.

O Ministério da Fazenda também aceitou que uma parcela dessa economia seja revertida para investimentos prioritários em infraestrutura. Uma terceira parcela será direcionada para o fundo, que beneficiará, sobretudo, os Estados que já não têm mais dívida com o governo federal e reclamam ajuda do Executivo. Os entes endividados também poderão acessar o fundo.

Padilha disse que o corte de juros ainda será discutido junto aos Estados e ao Senado. Também afirmou que o governo já deixou claro que não vai abrir mão do estoque da dívida — um dos pontos que vinham sendo cobrados por Pacheco.

"A proposta apresentada pelos governos estaduais é de que, de 3% [de juros], 2% seriam investidos no próprio Estado e 1% nesse Fundo de Equalização Nacional. Essa é a proposta apresentada, vamos analisar ainda junto com a equipe técnica do Senado", afirmou o ministro.

A abertura do espaço para investimentos é uma demanda também dos Estados com dívidas. Entre eles, São Paulo, que quer usar o alívio com a renegociação para ampliar espaço para novos investimentos, como já sinalizou o secretário de Fazenda do estado, Samuel Kinoshita.

A proposta do fundo foi apresentada pelo Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados) ao Conselho da Federação, colegiado sob o guarda-chuva da Secretaria de Relações Institucionais, formado por representantes de Estados e municípios.

Os Estados divulgaram, no fim de maio, carta aberta em defesa da inclusão do fundo de investimento na proposta em negociação com o Ministério da Fazenda para auxílio da União aos governos estaduais.

O encaminhamento do projeto de renegociação da dívida pelo Ministério da Fazenda ficou em banho-maria, após a tragédia das inundações no Rio Grande do Sul, que levou à suspensão do pagamento da dívida do governo gaúcho por três anos.

Após a rejeição da MP da desoneração, na semana passada, Pacheco indicou que protocolaria no dia seguinte proposta alternativa, beneficiando Minas Gerais. Foi uma forma de pressão para acelerar as negociações, o que de fato aconteceu.

O secretário-executivo da Fazenda explicou que a estratégia é harmonizar as ideias apresentadas por Pacheco e Estados à proposta original do governo.

INÊS 249

Relações externas Força-tarefa prepara recomendações sobre transformação digital a ser enviada ao bloco de grandes economias

Grupo aposta em tecnologia para reduzir desigualdade no G20

Natália Flach
De São Paulo

Investir em conectividade pode reduzir desigualdades sociais. Para isso, é necessário aumentar a cobertura das redes, diminuir o custo das tecnologias — de modo que pessoas e empresas possam pagar por elas — e ampliar os conhecimentos acerca do tema.

Essa é a receita em discussão pela força-tarefa de Transformação Digital do B20, grupo de trabalho formado por empresas de diversos setores que debate recomendações de melhorias para o ambiente de negócios e que, posteriormente, serão enviadas ao G20.

"O que está nas nossas mãos é desenhar a transformação digital que pode trazer benefícios reais para todos", afirma Daniel Moraes, diretor de Inovação e Tecnologia da Tupy e deputy chair do grupo de trabalho do B20, durante live nesta quarta-feira (19). O projeto G20 no Brasil tem o governo do Rio de Janeiro como Estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e realização dos jornais **Valor**, "O Globo" e da rádio CBN.

O debate é importante, pois há muita discrepância entre regiões. Por mais que existam 5,2 bilhões de usuários ativos da internet, eles estão concentrados nos países mais ricos. Na Europa, por exemplo, 87% da população usa internet, ante 33% na África.

Ingrid Barth, presidente da Abstartups e líder do Startup20, lembra que a tecnologia é meio, não o fim. "O foco tem de ser o negócio." Isso significa que não é necessário ter o software de gestão mais avançado para que uma estratégia dê certo; às vezes, é mais interessante investir em redes sociais. "O nosso grupo de engajamento discute como podemos facilitar esse investimento, seja por meio de políticas públicas, seja por meio de fundos de investimento privado e soberano."

Além disso, a Startup20 debate regulação, políticas públicas e ESG. "Não dá para falar em transformação tecnológica quando existem pessoas à margem."

A especialista explica que o grupo, composto por pessoas da sociedade civil, e não apenas do governo, nasceu da relevância das startups para o Produto Interno Bruto do G20. Hoje, segundo estatísticas indianas, elas representam 15% do PIB do bloco econômico. Quando somadas às pequenas e médias empresas, esse percentual salta para 61%.

"É uma fatia muito relevante para não discutirmos como melhorar indicadores, potencializar negócios e se beneficiar economicamente de temas como empreendedorismo, tecnologia e inovação."

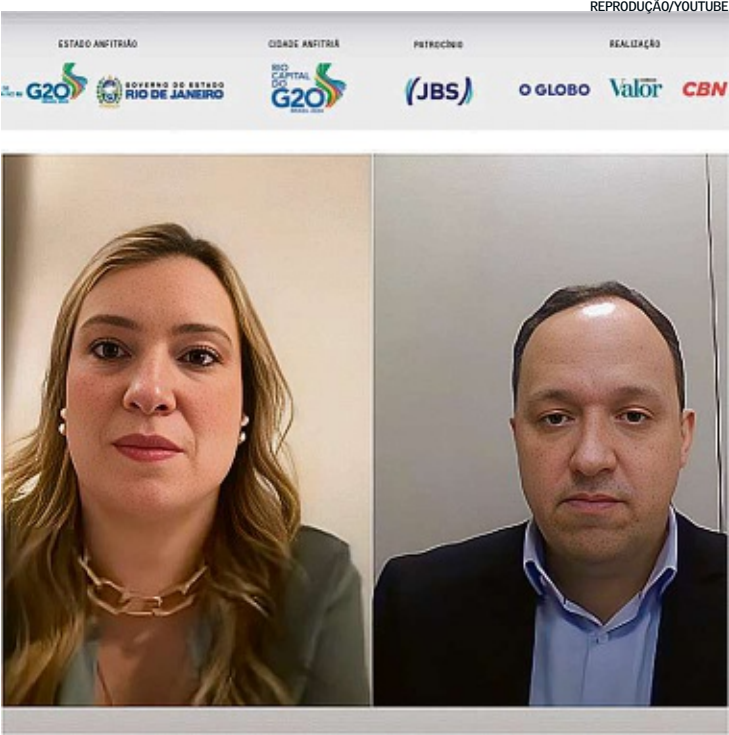
Já o grupo de transformação digital do B20, que conta com 165 integrantes de 64 países, tem como objetivo elaborar um documento com recomendações e até seis políticas de ação para compartilhar com os líderes do G20. "O grande desafio é que precisa haver consenso entre as partes, mas a boa notícia é que estamos chegando perto da construção do documento", conta Moraes.

Acesso a internet cresceu no país em 2023, mas distância entre pobres e ricos segue significativa

Ao todo, são três recomendações. A primeira é calcada na inclusão digital, ou seja, nos meios que podem ser adotados para aumentar a conectividade. "A ideia não é que a pessoa vire um programador. Mas é como fazer com que ela use o pix para comercializar algo, por exemplo", diz Moraes.

A segunda recomendação está baseada em cibersegurança e dados. Aqui, o objetivo, de acordo com Moraes, é dar diretrizes de como criar uma colaboração internacional para proteger, investigar e coibir os crimes digitais. "Lembrando que muitas vezes os hackers não veem fronteiras."

Por fim, o grupo se debruça sobre inteligência artificial. "O foco é criar uma zona de equilíbrio entre potencializar o poder transformador da IA e criar itens de responsabilidade de modo a não criar novos riscos para as pessoas, organizações e nações."

REPRODUÇÃO/YOUTUBE

Ingrid Barth e Daniel Moraes: tecnologia para reduzir desigualdade

Ingrid acrescenta que Startup20 também discute a regulamentação de IA. "IA pode ser um meio para facilitar o entendimento das tecnologias. Afinal, não é necessário saber como elas funcionam para que elas ajudem no seu negócio", diz.

Conectividade

Em 2023, o número de pessoas que acessam internet no Brasil aumentou três pontos percentuais ante o ano anterior, passando de 81% para 84% da população, segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Mas há disparidades. Na classe A, o índice chega a 97%, contra 69% nas classes D e E. O cenário também se repete em termos de escolaridade: entre os que têm ensino superior o percentual é de 97%, ante 32% entre analfabetos.

"Temos que usar toda a inovação para trazer benefício físico para a vida das pessoas. Se a gente quer ter um futuro digital e inclusivo, o desafio é como desenhar isso de modo a não aumentar as desigualdades, e, sim, diminuí-la", explica Moraes.

Para combater a exclusão, é necessário prover acesso, o que significa que a rede de telecomunicação tem de estar disponível em todas as regiões. Além disso, o preço tem que caber no bolso das pessoas, defende ele.

Revisão mostra divergência em mais de 1/3 do Censo

Alessandra Saraiva
Do Rio

Mais de um terço de domicílios pesquisados em levantamento sobre qualidade do Censo Demográfico 2022, divulgado nesta quarta-feira (19), apresentaram divergências de informações. É o que mostrou a primeira etapa da Pesquisa de Pós-Enumeração (PPE) do Censo Demográfico 2022, anunciada pelo IBGE. O estudo, amostral, é uma espécie de "revisão do Censo" e tem como objetivo voltar a domicílios já pesquisados na operação censitária para rechecar informações já coletadas e, com isso, mensurar qualidade e cobertura do Censo Demográfico.

A PPE abrange universo de 80 milhões de domicílios, e 152 milhões de pessoas, segundo o gerente da pesquisa, Gabriel Borges. Nesse universo, em escala nacional, 36,1% dos domicílios coletados apresentaram divergências que precisaram ser verificadas em processo chamado "reconciliação". Esse trabalho, quando os domicílios são revisitados pelos pesquisadores do instituto, foi feito entre fevereiro e agosto de 2023. Os resultados dessa "reconciliação" serão anunciados na divulgação da segunda etapa da pesquisa, prevista para agosto deste ano.

Assim, Borges explicou que esse percentual de domicílios com divergências de informações não é definitivo. Isso porque foi gerado a partir de pareamento inicial de dados, feito pelos pesquisadores do IBGE — e está sendo rechecado no processo de reconciliação. Essa parcela de 36,1% dos domicílios na PPE mudará, a depender do que foi apurado pelos técnicos, na "reconciliação". "Pode ser que os pesquisadores confirmem os dados [apurados pelo Censo]", disse, a notar que isso, na prática, faria diminuir essa parcela de domicílios com divergência de informações. "As divergências são de diferentes naturezas" acrescentou ele. Entre as citadas pelo pesquisador, estão nomes ou números errados de rua; ou quantidade de pessoas que vivem em um domicílio.

Na ótica regional, o IBGE informou que a região Norte foi a que apresentou maior percentual de domicílios enviados para a etapa da reconciliação: 43,4%. A região Sul, por sua vez, apresentou menor proporção de domicílios que precisaram ser reconciliados (30,9%).

Por Estados, os que tiveram maior proporção de envio de domicílios para processo de "reconciliação" foram o Amapá, com 49,1% das cidades com dados reconciliados, Pará (47,7%), Amazonas (47,1%), Roraima (44,5%) e Rio de Janeiro (44,5%). Por outro lado, Paraíba (27,3%), Piauí (28,4%) e Paraná (28,5%) foram os Estados em que menos de 30% de seus domicílios precisaram passar por processo de "reconciliação".

Borges explicou que, na prática, essa primeira parte da PPE abrange mais análise de qualidade de conteúdo; enquanto a segunda parte englobará mais a qualidade da cobertura do Censo Demográfico. Ele ressaltou que em nenhum momento isso implica que os resultados do Censo mudarão, de alguma forma.

O IBGE detalhou, ainda, alguns indicadores que mudaram, entre o Censo e a PPE. No Censo, o IBGE informou que 3,7% dos domicílios ficaram sem entrevista de recenseador; na PPE essa parcela diminuiu para 3,2%. A fatia de domicílios para uso ocasional, como casas de veraneio, subiu de 6% para 6,3% entre o Censo e a PPE. O número de logradouros excluídos aumentou de 6.118 para 6.770. O número de moradores de domicílio, por sua vez, diminuiu de 2,9 pessoas para 2,8 pessoas.

De maneira geral, o entendimento do IBGE é que as informações coletadas ficaram bem próximas ao que foi investigado no âmbito do PPE, disse o técnico.

"Em relação a conteúdos analisados, a gente comparou relação de parentesco, cor ou raça, analfabetismo, sexo, idade", disse Borges. Segundo ele, o dados indicam que houve algumas divergências consideradas naturais dentro do processo de condução de uma pesquisa dessa magnitude, "em que o IBGE, com centenas de milhares de recenseadores, vai aos domicílios brasileiros e faz entrevista em milhões de domicílios brasileiros".

O demógrafo José Eustáquio Diniz, ex-professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE, concorda. "Eu estranharia se não houvesse divergências", afirmou. "Uma certeza [sobre Censo Demográfico] é que o resultado nunca é 100%" disse.

Diniz faz uma ressalva. A segunda etapa da PPE, que fará uma análise da cobertura do Censo, será extremamente relevante, em termos de política pública. "Por exemplo, temos uma população de 203 milhões de pessoas, pelo Censo. Se o IBGE, na segunda etapa da PPE, dizer que o Censo teve 1% de erro de cobertura, isso significa que não foram contabilizadas 2 milhões de pessoas". "Isso pode fazer diferença para governos se orientarem em cálculos de demanda de energia para a população quando se projeta a construção de uma hidrelétrica, por exemplo."

Maioria dos brasileiros apoia fim de combustíveis fósseis

Daniela Chiaretti
De São Paulo

A maior pesquisa de opinião pública independente sobre mudança climática, feita pelas Nações Unidas, revela que 80% das pessoas no mundo querem que seus governos tomem medidas mais fortes para enfrentar a emergência global.

Mais que isso: 86% dos entrevistados pela People's Climate Vote feita pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (Pnud) querem que seus países deixem de lado as diferenças geopolíticas e se juntem na proteção do clima e adaptação aos impactos. "É um nível de consenso surpreendente dado o contexto mundial atual de conflitos e de nacionalismo em alta", diz o comunicado distribuído à imprensa.

As pessoas que vivem nos países que mais produzem combustíveis fósseis no mundo são favoráveis a uma transição rápida para o abandono dessas fontes. Isso acontece em oito dos dez maiores produtores de petróleo do mundo. Os brasileiros apoiam (81%) a transição rápida sendo que dois terços das pessoas ouvidas no Brasil (61%) disseram que querem que esse distanciamento aconteça muito rapidamente.

A pesquisa ouviu 73 mil pessoas em 77 países e de 87 idiomas diferentes. Os 77 países em que a pesquisa foi realizada representam 87% da população global.

Os entrevistados responderam a 15 perguntas sobre como sua vida cotidiana está sendo impactada pela mudança do clima. Foi organizada por Pnud, Universidade de Oxford, governo do Reino Unido e a empresa global de pesquisas GeoPoll.

Mais de 10% dos pesquisados (9.321 pessoas) nunca foram à escola. Deste total, 1.241 eram mulheres com mais de 60 anos. Em nove países, os entrevistados nunca haviam participado de uma pesquisa sobre mudança do clima. Menores de 18 anos foram ouvidos em países em que há permissão legal.

As pessoas estão divididas na avaliação sobre seus países em relação ao clima. Globalmente, quase a metade (49%) dizem que seus países estão indo bem. Este número é maior na Arábia Saudita (81%), Butão (80%) e Etiópia (78%). O Brasil está entre os mais propensos a dizer que o país estava indo mal (60%), abaixo do Haiti (73%) e acima da Espanha (55%).

O Brasil é citado 46 vezes na pesquisa. Um dos momentos é o que revela como o G20 é polarizado com relação à diferença de gênero no debate. Entre os seis países em que as mulheres são mais favoráveis a que países ricos ajudem mais os mais pobres, estão Estados Unidos, Austrália, Arábia Saudita e Brasil. O país com maior diferença de gênero na direção oposta é a Índia, que também pertence ao G20.

Os brasileiros estão em sétimo lugar no ranking das pessoas mais preocupadas neste ano com a crise do clima do que estavam em 2023. Entre os brasileiros, 70% disseram que vivenciaram alguma experiência de evento climático extremo recentemente e 85% defendem que o país fortaleça seus compromissos.

Ainda entre os ouvidos no Brasil, 93% defendem educação climática (a média mundial é 80%) como uma prioridade. Outra é a proteção a eventos climáticos (90%) e ajuda dos países ricos.

"Este é um momento crítico nas estratégias climáticas domésticas e internacionais, com eventos importantes como a COP29 [no Azerbaijão] e a COP30 [no Brasil] e um ano eleitoral no mundo", lembrou Achim Steiner, diretor do Pnud, a um grupo de jornalistas. "Pensamos que poderia ser um bom momento para ouvir o que as pessoas estão sentindo sobre o impacto da mudança climática em suas vidas, em diferentes realidades".

Esta é a segunda edição da People's Climate Vote. A primeira, feita em 2021, era menor e menos inclusiva.

A mudança climática já está afetando grandes decisões — onde morar, onde trabalhar ou o que comprar— de 69% dos entrevistados. Este percentual é maior nos países menos desenvolvidos (74%).

Só uma a cada três pessoas acha que as grandes empresas estão se saindo bem em relação à mudança do clima.

Otimismo com cautela

Projeções - em %

	2º tri 2024 x 1º tri 2024	2º tri 2024 x 2º tri 2023	Em 2024
PIB	0,5	1,4	2,0
Consumo das famílias	-0,7	2,4	2,6
Consumo do governo	-0,3	0,9	1,5
Investimento	0,5	3,7	4,3
Exportação	2,6	6,4	4,5
Importação	4,9	13,2	8,3
Agropecuária	-2,2	-2,6	-2,0
Indústria	0,1	1,7	2,3
Extrativa	-0,8	4,7	4,1
Transformação	-0,4	0,4	1,6
Eletricidade e outros	-0,4	3,4	2,7
Construção civil	0,7	1,8	3,1
Serviços	-0,4	1,6	2,1

Fonte: Boletim Macro - FGV Ibre.

Conjuntura Enchente no RS, inflação, perda de confiança de consumidores e empresários e questão fiscal são alguns dos desafios, segundo Boletim Macro

Cenário positivo para economia tem fôlego curto, alerta FGV Ibre

Marsílea Gombata
De São Paulo

O primeiro trimestre do ano trouxe boas notícias sobre a economia. Mas elas não devem durar muito tempo, alerta o Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Na edição de junho, o boletim considera para o segundo trimestre efeitos negativos do desastre no Rio Grande do Sul, apesar de esperar rápida recuperação devido aos pacotes governamentais. A projeção é de crescimento de 0,5% do PIB no segundo trimestre, ante o primeiro. E de alta de 2% na comparação com o mesmo trimestre de 2023.

Somam-se a esses efeitos a perda de fôlego da confiança do consumidor e de empresários, uma inflação resiliente e expectativas cada vez mais desancoradas.

Na introdução do documento, Armando Castelar e Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, afirmam que o cenário de curto prazo tem se mostrado relativamente benigno, por causa de indicadores de atividade, inflação e contas externas.

"O resultado do PIB para o primeiro trimestre confirmou um começo de ano forte para a atividade econômica, com elevado crescimento da demanda doméstica e contribuição negativa da demanda externa", afirma.

"O aumento expressivo da renda disponível das famílias explica em grande medida esse resultado das contas nacionais, devido não apenas ao mercado de trabalho resiliente, mas também às diversas políticas de transferência de renda."

O FGV Ibre acrescenta que, no período, houve crescimento bastante positivo do investimento, de 3,7%. Mas chama atenção para a sustentabilidade da recuperação do investimento.

"Os dados referentes ao mês de abril apontam para alguma desaceleração da atividade à frente", afirma o documento, ao acrescentar a diluição do impacto do pagamento de precatórios e os efeitos negativos da tragédia no Rio Grande do Sul.

"A questão é que há aspectos positivos da economia brasileira que não estão sendo tão aproveitados. Temos a recuperação do investimento, mas com cautela", diz Matos. "E a expectativa é que maio seja ruim no que diz respeito à atividade."

A seção sobre expectativa de empresários e consumidores mostra que em maio a confiança do consumidor caiu quatro pontos, refletindo a influência das enchentes no Sul do país.

A confiança empresarial ficou praticamente estável, com queda de 0,2 ponto, diante dos efeitos das enchentes concentrados em algumas atividades.

"A tendência de retomada da confiança observada até o mês anterior está, agora, posta em dúvida, não apenas pelo ocorrido no Sul, mas também pela incerteza macroeconômica, principalmente quanto à questão fiscal, que tem voltado a crescer", alerta o boletim, ao frisar que dados prévios de junho sugerem novas quedas.

Segundo os economistas Aloisio Campelo e Rodolpho Tobler, os resultados de maio deixaram dúvidas quanto à tendência de recuperação da confiança que vinha sendo observada até o mês anterior.

"Os impactos das chuvas no Sul seguraram o ímpeto de crescimento desses índices e tornaram mais incerta sua evolução para os próximos meses", escrevem.

As chuvas também impactaram a inflação, levando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a 0,46% em maio, acima das expectativas de mercado. A alta foi puxada pelo aumento de 0,66% nos preços dos alimentos.

De um lado, dados preliminares indicam que a tragédia no Sul continuará a influenciar o IPCA nos próximos meses. Do outro, a projeção mediana do relatório Focus continua subindo e aponta para alta de 4% nos preços ao consumidor neste ano.

Diante desses e outros sinais, o Boletim Macro questiona se o cenário positivo que tivemos no primeiro trimestre se sustenta no curto e médio prazo.

"A resposta parece ser não, a julgar pela evolução recente do preço dos ativos brasileiros, assim como pela saída de capitais do país, como refletido no saldo negativo do movimento de câmbio no segmento financeiro", afirma o texto.

"Em especial, a escalada da taxa de câmbio para valores em torno de R$ 5,40 por dólar, junto com o expressivo deslocamento da curva de juros para cima, é sinal claro de preocupação com a trajetória à frente da economia brasileira."

O FGV Ibre observa que, em parte, isso reflete o cenário externo de dólar forte, com os Estados Unidos se mantendo como grande polo de atração de capitais diante de taxas de juros mantidas em patamar alto pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) e atividade econômica resiliente.

Além disso, alerta, esse movimento foi amplificado por questões fiscais e políticas domésticas.

> "Tragédia do RS deve causar perda de arrecadação não desprezível" *Manoel Pires*

"Estamos em um momento que para se ter qualquer solidez no aspecto positivo tem de haver sustentabilidade fiscal", afirma Matos. "Estamos perdendo a oportunidade de manter o cenário [positivo] da atividade econômica aliado ao controle da inflação."

Na seção sobre política monetária, José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, afirma que a estratégia governo de "aumentar gastos públicos e correr atrás de receita não se sustenta". "Precisa ser alterada", defende o economista.

Senna acrescenta a necessidade de apoiar a postura mais contracionista do Banco Central para que a inflação — e suas expectativas — caiam.

O movimento de juros reais de mercado subindo há um tempo mostra que houve certa leniência do mercado em relação ao governo, mas isso acabou, na visão de Matos.

"Havia o benefício da dúvida, mas agora o perdemos e o cenário é o contrário. Há muito ceticismo em relação ao governo e [uma sensação de] perda de oportunidade", diz.

"O governo achou que estava com o jogo ganho, que já havia feito um gol, mas há vários tempos nesse jogo. A primeira fase foi conseguir aumentar a arrecadação. E, como diz o economista Manoel Pires, o ajuste fiscal não pode ser muito rápido porque é impossível, a sociedade não aceita, nem muito lento de modo que ninguém consiga visualizar em termos prospectivos."

No boletim, Pires, que é pesquisador associado do FGV Ibre e coordena o Observatório de Política Fiscal e o Núcleo de Política Econômica, afirma que a meta fiscal estabelecida para 2024 pelo governo parece cada vez mais difícil.

"Há grande dependência de receitas ainda muito incertas, e a tragédia do Rio Grande do Sul deve causar uma perda de arrecadação não desprezível", escreve. "A falta de medidas viáveis para colocar um freio na trajetória insustentável dos gastos públicos inviabiliza que um cenário mais benigno se concretize."

"Os heterodoxos acham que dá para ter déficit e reduzir os juros na marra. Mas, quando se desvia da rota [de consolidação fiscal], o custo depois é muito alto, os preços dos ativos mudam, os juros também, e a inflação se mostra muito mais persistente", argumenta Matos.

"Todo esse discurso [do governo] de avaliação de gastos começa a reverberar. [Mas, por ora,] estamos pagando uma conta excessiva, perdendo oportunidades. Não dá para imaginar um cenário otimista sem uma mudança de verdade da trajetória fiscal."

INÊS 249

Poderes Em posse de nova presidente da estatal, Lula afirma que petroleira tem que ser lucrativa

Governo tenta mostrar união e acena ao mercado em discursos sobre Petrobras

Kariny Leal, Fábio Couto e Camila Zarur
Do Rio

O governo usou a posse da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, para fazer uma defesa do projeto de utilizar a estatal para ajudar a movimentar a economia do país. Além disso, buscou demonstrar unidade e alinhamento nos discursos e fez acenos a acionistas da companhia ao defender lucratividade e respeito às regras de governança da companhia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Alexandre Silveira, de Minas e Energia, destacaram o papel da companhia para as contas públicas, em meio ao cenário de grande desconfiança de economistas e do mercado sobre a capacidade de o governo encontrar caminhos para aumentar a arrecadação e reduzir déficit fiscal.

As atenções para a área fiscal cresceram após devolução pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, da medida provisória que restringia créditos tributários. Em discurso na cerimônia nesta quarta-feira (19), Chambriard, disse que Lula deu a ela a missão de movimentar a companhia para impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) do país e pediu para acabar com a "confusão" na estatal.

"Nossa gestão está totalmente alinhada com a visão de Lula e do governo federal, que são acionistas majoritários", disse Chambriard, que substituiu Jean Paul Prates, após divergências dele com o ministro Silveira.

Na semana passada, ao indicar três novos diretores, Chambriard foi criticada por setores do mercado, que apontaram viés político na escolha. Os escolhidos foram Fernando Melgarejo, atual diretor de participações do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), que será o diretor financeiro e de relações com investidores; a geóloga Sylvia dos Anjos, que será diretora de exploração e produção; e Renata Baruzzi, que será diretora de engenharia, tecnologia e inovação. Os indicados estão passando pelos trâmites de governança da companhia e ainda precisam ser aprovados pelo conselho de administração.

A presidente da estatal frisou que, com quatro mulheres — incluindo ela — a diretoria passará a ter 50% de mulheres, o que faz parte do processo de ampliação da diversidade na empresa. Ela destacou ainda que a transição energética não vai acontecer "sem dizer quem vai pagar a conta", no caso o setor de petróleo. "Alguém tem que financiar essa transição."

Mas Lula fez questão de dizer que a Petrobras seguirá lucrativa e ressaltou em seu discurso que quanto mais lucro a empresa tiver, mais imposto pagará "e mais o [Fernando] Haddad vai ficar feliz."

O presidente voltou a criticar a Operação Lava-Jato, que investigou corrupção na estatal e levou à prisão ex-diretores como Paulo Roberto Costa e o próprio Lula, condenado em 2018. A sentença foi posteriormente anulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Lula lamentou a venda de ativos da estatal, que classificou como "fatiamento". Os desinvestimentos da petroleira tiveram início em 2015, ainda no governo de Dilma Rousseff, diante do elevado endividamento da companhia. Embora tenha defendido o retorno da companhia de áreas das quais havia saído, como refino e fertilizantes, segmentos considerados de baixa rentabilidade, Lula afirmou que a Petrobras tem que ser geradora de lucros.

"Ninguém quer que a Petrobras não seja uma empresa lucrativa. Ninguém quer que um acionista tenha um centavo de prejuízo", disse o presidente. Na mesma linha, Haddad, disse que a companhia é uma geradora de dividendos e royalties. Ele ressaltou que a presidente entrou "acertando" e disse que Jean Paul Prates, antecessor dela, fez um trabalho "admirável" à frente da companhia.

Haddad citou a adesão da petroleira ao acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Receita Federal. A empresa vai pagar de forma parcelada passivo tributário de quase R$ 20 bilhões, o que corresponde a um desconto de 65% frente à dívida original, "com apoio dos acionistas minoritários", segundo Haddad. Chambriard destacou que o acordo foi "benéfico para a empresa e para o país". Alguns bancos criticaram o acordo, cujos valores não estavam provisionados.

Em um discurso em que também buscou mostrar união e apontar para uma empresa com foco no desempenho, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira destacou que o investidor da Petrobras "pode confiar e ter certeza" de que a estatal vai cumprir com o previsto no plano estratégico 2024-2028, que prevê US$ 102 bilhões em investimentos.

Mais tarde, falando a jornalistas, Chambriard disse que todos os ajustes que pretendia fazer na diretoria já foram feitos. "Nenhuma [mudança] a mais."

A executiva também disse que a empresa vai aguardar uma eventual reunião do conselho de administração para decidir o destino dos R$ 21,9 bilhões em dividendos extraordinários que ficaram retidos em uma reserva de capital.

Quanto à liberação do licenciamento ambiental por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para exploração da Margem Equatorial, Chambriard disse que aguarda nova resposta do órgão: "Consideramos que já entregamos bastante material sobre isso, além do que foi solicitado."

LEO PINHEIRO/VALOR
Lula defendeu Petrobras como motor da economia, mas garantiu lucratividade: "Ninguém quer que um acionista tenha um centavo de prejuízo"

> "Nossa gestão está totalmente alinhada com a visão de Lula"
> *Magda Chambriard*

Embate de Lula com BC deve ter pouco impacto sobre PEC

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O embate público entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deve ter pouco impacto na tramitação no Senado da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a autonomia financeira da instituição, na avaliação de parlamentares ouvidos pelo **Valor**. Antes mesmo da ofensiva de Lula contra Campos Neto, o texto já encontrava dificuldades na cúpula do Senado e até mesmo entre parte da oposição.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), tem sinalizado a pessoas próximas, nas últimas semanas, não ter pressa na tramitação do texto neste momento.

Na mesma linha, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), indica que o tema deve ser tratado com prudência. Na visão dele, segundo interlocutores, a ideia é só levar o assunto adiante quando houver um alinhamento com o governo, o que não tem previsão de ocorrer.

Entre líderes partidários de diferentes correntes políticas ouvidos pelo **Valor**, alguns deles ligados a Alcolumbre e Pacheco, a ideia é aguardar até que haja a troca no comando do Banco Central. Campos Neto deixará a função no final deste ano e, por isso, essa ala acredita que não faria sentido fazer uma mudança dessa magnitude antes de conhecer quem será o sucessor.

A matéria gera divergências até mesmo entre parlamentares da oposição. Um deles, ouvido sob condição de anonimato, afirmou que a autonomia do BC, já aprovada pelo Legislativo, é bem diferente da autonomia financeira da instituição.

Há um temor entre esses oposicionistas de que conceder autonomia financeira ao BC possa abrir caminho para que outras instituições que já contam com autonomia operacional, como a Polícia Federal, busquem a independência orçamentária.

Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), evitou reforçar posição contrária à matéria, mas expôs as dúvidas que têm sido apontadas aos colegas. "Muita gente já está acordando para a PEC. Qual é o problema, de orçamento? Orçamento tem problema para todo mundo, não só para o BC. Tem problema para as universidades, para a PF, para o Exército. Alguém quer nadar de braçada? Quem é responsável pelo fiscal quer ter liberdade fiscal total", disse Wagner.

Outra preocupação levantada pelo líder do governo envolve o eventual aumento de gastos da instituição. "Ninguém me diga que eles [do BC] querem sair do orçamento fiscal para gastar menos. Eles querem sair do orçamento para gastar mais, os responsáveis pela responsabilidade fiscal", acrescentou.

Indagado se o governo vai orientar contra a PEC, Wagner evitou se comprometer. "Eu prefiro mostrar argumentos [contra] e discutir o tema tecnicamente do que cair em 'defende autonomia ou não'", reagiu.

Na próxima semana, o novo líder da oposição na Casa, Marcos Rogério (PL-RO), que assumiu provisoriamente o cargo no lugar de Rogério Marinho (PL-RN), que está de licença, pretende discutir o assunto com o grupo para alinhar uma posição.

Nesta semana, o relator do texto na CCJ, Plínio Valério (PSDB-AM), esperava ler o seu parecer no colegiado. Só depois seria possível ser solicitado o pedido de vista (mais tempo para análise), como é praxe. Alcolumbre, no entanto, priorizou apenas a votação da indicação de autoridades e do projeto que libera os jogos de azar no país.

> Tema só deve avançar no Senado depois da mudança no comando da instituição

INÊS 249

Copom sela capitulação ao ajuste rumo a 2026

Maria Cristina Fernandes

Tratada no PT como uma traição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a decisão unânime pela manutenção da taxa de juro mantém Gabriel Galípolo na linha sucessória para a presidência do Banco Central. Se discordasse, poderia perder a credibilidade para assumir o cargo. Votando a favor, só perderá pontos para ser indicado se Lula quiser dar razão a quem o acusa de querer interferir no BC.

Tratada no mercado como uma derrota do presidente, que fez duras críticas à política monetária e tem quatro indicados na atual diretoria, a decisão do Copom demonstra, no limite, um BC que discorda de Lula sobre as perspectivas da inflação. A unanimidade, por afastar o risco de interferência, pode acabar, paradoxalmente, afetando positivamente as expectativas se for acompanhada de um pacote exequível de novas receitas e corte de despesas.

Neste sentido, a decisão do Copom joga água no moinho da mudança em curso no comportamento do presidente. Lula parece, sim, ter capitulado. Não ante o Copom, mas ao ajuste. O mesmo Lula que acusou Roberto Campos Neto de trabalhar contra o Brasil disse que "nada" está descartado na busca pela sustentabilidade das contas públicas.

Este "nada" foi dito por Lula, à CBN, quando indagado se as alternativas de corte incluíam temas sacrossantos como a mudança no piso de saúde e educação, desvinculação da Previdência da política de valorização do salário mínimo e reforma da aposentadoria dos militares. O mesmo Lula que critica Campos Neto pela política monetária restritiva é aquele que, ao ceder às evidências de que as contas públicas precisam de um ajuste, acaba por concordar com uma das principais premissas da atual política de juros.

Mas esta não é apenas mais uma das contradições pelas quais Lula navega sem ajuda de aparelhos. Ao aceitar um cardápio de cortes sem vetos antecipados, o presidente age para fortalecer seu ministro da Fazenda depois do estrago provocado pela devolução da MP do PIS/Cofins e pela percepção generalizada de que Lula e Fernando Haddad já não tocavam pelo mesmo diapasão.

Ainda que pareça improvável que Lula tope embarcar na desvinculação da Previdência, pela margem estreita de aprovação com a qual governa, a informação que chega da equipe que está enfurnada na Fazenda em torno do cardápio de cortes é que, de fato, não foram traçadas fronteiras proibidas sobre as quais não se pudesse avançar.

Se Lula resolveu bancar Haddad é porque o reconhece como âncora e teme os riscos de sua avaria à nau governista. Foram as incertezas fiscais do governo que ameaçaram a confiança cultivada por Haddad junto a empresários, banqueiros e investidores.

A investida pela retomada desta confiança não é a única conclusão que se tira da mudança de comportamento de Lula. Se o presidente vai, de fato, bancar este ajuste é porque o pragmatismo lhe fez ver o prejuízo que as contas públicas em desalinho lhe trariam.

E mais: se o presidente embicou nesta rota é porque está mais próximo do compromisso assumido em campanha, o de que voltaria ao poder para um único mandato. Mais de um interlocutor do presidente compartilha da visão de que Lula só iria para o tudo ou nada, na queda de braço com o mercado, por sua própria reeleição. Se aceitará o ajuste é porque pretende abrir 2026 para Fernando Haddad.

Lula foi cristalino na entrevista. Disse que sua candidatura não é a primeira hipótese, que seu estado de saúde e resistência física terão que ser considerados e que só seria candidato para evitar que o país volte a ser governado por um "fascista". Como o dono desse chapéu, o ex-presidente Jair Bolsonaro, é inelegível, estaria afastada, pois, a única condição para que Lula se recandidate.

Parece mais do mesmo, mas não é. Em maio, em São Leopoldo (RS), Lula disse que viveria até os 120 anos e ainda disputaria "dez eleições" nem que o fizesse de bengala. Em julho de 2023, disse que a candidatura à reeleição do presidente americano, Joe Biden, o estimulava: "Sou muito mais novo do que ele" (três anos os separam).

Embalado pela perspectiva, o PT chegou a incluir numa resolução partidária, de agosto do ano passado, a recondução de Lula. De lá pra cá, cresceu a descrença, no grupo formado pelos ex-presidentes do partido, com o qual teve, dias atrás, uma breve e remota interação, de que o presidente esteja disposto a encarar o quarto mandato.

Não pesam contrariamente apenas a idade e os riscos que um governo de expansão fiscal traria. Quando Lula diz que só disputaria para derrotar, mais uma vez, Bolsonaro, é também porque o ex-presidente lhe seria um adversário mais fácil do que um nome mais moderado, como o governador de São Paulo.

E a razão é simples. Lula correria o risco de ver o centro, que o colocou de volta ao Planalto, correr para Tarcísio de Freitas. Uma candidatura Haddad, particularmente depois da trajetória construída na Fazenda, teria mais chance de evitar a migração deste eleitor centrista para o bolsonarismo sem Bolsonaro.

A dois anos e meio da sucessão, tudo é conjectura, até mesmo a possibilidade de Freitas contar com o aval do bolsonarismo, sem o qual vira pó. Também se esfacelam as chances de Lula fazer o sucessor se a economia não empinar. Isso passa pela equação fiscal a ser montada pela alternativa à MP do PIS/Cofins e pelo cardápio de cortes. É daí que se montará a plataforma do próximo biênio, quando a sucessão presidencial dará o tom.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Também foi aprovada proposta da bancada ruralista, com apoio do governo, que permite ao trabalhador acumular contrato de safra com Bolsa Família

Câmara aprova projeto que anistia dívidas de produtores rurais do RS

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara aprovou na quarta-feira, em votação simbólica, a proposta que anistia os produtores rurais do Rio Grande do Sul do pagamento das parcelas mensais de crédito de custeio adquiridos em 2024 que deveriam ser quitados até o fim do ano. A medida faz parte do pacote de ações emergenciais adotadas para mitigar o estado de calamidade pública do Rio Grande do Sul. O texto segue para análise do Senado.

De autoria do deputado Tenente Coronel Zucco (PL-RS), a proposição era uma demanda feita ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), pela bancada ruralista.

A proposta estabelece o perdão das parcelas vencidas e que vencerão em 2024 de financiamentos de custeio e de comercialização e de investimento das operações de crédito rural aos produtores atingidos pela tragédia no Estado, independentemente da fonte de recursos ou da instituição financeira.

Em seu parecer, o relator Afonso Motta (PDT-RS) ampliou o alcance da medida, já que o texto original previa o perdão das dívidas adquiridas apenas junto a instituições financeiras subsidiadas pelo Orçamento da União, como o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

MARIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Afonso Motta: relator ampliou alcance da medida ao estender perdão independentemente da instituição financeira

O projeto também suspende por dois anos o pagamento das parcelas mensais de crédito de investimento e de comercialização adquiridos pelos produtores rurais gaúchos em 2024.

Poderão ser beneficiados produtores rurais de municípios do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidas pelo Executivo. Para ter acesso ao benefício, será necessária a apresentação de laudo técnico de constatação de perdas materiais assinado por entidade habilitada.

Em outra frente, o projeto cria uma linha de crédito para catástrofes naturais e regulamenta o seguro de renda mínima ao produtor rural atingido por esse tipo de tragédia.

A Câmara também aprovou projeto de lei que permite que os beneficiários do Bolsa Família contratados para colheita de safra — um emprego temporário — recebam ao mesmo tempo o auxílio e o salário, como uma forma de estimular a entrada no mercado de trabalho. O texto segue para o Senado.

A proposta era uma demanda da bancada ruralista pela dificuldade de contratar mão de obra para a colheita de frutas, café e cacau, e recebeu apoio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), numa iniciativa que visa aumentar o apoio ao petista no setor agropecuário — que, em sua maioria, é muito mais ligado aos políticos de direita e ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

De autoria do deputado Zé Vitor (PL-MG), o texto foi relatado pelo líder do PT na Câmara, deputado Odair Cunha (MG), e aprovado em votação simbólica.

Em uma votação marcada por críticas da oposição, os deputados aprovaram o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto que pretende baixar a conta de luz, mas que conta com um jabuti que busca beneficiar as usinas de carvão. Enquanto 277 parlamentares votaram a favor da urgência, 138 foram contrários.

De autoria do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a proposição antecipa recebimentos da privatização da Eletrobras para combater o aumento da conta de luz, principalmente no Amapá, e prevê benefícios para a geração de energia renovável no Nordeste brasileiro, com a possibilidade de prorrogação de concessões.

O petista incluiu dispositivo que busca assegurar a participação de usinas movidas a carvão mineral nos leilões de reserva de capacidade de potência. Para participar, as empresas precisarão ter um plano de transição energética para conversão de carvão em gás natural.

PT vai à Justiça contra Campos Neto

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A bancada do PT na Câmara dos Deputados entrou na quarta-feira (19) com ação judicial acusando o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de fazer "manifestações de natureza político-partidárias" e, com isso, "afetar significativamente a credibilidade da instituição e a adequada condução das políticas monetária e financeira nacional".

A ação foi impetrada horas antes do Comitê de Política Monetária (Copom) anunciar a manutenção da taxa Selic em 10,5% ao ano, e logo após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atacar duramente Campos Neto pela participação em jantar com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"O fumus boni iuris [sinal do bom direito] restou ampla e devidamente demonstrado em virtude da ostensiva motivação político-partidária do presidente do Banco Central do Brasil, amplamente registrada pela imprensa, que denota possível interferência na imparcialidade política que se exige na condução daquela instituição", dizem os deputados na ação.

A ação foi protocolada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e assinada por 59 dos 68 deputados federais do partido, entre eles a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR), o líder do governo na Câmara, José Guimarães (CE), e o líder da bancada, Odair Cunha (MG).

O partido pede que Campos Neto seja proibido de "ostentar movimentação política e realizar pronunciamentos de natureza político-partidárias" e "de manifestar qualquer apoio à candidatura ou pretensão de ocupação de cargo político" enquanto estiver no cargo.

Além disso, solicitam que ele não possa fazer "pronunciamentos que denotem possível interferência na imparcialidade política que se exige na condução de sua atuação enquanto presidente do Banco Central do Brasil".

Campos Neto foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Com a autonomia do órgão aprovada em 2021, passou a ter mandato fixado em lei. Esse período se encerra neste ano e o substituto será indicado por Lula. Sob a chefia de Campos Neto, o Copom também adotou medidas impopulares na gestão anterior. Em 2022, último ano do governo Bolsonaro e ano eleitoral, o colegiado elevou as taxas de juros. Em agosto daquele ano, a Selic chegou a 13,75% ao ano, encerrando um ciclo de aperto que reverteu o estímulo monetário adotado durante a pandemia de covid-19. Procurado, o BC não se manifestou sobre a ação.

Transição tributária pode afetar locadoras

Raphael Di Cunto, Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A regra proposta pelo governo para a transição do atual modelo de tributação para o novo encarecerá a compra de carros pelas locadoras e, com isso, deve impactar também a fabricação de automóveis no país. A revenda dos veículos é hoje uma das principais fontes de faturamento das locadoras, que respondem por quase 30% das vendas de carros por ano.

O assunto já foi levado aos deputados do grupo de trabalho da Câmara sobre a regulamentação da reforma tributária e foi tema de quatro reuniões na Secretaria Extraordinária do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária (Sert) com o objetivo de promover ajustes no texto e evitar esse problema durante os anos de transição (2027 a 2032).

Em nota, a Sert confirmou que "está estudando alternativas técnicas para solucionar a questão do ativo imobilizado das locadoras de veículos durante a transição [...] a fim de subsidiar o Congresso Nacional, a quem caberá qualquer decisão". Os deputados ouvidos pelo **Valor** relataram que pretendem resolver o problema no parecer que será finalizado no dia 4 de julho.

Com a reforma, as empresas de locação de veículos serão contribuintes do IBS e CBS nas operações de locação e revenda de veículos, com o que o setor está de acordo. Mas, durante a fase de transição, com respingo para os anos anteriores e posteriores, o setor alega que os créditos sobre o ativo imobilizado (os carros) estarão em descompasso com os tributos.

Coordenador do comitê tributário da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla), o advogado Victor Hugo Rocha disse que atualmente o regime tributário das locadoras não gera crédito de ICMS, mas que, após a reforma, esses veículos serão revendidos com a geração de créditos. "Haverá uma dupla tributação dessa forma", afirmou.

Se isso for aprovado sem modificações, disse Rocha, as locadoras vão repensar a compra dos veículos nesse período e talvez posterguem os investimentos em renovação da frota para esperar a migração para o novo modelo. "Há um impacto grande na própria parte tributária, porque a venda de um veículo gera bastante imposto", comentou.

> Regra deve encarecer compra pelas empresas e impactar fabricação de carros

Em ofício à Câmara e à Sert, a Abla e a Anav, que também representa as locadoras, se juntaram com a Anfavea (as montadoras) e do Sindipeças (os fabricantes de peças) para solicitar a alteração. "A mudança repentina, sem gradualismos, a um novo regime, implicará em distorções de mercado, derivadas do descompasso entre crédito e débito, colocando em risco a aquisição de, aproximadamente, 30% de todos os veículos novos comercializados", disseram.

Ano passado, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite, afirmou que as compras pelas locadoras são fundamentais para as montadoras que atuam no país. "Lembrando que nós tivermos 14 paradas de fábricas neste ano [2023]. Se não fossem as locadoras, os números de paradas seriam muito maiores que 14, seriam 20, 25", disse, segundo reportagem do portal "g1".

Duas soluções foram sugeridas pelas empresas ao Congresso e a Sert e estão em estudo: a criação de um "crédito presumido" ou um fator de redução.

A lógica do crédito presumido seria que na venda do veículo com IBS haveria proporcionalidade de crédito de IBS presumido — já que na compra ocorreu a incidência do tributo sem a possibilidade de tomada de crédito, o vendedor "ganharia" um crédito. Já o fator redutor, que poderia ser escalonado, reduziria o valor a ser pago na transição, considerando a potencial perda.

A Sert, segundo o **Valor** apurou com pessoas a par das negociações e com os deputados, tem preferência pelo segundo modelo, do fator redutor. A secretaria não respondeu sobre essa preferência. Anav, Localiza e Movida também não comentaram. O texto final sobre como isso funcionará ainda está em elaboração e não foi divulgado.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	-	0,44	2,12	4,72	3,70	-	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	-	0,89	0,28	-3,18	-0,34	-	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	-	1,06	-0,42	-5,60	-1,73	-	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	-	0,44	2,17	3,40	2,96	-	732,02	716,46	709,20
INCC-M	-	0,59	1,69	3,32	3,68	-	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jun/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24		-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58

Necessidades de financiamento do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Congresso Texto passou em votação simbólica e volta para a Câmara para análise das alterações feitas pelos senadores

Senado aprova projeto de reforma do ensino médio

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

O plenário do Senado aprovou, em votação simbólica, nesta quarta-feira (19), o projeto de lei que estabelece uma reforma no ensino médio, conhecido como Novo Ensino Médio. Como passou por alterações, a matéria retornará à Câmara dos Deputados para uma nova análise.

Em outubro do ano passado, o Executivo encaminhou a proposta ao Congresso. O texto foi aprovado pela Câmara em março deste ano e depois seguiu ao Senado.

Em seu parecer, a relatora da matéria, Dorinha Seabra (União-TO), retomou a carga horária básica de 2,4 mil horas para o currículo comum (BNCC), distribuídas em três anos, para as disciplinas obrigatórias, como português e matemática. Também são previstas 600 horas para as matérias específicas, totalizando 3 mil horas.

Inicialmente, a senadora alterou o texto da Câmara e previu 2,2 mil horas para as disciplinas obrigatórias e 800 horas para as optativas, aquelas em que o aluno se aprofunda em determinada área do conhecimento ou dedica-se à formação técnica profissionalizante.

A decisão de retomar as 2,4 mil horas foi alinhada com o Ministério da Educação, comandado por Camilo Santana.

Para os cursos do ensino médio com ênfase em formação técnica e profissional a partir de 2025, o texto aprovado prevê um mínimo de 2,2 mil horas de formação geral e 800 horas de disciplinas complementares. A partir de 2025, o projeto aprovado prevê a expansão das cargas horárias totais de cursos de ensino médio técnico progressivo.

"De acordo com o novo dispositivo, as cargas horárias totais de cursos de ensino médio que ofereçam ênfase em formação técnica e profissional deverão, a partir de 2029, ser expandidas de 3 mil horas para 3,2 mil, 3,4 mil e 3,6 mil horas, quando se configurarem, respectivamente, como cursos técnicos de 800, 1 mil e 1,2 mil horas", diz a nota técnica da consultoria do Senado.

"Você tem que fazer o crescimento gradual de horas, que é uma meta do país e do próprio governo, de ampliar o tempo integral", afirmou Dorinha.

Outra alteração proposta pela relatora foi a inclusão de espanhol como curso obrigatório no ensino médio. Durante a tramitação na Câmara, o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), retirou a obrigatoriedade do idioma. Segundo a relatora, a disciplina irá contribuir com uma maior integração com os países vizinhos.

"A grande maioria dos nossos Estados faz fronteira com países que falam espanhol, nós também temos o acordo com o Mercosul", afirmou a relatora.

O texto permite que as escolas substituam o inglês e o espanhol, disciplinas obrigatórias, por outros idiomas. A condição é que os locais façam fronteira com países que não falam espanhol ou que apresente especificidades que tornem o estudo de outro idioma fundamental.

"O texto dá flexibilidade. Se tiver na realidade do Estado trabalhar com francês, com italiano, pela questão cultural e de imigração, ele pode", pontuou a senadora.

De acordo com o texto aprovado, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), avaliação que dá acesso ao ensino superior, irá levar em conta apenas o currículo comum. No caso dos cursos técnicos, até 400 horas da formação básica do ensino médio poderão ser reaproveitadas em uma formação técnica com carga horária total de 1,2 mil horas.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Professora Dorinha retomou carga horária de 2,4 mil horas para o currículo comum e 600 horas para matérias específicas

Passa marco legal do hidrogênio verde

De Brasília

O Senado aprovou na quarta-feira (19), em votação simbólica, o texto-base do projeto de lei (PL) que estabelece o marco legal para a exploração do hidrogênio de baixa emissão de carbono no Brasil. O objetivo da matéria é criar incentivos para o uso de energia limpa no lugar de combustíveis fósseis.

Por falta de acordo, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu que três destaques (sugestões de alteração) serão votados em outra sessão, ainda sem data definida. Após o fim da deliberação, o texto precisará passar por uma nova análise na Câmara dos Deputados.

O hidrogênio verde é criado através da eletrólise da água, um processo de divisão de moléculas feito a partir de uma fonte energia limpa. A iniciativa faz parte da "agenda verde" do governo para incentivar a descarbonização da matriz energética do país.

"Esse projeto aponta o futuro. Nós temos um potencial muito grande na área de hidrogênio verde, seja para utilização interna, seja para exportação. Portanto, já há vários empresários e uma carteira de projetos que estão aguardando a regulamentação para poder começar", disse o líder do governo no Senado Jaques Wagner (PT-BA).

O projeto cria o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono (Rehidro), isentando de contribuições empresas que, no prazo de cinco anos, realizarem investimentos em hidrogênio verde, e também o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC).

No parecer, o relator Otto Alencar (PSD-BA) incluiu um trecho que isenta de PIS/Cofins e PIS/Cofins-Importação a aquisição de matérias-primas, desde que no marcado interno, por empresas beneficiárias do Rehidro.

Alencar estabeleceu para 2028 o início da concessão dos créditos fiscais relativos ao PHBC e estendeu o benefício até 2032. O programa confere créditos na comercialização de produtos. O relatório aumentou em R$ 5 bilhões o montante e prevê um total máximo de R$ 18,3 bilhões em incentivos tributários até o fim do período.

Os créditos serão concedidos de maneira progressiva: R$ 1,7 bilhão em 2028, R$ 2,9 bilhões em 2029, R$ 4,2 bilhões em 2030, R$ 4,5 bilhões em 2031 e R$ 5 bilhões em 2032. O montante poderá ser alterado pelo poder Executivo em função da meta fiscal.

O relator acatou uma emenda do líder do MDB, Eduardo Braga (AM), que define hidrogênio verde como aquele produzido utilizando fontes de energia renováveis, incluindo hidrelétricas.

O texto permite ainda a empresas que produzem qualquer tipo de biocombustível, incluindo do etanol, possam se beneficiar do Rehidro. Antes, pela versão da Câmara, apenas produtores de biogás ou biometano eram contemplados por esses benefícios fiscais e incentivos.

O projeto estabelece que a autorização para a produção, importação, transporte, exportação e armazenagem de hidrogênio ficará a cargo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Também permite a produção apenas para empresas com sede no Brasil. O projeto amplia a competência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para oferecer contribuições à ANP. ***(CT e JL)***

Fazenda analisa ideias para compensar desoneração

Jéssica Sant'Ana, Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou na quarta-feira (19) que algumas ideias apresentadas pelo Senado para compensar a desoneração da folha de pagamentos foram descartadas, porque não teriam impacto em 2024. Ele participou de uma reunião sobre o tema com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e senadores.

"Algumas medidas fazem sentido, servem de compensação, ainda que os valores [de arrecadação] tenham que ser checados, e outras já descartamos porque não serviriam de compensação", disse o secretário após a reunião. Ele não comentou quais seriam essas medidas descartadas, mas disse que são porque ou não servem para compensar ou porque exigem anualidade (imposto só pode ser cobrado ano que vem).

"Seguimos à disposição desse trabalho de virar essa página e resolver essa questão", comentou Durigan, afirmando que a Receita Federal fará os cálculos das medidas apresentadas.

Como mostrou o **Valor**, Pacheco pretendia apresentar à equipe econômica uma minuta de um projeto de lei para refinanciar multas aplicadas a empresas por agências reguladoras como uma possível medida de compensação para a desoneração.

Na terça-feira (18), Pacheco teve uma reunião sobre o tema com o advogado-geral da União, Jorge Messias, e presidentes das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ele já consultou líderes partidários sobre o assunto na quinta-feira (13).

O presidente do Senado tem dito que o refinanciamento de multas aplicadas pelas agências "representaria arrecadação muito substancial para o Estado brasileiro".

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A partir do projeto de lei, proposto pela equipe após acordo com o Congresso Nacional, a desoneração fica mantida neste ano e haverá um aumento do progressivo a partir de 2025.

> "Algumas medidas fazem sentido, servem de compensação"
> *Dario Durigan*

A alíquota dos setores contemplados passará a ser de 5% sobre a folha de salários em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027; e 20% (valor cobrado hoje das demais empresas que não são atingidas pela desoneração) em 2028.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Juntos, os 17 setores da economia beneficiados pela desoneração geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração, entre outros pontos da agenda fiscal.

Geopolítica Isolados pelas sanções ocidentais, os dois países assinam aliança que pode reforçar arsenais de Moscou e Pyongyang

Rússia e Coreia no Norte firmam pacto militar e desafiam sanções

Agências internacionais

Rússia e Coreia do Norte firmaram ontem um pacto de defesa mútua, abrindo o caminho para elevar o laço entre os dois países ao nível de uma aliança militar ampla. Os líderes russo, Vladimir Putin, e o norte-coreano, Kim Jong-un, assinaram um acordo de "parceria estratégica" que amplia a cooperação militar entre os signatários e pode levar um país ao compromisso de defender militarmente o outro, em caso de ataque de uma terceira força.

Sem especificar os detalhes, Putin disse que a nova parceria inclui uma cláusula de assistência mútua, que seria aplicada em caso de "agressão" contra um dos signatários.

O acordo foi considerado pela mídia asiática como a medida mais significativa da Rússia na Ásia em vários anos. Kim afirmou após a assinatura do pacto que ambos os países tinham uma "amizade inquebrável", qualificando o acordo de "o tratado mais forte que já foi estabelecido" entre os dois países. Putin, que tinha chegado a Pyongyang na véspera — na primeira viagem de um líder russo à Coreia do Norte em 24 anos —, disse que o tratado era um "documento transcendental".

A Coreia do Norte e a então União Soviética firmaram um tratado em 1961 que, segundo os especialistas, exigiria a intervenção militar dos soviéticos se os norte-coreanos fossem atacados.

Moscou e Pyongyang estão entre os países mais afetados por sanções internacionais no planeta e, por isso, ambos têm dificuldades de ampliar seus arsenais.

A Rússia, que leva adiante sua invasão de mais de dois anos à Ucrânia, não tem acesso a equipamentos e matéria-prima para fabricar armas na escala necessária para municiar seus soldados no front. Já a Coreia do Norte vê seu custoso — e amplamente condenado — programa de armas nucleares estagnado pela falta de acesso à tecnologia para miniaturizar ogivas para que possam ser transportadas pelos mísseis que possui.

Putin disse que Moscou deve desenvolver uma "cooperação técnico-militar ao abrigo do acordo", ao mesmo tempo em que fez um chamado à Organização das Nações Unidas (ONU) para que suspenda as sanções tanto ao seu país quanto à Coreia do Norte.

"Estas ações ilegítimas servem apenas para minar o sistema econômico e político mundial", disse Putin, recebido em Pyongyang com cartazes de rua em honra à visita. "Continuaremos a nos opor à prática de imposição de sanções sufocantes como arma que o Ocidente passou a utilizar para manter a sua hegemonia."

Segundo Shin Won-sik, o ministro de Defesa da Coreia do Sul — inimiga histórica da Coreia do Norte —, a Rússia ofereceu ajuda tecnológica para manutenção dos satélites espiões de Pyongyang em troca de quase 5 milhões de projéteis de artilharia. Shin também disse à agência Bloomberg, que Putin se comprometeu a enviar alimentos para os norte-coreanos.

A China, que nos últimos anos tem sido a principal financiadora econômica da Coreia do Norte, também tem adotado cautela em relação ao aprofundamento da relação entre Putin e Kim.

Especialistas disseram que a oferta russa de alimentos e tecnologia militar tornaria mais difícil atrair Pyongyang para negociações de desnuclearização, enquanto as mais transferências de armas norte-coreanas para a Rússia fortaleceriam a necessidade da Ucrânia de obter armas de seus aliados.

Em março, a Rússia bloqueou a renovação de um painel da ONU que monitora o cumprimento das sanções do Conselho de Segurança contra a Coreia do Norte, resultando na dissolução desse órgão.

"A integridade da ordem internacional está em questão no que diz respeito à defesa da Ucrânia e à implementação das resoluções da ONU", disse Leif-Eric Easley, professor da Ewha Womans University, em Seul. "A transferência de tecnologia militar sensível de Moscou para Pyongyang não só violaria as sanções da ONU, mas também poderia desestabilizar a Península Coreana e o Leste da Ásia."

Horas depois da histórica visita à Coreia do Norte, Putin embarcou ontem mesmo para o Vietnã, onde também busca aprofundar relações comerciais e militares.

GAVRIIL GRIGOROV, SPUTNIK, KREMLIN POOL PHOTO VIA AP

Comitiva de Putin passa por ruas do centro de Pyongyang enfeitadas com cartazes em homenagem a líder russo

UE critica França de Macron por déficit excessivo

Raf Casert
Associated Press, de Bruxelas

O braço executivo da União Europeia (UE) criticou a França ontem por acumular uma dívida excessiva, uma censura no auge de uma campanha eleitoral em que o presidente Emmanuel Macron enfrenta uma forte ameaça da extrema direita e da esquerda.

A Comissão Europeia recomendou a sete países, entre eles a França, que deem início ao chamado "procedimento por déficit excessivo", o primeiro passo de um longo processo antes de que qualquer Estado-membro possa sofrer restrições e ser obrigado a adotar medidas corretivas.

"O critério de déficit não é cumprido em sete de nossos Estados-membros", disse o vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis. Estão nessa situação França, Bélgica, Itália, Hungria, Malta, Eslováquia e Polônia.

Durante décadas, a UE estabeleceu metas para que os Estados-membros mantivessem seus déficits anuais em até 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e suas dívidas como um todo correspondessem a no máximo 60% de sua produção. Essas metas foram ignoradas quando era conveniente, algumas vezes até por países como a Alemanha e a França, que são as maiores economias do bloco.

Desta vez, porém, Dombrovskis disse que uma decisão "precisa ser tomada com base em fatos e em se o país respeita o tratado e os valores para o déficit e a dívida, e não com base no tamanho do país".

O déficit anual da França ficou em 5,5% no ano passado. Nos últimos anos, circunstâncias excepcionais, como a crise da covid-19 e a guerra na Ucrânia, permitiram uma certa leniência com relação à dívida, mas isso agora acabou.

Ainda assim, o anúncio de ontem tocou um ponto delicado na França, depois que Macron convocou eleições antecipadas na esteira de sua derrota para a extrema direita de Marine Le Pen nas eleições para o Parlamento Europeu, em 9 de junho.

Nas pesquisas, o Renascimento de Macron está atrás do partido de Le Pen, o Reunião Nacional (RN), e de uma nova frente da esquerda unida eleitorais. As duas chapas de oposição apresentaram programas de governo em que o gasto deficitário é essencial para sair do impasse econômico.

Os aliados de Macron podem usar a censura da UE na campanha eleitoral, como um alerta de que os extremos levarão a França à ruína. Mas a oposição também pode aproveitar para alegar que Macron gastou demais e mesmo assim empobreceu os franceses, o que não lhe deixa escolha a não ser gastar ainda mais.

Apesar da censura sobre a dívida excessiva, o comissário de Economia da UE, Paolo Gentiloni, enfatizou que a França também caminha na direção certa para resolver certos "desequilíbrios" e, com isso, passa uma "mensagem de segurança" às instituições da UE.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia francesa crescerá a um ritmo relativamente modesto em 2024, de 0,8% do PIB, com uma aceleração para 1,3% em 2025.

Além disso, ao contrário das medidas impostas à Grécia durante sua dramática crise fiscal de uma década atrás, Gentiloni disse que a austeridade excessiva não era uma resposta para o futuro.

"Muito menos não significa voltar à austeridade, porque isso seria um erro terrível", afirmou ele.

Gentiloni também contestou a alegação de que foi a própria austeridade que levou à guinada dos eleitores para a extrema direita. Ele apontou que nos últimos anos estavam em vigor condições orçamentárias lenientes e mesmo assim a extrema direita foi vitoriosa em muitos Estados-membros.

"Veja o que aconteceu em eleições recentes. Se a teoria é 'menos gastos, extremos mais fortes', bem, nós não viemos de um período de menos gastos", disse Gentiloni.

Extrema direita e esquerda assustam empresas na França

MICHEL EULER/AP

O chefe do lobby empresarial francês Medef, Patrick Martin, criticou propostas eleitorais tanto da extrema direita quanto da aliança de esquerda Nova Frente Popular, afirmando que eles ameaçam a economia. Ao jornal "Le Figaro", Martin disse que o Reunião Nacional (RN), de Marine Le Pen, isolaria o país da União Europeia, com seus planos de reverter as reformas do seguro-desemprego e da aposentadoria, implementados pelo presidente Emmanuel Macron. Já a aliança esquerdista defende gastos públicos extras de € 200 bilhões por ano. Na foto, Jordan Bardella, presidente do RN e candidato a premiê no caso de vitória da extrema direita, chega à exposição Eurosatory Defesa e Segurança, em Villepinte.

Regras favorecem Biden a expor caráter de Trump em debate da próxima semana

Análise

Edward Luce
Financial Times

Como você conduz um debate entre dois homens cuja idade combinada é de dois terços da idade da república dos EUA? A resposta é fazê-lo sem público, silenciar o microfone do candidato que não estiver falando e marcar intervalos para o banheiro (chamando-os de comerciais). Seria um exagero dizer que o confronto da próxima semana entre Joe Biden e Donald Trump será definitivo. Mas, em uma eleição acirrada, na qual a capacidade mental de cada candidato está sob os holofotes, ele ganha enorme importância.

Apenas três vezes na história dos EUA um debate presidencial possivelmente mudou o resultado da eleição. Em cada um desses casos, no entanto, os debates ocorreram poucas semanas ou dias antes da eleição. Biden pressionou para que este fosse realizado mais cedo do que nunca porque hoje em dia muitos americanos enviam seus votos pelo correio. Na realidade, a equipe dele queria ter, o mais cedo possível, a chance de acabar com o empate nas pesquisas, que, segundo eles presumiam, a esta altura já deveria ter desaparecido. Quanto mais cedo Biden puder dissipar dúvidas sobre sua idade e lembrar as pessoas do caráter de Trump, melhor. Essa é a teoria.

O passado traz lições inconclusivas. Os primeiros debates na TV foram entre John F. Kennedy e Richard Nixon em 1960. Representam um bom presságio para Trump. As pessoas que sintonizaram no rádio acharam que Nixon havia vencido. Aqueles que assistiram na TV, preferiram Kennedy. O contraste entre o rosto mais cansado de Nixon e a juventude radiante de JFK foi importante. O equivalente de hoje seria assistir com a TV sem som [para julgar o efeito que um político provoca]. Nesse critério, Trump parece mais vigoroso. Kennedy ganhou 34,2 milhões de votos. Nixon, 34,1 milhões.

Os outros dois debates que decidiram eleições envolveram Jimmy Carter. Em 1976, um mês antes da eleição, Carter atraiu o presidente em exercício, Gerald Ford, a uma armadilha. Ele fez Ford negar que havia dominação soviética no Leste Europeu. Isso descontentou eleitores de origem polonesa e tcheca de Estados decisivos daquela eleição, na qual a margem no colégio eleitoral se resumia a alguns milhares de votos em Ohio e Wisconsin. George Gallup chamou o caso de "o momento decisivo da campanha". O ator Chevy Chase inspirou-se na gafe em sua imitação de Ford no "Saturday Night Live". "No ano passado, visitei a capital da Polônia, e deixe-me dizer já de início que Milwaukee é uma cidade linda", disse o Ford de Chase.

Em 1980, a presença afável de Ronald Reagan dissipou dúvidas de que ele era um fanático em estado de pré-alerta com a União Soviética. Até aquele momento — uma semana antes da eleição — os números de Carter e Reagan estavam empatados. Tudo o que Reagan precisou fazer foi aparentar sanidade. Ele venceu por uma margem esmagadora. Os exemplos dois e três representam um mau presságio para Trump. Ele não tem concorrentes em sua capacidade para menosprezar grandes grupos de pessoas. Entre os alvos já estiveram as mulheres como um todo, os servidores uniformizados e aqueles com familiares próximos sofrendo de vício ou deficiência. Embora Trump possa ser engraçado, seu caráter é, decididamente, pouco reconfortante.

Com base no desempenho anterior, Biden deveria vencer Trump. Ele foi considerado o vencedor em ambos os encontros de 2020. Isso, em parte, porque Trump passou uma impressão desagradável, mais notavelmente quanto à rebeldia do filho de Biden, Hunter. As pessoas gostaram quando Biden disse: "Você pode calar a boca, cara?" De qualquer forma, Trump já se dirigia à derrota. Ele também perdeu o debate para Hillary Clinton em 2016 tanto no conteúdo quanto na linguagem corporal. Apesar disso, ele derrotou Clinton. O ex-diretor do FBI James Comey pode ajudar a explicar por quê.

> Democratas mentiriam se dissessem que não estão apreensivos com confronto

Ainda assim, os democratas estariam mentindo se dissessem que não ficarão com o coração na boca quando Biden subir ao palco na próxima quinta-feira. O teste de deixar a TV sem som está desatualizado. Um teste melhor seria o TikTok, ou o Instagram Reels, por onde muitos americanos ficarão sabendo como foi debate. Em março, Biden fez um discurso vigoroso sobre o Estado da União. Milhões viram só o trecho de 15 segundos em que ele se embaralhou com o nome de uma vítima de assassinato. A diferença de percepção entre os americanos que assistiram ao discurso e os que viram pequenos trechos foi enorme. Biden certamente produzirá alguns "bidenismos" que poderão virar trechos desse tipo na próxima semana.

É desse tipo de impressões que dependerá o futuro da democracia dos EUA? A triste resposta é "talvez". A boa notícia para Biden é que as regras, em sua maioria, o favorecem. Trump cresce com a presença de público ao vivo e terá que se adaptar ao microfone em silêncio. Ele ficará inaudível quando Biden estiver falando. Biden seria negligente se não lembrasse aos espectadores que seu oponente é um criminoso condenado.

Seria legal pensar que os confrontos políticos decidirão o debate. Ainda mais do que o usual, porém, o que os candidatos disserem importará menos do que a aparência. O objetivo de Biden será garantir que sua idade seja menos discutida do que o caráter de Trump. No papel, sua tarefa é simples. Na prática, está longe disso.

Israel e Hezbollah fazem preparativos para guerra

Agências internacionais

As tensões ao longo da fronteira de Israel com o Líbano continuaram a subir ontem, com os militares israelitas informando que aprovaram um plano para uma possível invasão do seu vizinho do norte, enquanto que o Hezbollah exibiu o que disse ser imagens feitas por drones das cidades do norte de Israel.

Os planos militares israelitas preveem um ataque ao Líbano caso ecloda um conflito em grande escala entre Israel e o grupo militante xiita Hezbollah — financiado pelo Irã. A operação precisaria da aprovação do governo israelense.

O vídeo do Hezbollah mostrou o que o grupo afirma serem locais sensíveis localizados no interior do território israelense e foi percebido como um aviso de que o grupo militante tem informações sobre onde atacar Israel.

O chefe do Hezbollah, Hassan Nasrallah, disse ontem que nenhum lugar em Israel estaria seguro no caso de uma guerra em grande escala. Em discurso, Nasrallah afirmou que a "invasão da Galileia continua na mesa".

Israel e o Hezbollah vêm trocando tiros desde o ataque do Hamas de 7 de outubro, em apoio aos aliados palestinos que desencadearam uma guerra em Gaza.

ECONÔMICO
Valor

Milei tem vitórias na economia e patina na negociação política

O presidente Javier Milei fez da Argentina uma economia de guerra para debelar uma inflação de 290%. Desde que assumiu, em 10 de dezembro de 2023, eliminou drasticamente subsídios, reduziu o funcionalismo público, interrompeu investimentos estatais e cortou as transferências para as províncias. A receita radical fez o governo obter superávit primário de 0,2% do PIB, pequeno, mas o primeiro em 16 anos. Milei chegou à Casa Rosada com uma inflação mensal de 25% e em maio ela foi de 4,2%. Apesar disso, em seus seis primeiros meses de governo, não conseguiu concluir nenhum de seus projetos. Com concessões, no entanto, está prestes a obter aval do Congresso para ter as mãos livres para agir em matérias econômicas, financeiras, administrativas e de energia, e também para seu pacote de leis de reformas — falta a votação final na Câmara, após dura batalha para vencer a oposição no Senado.

Os bons números exibidos até agora têm seu exato contraponto na redução dos salários, do crescimento e do padrão de vida dos argentinos. Apesar de uma recessão forte, a maior vitória de Javier Milei tem sido a manutenção de sua popularidade, entre 47% e 50%, pouco menor do que tinha quando tomou posse. Os protestos crescentes da oposição peronista e dos sindicatos não foram suficientes ainda para abalar seu prestígio, ancorado em parte na esperança dos argentinos de que a disparada da inflação será refreada e dias melhores aguardam a economia do país.

Como resultado das políticas de Milei, a economia terá uma recessão mais profunda do que a projetada, de - 3,5%, ante -2,75% anteriormente. Entre dezembro e março, os salários recuaram 17% e foram os mais baixos desde 2019. Os empregos no setor privado não param de cair e voltaram ao mesmo nível de 2015. Em contraste, o superávit primário prometido nas negociações com o FMI supera as expectativas, mesmo que a meta seja considerada extravagante: um ajuste de 5 pontos percentuais do PIB (US$ 31 bilhões). A maior parte do ajuste recaiu sobre redução dos subsídios, zeragem dos repasses para as províncias e dos investimentos estatais, pelo lado das despesas. Pelo lado das receitas, contribuíram o imposto sobre importações e o avanço das exportações agrícolas, que foi vigoroso após uma das maiores secas da história do país.

O governo estancou o financiamento monetário das despesas do Estado pelo Banco Central, uma das principais fontes da inflação. Uma virada de US$ 15 bilhões entre dezembro e abril na balança comercial tornou as reservas internacionais líquidas, as de fato disponíveis de imediato de negativas (- US$ 11 bilhões) em positivas (US$ 300 milhões). As reservas brutas subiram de US$ 21,1 bilhões em dezembro para US$ 29,2 bilhões.

O pacote fiscal que tortuosamente está passando pelo crivo do Congresso coloca ênfase no ajuste do Imposto de Renda, que foi vetado. Mas foi aprovada a repatriação sem imposto de dinheiro não declarado de até US$ 100 mil, com taxação acima desse limite, medida com a qual se espera angariar 0,3% do PIB. Impostos sobre dividendos devem render mais 0,2% do PIB e cortes de subsídios, 0,7%. O governo argentino prometeu ao FMI mais impostos e tarifas se seu pacote fiscal for insuficiente em relação às expectativas iniciais.

Na oitava revisão do acordo, o FMI louvou as conquistas de Milei, mas advertiu que o governo tem pela frente uma "difícil rota de ajuste". Para contornar os obstáculos, o Fundo recomendou buscar mais apoio político e social para as reformas que estão sendo feitas, assim como aumentar a assistência social aos mais pobres. O Fundo constata que a demora em conseguir aprovação legislativa para as reformas aumentou os riscos de insucesso.

O cenário externo pode se tornar menos favorável e a recessão, acabar se prolongado, alimentando tensões sociais e dificultando a execução das políticas desejadas. Para o FMI, a demora de aprovação das medidas necessárias pode fazer naufragar os esforços de estabilização e requerer duras medidas adicionais. "O caminho para a estabilização macroeconômica continua altamente incerto", diz o relatório do FMI sobre o país.

Os maiores problemas de Milei são sua incapacidade de negociação política e sua agressividade em relação aos partidos de oposição, que são maioria, enquanto os governistas de sua legenda são ínfima minoria. Seu governo está aprendendo aos trancos e barrancos a arte da conciliação, reforçada agora pela ascensão à chefia de gabinete do presidente do veterano Guillermo Francos, com largo trânsito entre todas as forças políticas, inclusive o peronismo.

Milei precisará de apoio firme no Congresso e fora dele, porque não é possível manter o ferrolho de emergência nos gastos por muito tempo. Se não houver a normalização da economia, e uma perspectiva de crescimento, seu capital político se esvairá e, junto com ele, seu programa de reformas. Seu populismo direitista não é visto ainda como uma ameaça às instituições democráticas e entrará no rol das excentricidades se ele conseguir retirar a Argentina de sua enorme e duradoura crise. É o que esperam dele os argentinos.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Anos 2011-2020 foram período peculiar da economia. Por **Paulo Van Noije, Ezequiel Laplane e Miguel Carvalho**

Passivo externo brasileiro cai US$ 1 trilhão

A inserção econômica externa do Brasil no mundo, historicamente, se caracteriza por ser subordinada aos ciclos de liquidez internacional e, portanto, dependente da economia mundial. Esse tipo de inserção externa, embora permita acesso aos mercados financeiros globais, configura um fator desestabilizador pela necessidade permanente de se obter divisas para honrar os compromissos externos, sejam comerciais ou financeiros. Não obstante, observou-se na década de 2010 um fenômeno que ameniza o problema crônico e estrutural da restrição externa brasileira: a redução do valor, por queda de preço, de US$ 1 trilhão no passivo externo.

Ao longo da história brasileira, as crises econômicas internas foram, na maioria das vezes, desencadeadas por crises no setor externo, associadas a escassez abrupta de divisas internacionais, mais especificamente, escassez de dólares. Essa fragilidade é comumente considerada e estudada pela ótica dos fluxos, isto é, pelas entradas e saídas de divisas registradas no Balanço de Pagamentos (BP).

Menos atenção recebe a ótica dos estoques, apesar de sua importância. Essa perspectiva considera a Posição Internacional de Investimentos (PII), que registra os passivos de não residentes no país e os ativos que os residentes mantêm no exterior. Ao passo que a perspectiva do BP traz a dimensão dos desequilíbrios — e suas fontes — ante a súbita reversão da liquidez internacional, a PII joga luz sobre a magnitude dos ativos dos não residentes sobre a estrutura e as relações econômicas internas.

Os déficits em transações correntes (fluxos) podem ser compensados por uma piora no saldo da PII (estoques), associado, por exemplo, ao endividamento externo. As diferenças entre as duas variáveis, isto é, entre o saldo das transações correntes e a mudança no saldo da PII podem ser atribuídas: (i) às variações de preço dos estoques (exemplo: mudança de preço das ações na Bolsa de Valores); (ii) às mudanças na taxa de câmbio; e (iii) aos cancelamentos de dívidas. As duas primeiras correspondem ao chamado Ganho de Detenção Nominal (GDN), sendo que o ganho de um país é a perda de outro.

Para o caso da economia brasileira, entre 2011 e 2020, como se observa na tabela, o passivo externo foi sempre maior do que o ativo externo, o que indica uma vulnerabilidade externa decorrente de sua situação patrimonial. Contudo, houve uma grande redução do saldo negativo da PII, que passou de -US$ 820 bilhões para -US$ 552 bilhões. Este resultado desafia o saber popular, uma vez que o Brasil acumulou um saldo negativo em transações correntes no período de US$ 654 bilhões. Em outras palavras, houve um "ganho" patrimonial de US$ 354 bilhões apesar do resultado negativo da conta corrente.

É por meio do efeito GDN que o passivo externo brasileiro deflacionou em praticamente US$ 1 trilhão no período. Tal valor corresponde à diferença entre o saldo das transações correntes e a variação do saldo da PII.

Destaca-se que os momentos de maior queda de valor na PII foram justamente em períodos de crise econômica, quando caiu o nível do PIB, como em 2015 e 2020. Isso ocorreu, pois, a partir de meados de 2006, o passivo externo brasileiro passou a ser denominado, majoritariamente, em moeda doméstica[1], sofrendo uma dupla desvalorização nas crises: por um lado, a desvalorização cambial gerou uma queda do valor dos estoques em reais e; por outro lado, houve queda de preços dos estoques financeiros, como a queda das cotações das ações na bolsa de valores e dos títulos públicos.

Posição Internacional de Investimentos
Ganho de Detenção Nominal, de 2011 a 2020 (US$ bilhões)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Ativo (A)	**651**	**739**	**760**	**823**	**808**	**830**	**878**	**876**	**893**	**920**	
Investimento direto no exterior	206	271	301	334	323	343	388	382	417	448	
Investimentos em carteira	28	22	25	35	31	32	40	41	47	43	
Derivativos	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	
Outros investimentos	63	72	74	89	97	89	75	75	71	73	
Ativos de reservas	352	373	359	364	356	365	374	375	357	356	
Passivo (B)	**1471**	**1534**	**1484**	**1529**	**1183**	**1396**	**1523**	**1471**	**1679**	**1472**	
Investimento direto no país	696	731	725	726	568	703	768	738	874	765	
Investimentos em carteira	585	604	554	526	366	464	536	496	570	489	
Derivativos	5	3	6	38	12	0	0	0	0	0	
Outros investimentos	186	196	198	238	237	229	219	237	235	218	
PII	**-820**	**-795**	**-724**	**-706**	**-375**	**-567**	**-645**	**-595**	**-786**	**-552**	
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**Soma**
Variação anual da PII	86	26	71	18	331	-192	-79	50	-190	233	354
Transações correntes	-84	-93	-88	-110	-63	-31	-25	-55	-68	-28	-645
GDN*	169	118	159	128	395	-161	-53	105	-122	262	999

Fonte é: Elaboração dos autores com dados do Banco Central

Em situações assim, as perdas desse valor patrimonial em tela, geradas pela crise, ficam principalmente com os investidores externos, que em alguns casos até desistem de retirar os recursos do país.

Tal situação diferencia muito o Brasil atual daquela enfrentada pelo país nos anos 1980, quando sofreu as consequências de ter um passivo externo denominado em grande parte em moeda forte, com elevada dívida externa, tendo que recorrer, diante da saída dos capitais internacionais, a abruptas desvalorizações cambiais, a renegociação da dívida externa, envolvendo empréstimos junto ao FMI e outros organismos internacionais e a medidas de ajuste de caráter contracionista, que visaram diminuir a absorção interna para gerar um saldo exportador, capaz de permitir o pagamento dos juros e do principal das dívidas contraídas pelo país.

As consequências negativas dessas medidas são tão conhecidas como duradouras, como a desaceleração do crescimento — quando não uma recessão — e pressões inflacionárias. Neste sentido, pode-se apontar que a Argentina enfrenta atualmente uma situação similar, dentre outros motivos, por conta de um passivo externo denominado em grande parte em moedas de países centrais.

Adicionalmente, no período entre 2011 e 2020, em contraste com a década de 1980, pode-se apontar que as reservas internacionais se mantiveram em patamar elevado no Brasil, preservando em níveis seguros a capacidade de solvência externa do país nesta década.

Diante do exposto, os anos 2011-2020 marcaram um período peculiar da economia brasileira, em que a grave crise econômica interna iniciada em 2015 não pode ser justificada pelo agravamento da vulnerabilidade externa e seus efeitos negativos sobre a economia.

Agora, a dependência em relação aos capitais internacionais para manter o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, aspecto estrutural e condicionante da economia do país, apresenta-se em uma nova configuração, uma vez que nos momentos de crises houve uma expressiva redução de valor do passivo externo, algo que mitiga as dificuldades e caracteriza, por sua vez, uma menor vulnerabilidade externa, na ótica financeira, da economia brasileira.

Tudo o mais constante, tal aspecto amplia a margem de autonomia da política econômica em relação à economia internacional.

1. A partir dos dados do BC, pode-se notar que os valores da participação do Passivo Externo em moeda doméstica em relação ao passivo externo total foram os seguintes: 28% em 2002; 52% em 2007; 62% em 2012 e; 59% em 2017.

Paulo Van Noije é professor da FCA/Unicamp.
Ezequiel Greco Laplane é coordenador no Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI.
Miguel Henriques de Carvalho é professor assistente do Departamento de Economia do ICHS-UFRRJ (Campus de Seropédica-RJ).

Infraestrutura digital e equilíbrio fiscal

Joaquim Levy

Apesar das despesas da Previdência Social como proporção do PIB em 2023 (8,3%) terem sido menores do que em 2019 (8,5%), o governo federal enfrenta um desafio fiscal decorrente de várias medidas legislativas de caráter estrutural tomadas nos últimos anos. Destacam-se a ampliação do Bolsa Família em 2022 (+R$ 100 bilhões), emendas parlamentares (+R$ 40 bilhões), transferências para o Fundeb (+R$ 25 bilhões) e cobertura de obrigações subnacionais, como o piso dos enfermeiros (+R$ 10 bilhões) e contribuições das prefeituras para o INSS (+R$ 10 bilhões). Além disso, há distorções persistentes, como a forma peculiar de se constituírem direitos na previdência rural.

Não é viável enfrentar os desafios fiscais apenas endereçando benefícios tributários ou liberalidades decididas pelas cortes desde 2017. Por isso são notáveis os recentes sucessos em encerrar favoravelmente contenciosos como a "aposentadoria da vida inteira", a incidência de PIS-Cofins em algumas atividades e a remuneração do FGTS. Derrotas aí poderiam ter custado centenas de bilhões de reais aos cofres públicos.

Chegar ao superávit recorrente de 1% do PIB necessário para o arcabouço fiscal (LC 200-2023), para permitir a diminuição da dívida pública, representa um esforço de R$ 120 bilhões e terá que contar com melhoras em três vertentes. A primeira é se perseguir uma taxa de crescimento do PIB de pelo menos 2,5% para gerar arrecadação sem novos impostos, contando com o auxílio de reformas microeconômicas, clareza regulatória para se aproveitar as vantagens do Brasil na transição energética e uma gestão macroeconômica favorável ao investimento privado. A segunda é a racionalização dos benefícios tributários, inclusive a embutida na Reforma Tributária do IVA.

O terceiro pilar do fortalecimento fiscal é alinhar a expansão do gasto público à prescrição do arcabouço. Esse alinhamento exige disciplina para não se inventar novos programas, especialmente antes de avaliar e ajustar os existentes, e informação para melhorar o direcionamento do gasto público. É aí que a governança da infraestrutura digital pública tem um papel crucial.

A infraestrutura digital é cada vez mais essencial para o funcionamento e transformação dos governos e sociedade, como enfatizado pela Índia durante sua presidência do G20 e como começa a ser discutido, por exemplo, pelo Bretton Woods Committee no contexto da reforma das instituições multilaterais. No Brasil, temos exemplos no Pix, pagamento do Bolsa Família e outros benefícios, declaração do imposto de renda, e e-governo, inclusive com o e-social. A boa governança dessa infraestrutura pode fortalecer a gestão fiscal sem prejuízo da privacidade ou direito das pessoas. Com ferramentas adequadas, ela pode ainda servir para avaliar o resultado final dos programas (análise do gasto) e não apenas a conformidade com a lei.

Um exemplo de governança da infraestrutura digital está no cruzamento dos dados dos beneficiários do Bolsa Família. Ele se tornou chave ao se afrouxarem as regras do programa em 2022, o que fez crescer o número de famílias unipessoais e injetou incentivos distorcidos no sistema, posteriormente corrigidos. Sem ruído, o governo fez a triagem de milhões de famílias nos últimos 15 meses, sustando milhões de benefícios unipessoais, o que permitiu atender a fila do Bolsa Família usando o mesmo orçamento. Esse trabalho não está concluído e deve ser acelerado, até para o Bolsa Família poder absorver o programa Pé de Meia, que hoje tem uma fonte de financiamento precária.

Boa governança digital pode fortalecer gestão fiscal sem prejuízo da privacidade ou direito das pessoas

A governança digital é indispensável na Previdência para que, por exemplo, a agilidade na concessão de auxílios-doença se traduza em mais qualidade para o beneficiário, sem explosão do gasto. Ela tem que ser reforçada para lidar com a crescente litigância e judicialização das demandas por benefícios previdenciários e assistenciais no pós-2017. Hoje há ferramentas que facilitam a identificação de padrões, legítimos ou não, que podem ser trabalhados para direcionar os recursos para quem tem direito, sem vazamento do gasto. A intensificação do uso dessas ferramentas e a troca de informações entre ministérios, incluindo a Advocacia Geral da União, é urgente, para que o recente salto nos benefícios seja transitório e o gasto previdenciário e assistencial (BPC) não sobrecarregue o arcabouço.

A governança digital da Previdência pode ser complementada com medidas simples. É o caso da previdência rural, criada há meio século com caráter assistencialista para cuidar do estoque de idosos de um setor "atrasado". Hoje a agricultura é outra e já é tempo que sejam exigidas contribuições documentadas para a formação do direito à aposentadoria rural, como se dá com a previdência urbana, em que décadas da vida contributiva das pessoas estão disponíveis para consulta on-line. O trabalhador do campo, inclusive o pequeno produtor, deve ter suas contribuições registradas mensalmente daqui para frente.

A governança digital vai além da questão das transferências, como ilustrado pelo monitoramento das florestas, que somado à coordenação de recursos permitiu diminuir o desmatamento da Amazônia em 50% no último ano e meio. A integração de bancos de dados, incluindo cartórios e Incra, pode estimular o investimento na Amazônia, com a regularização fundiária. O mesmo se dá com o rastreamento do gado, essencial para preservar mercados externos. Se as mudanças metodológicas no e-social forem melhor entendidas pelos economistas, ele também pode ajudar a iluminar o mercado de trabalho, com a RAIS eventualmente permitindo estudos longitudinais e outras análises.

Apesar de ainda longe do radar do mercado, fortalecer a governança da nossa infraestrutura digital pública, inclusive no que toca à disponibilização regrada de dados para o público (e empresas) pode melhorar a qualidade das políticas públicas e dos indicadores de satisfação das pessoas cobertas por elas, com benefício para a dinâmica fiscal, o investimento privado e a segurança e bem-estar das pessoas.

Benefícios previdenciários
Em % do PIB

Ano	Urbanos	Rurais	Precatórios
2014	5,2	1,5	0,2
2015	5,5	1,6	0,2
2016	6,2	1,7	0,2
2017	6,5	1,8	0,2
2018	6,4	1,7	0,2
2019	6,5	1,7	0,2
2020	6,7	1,7	0,3
2021	6,0	1,6	0,3
2022	6,1	1,6	0,3
2023	6,2	1,6	0,5

Fonte: Autor

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor-gerente do Banco Mundial.

Construção civil é crucial contra crise climática. Por **Carlos Pinto e Diep Nguyen-van Houtte**

A floresta e os edifícios

Enquanto o país se prepara para sediar, em novembro de 2025, a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, fica cada vez mais claro que a promoção da construção sustentável precisa fazer parte da estratégia de enfrentamento da crise provocada pelo aquecimento global.

O Brasil, que acolhe o evento internacional em plena Amazônia, com sua floresta a ser preservada, tem uma posição de destaque no desenvolvimento de uma economia global de baixo carbono, seja pela sua matriz energética limpa, pelo avanço notável no campo dos biocombustíveis e pelo potencial de biodiversidade. O país tem uma grande oportunidade de ocupar a vanguarda das transformações que devem ocorrer em vários setores, como resposta às mudanças climáticas. No entanto, é preciso mais atenção à dimensão urbana dessas transformações, e a disseminação dos edifícios verdes mostra potencial para reduzir o déficit habitacional, gerar renda e reduzir o volume de emissões de gases de efeito estufa.

O setor de construção é crucial para o enfrentamento da crise climática. Somadas, a cadeia de valor da construção e operação dos edifícios e aquela da produção de materiais, como cimento e aço, representam cerca de 40% das emissões mundiais de carbono dos setores industriais e energéticos. Aproximadamente dois terços dessas emissões vêm de mercados emergentes, segundo o estudo "Edifícios Verdes: Construção Sustentável em Mercados Emergentes", publicado, em outubro de 2023, pela International Finance Corporation (IFC), que integra o Grupo Banco Mundial.

As cidades estão expostas aos riscos de eventos climáticos extremos, a exemplo do que, infelizmente, presenciamos no Rio Grande do Sul. São, assim, o lugar onde soluções de mitigação e adaptação ao clima devem ser aplicadas em larga escala para reduzir esses riscos. Existem novas tecnologias que usam a própria natureza para soluções de saneamento, drenagem e amenização do clima. Muitas dessas tecnologias vão transformar também a construção civil, um setor crítico para a qualidade de vida e a geração de empregos.

Estudos apontam que os imóveis certificados tendem a se valorizar em torno de 8%, além de reduzir consumo de água e energia. Já as cidades podem criar distritos de baixa emissão, dinamizando o desenvolvimento urbano promovendo a criação de novos empregos verdes

Construir de maneira sustentável é um caminho que vem sendo trilhado ainda de maneira tímida no Brasil, mas com imenso potencial de crescimento. A certificação de edifícios verdes tem se mostrado vantajosa para todos os atores, incluindo a administração pública, construtoras, incorporadoras e proprietários. Estudos feitos pela IFC em 2019 apontam que os imóveis certificados tendem a se valorizar em torno de 8% em relação aos não certificados, além de permitir redução no consumo de água e energia. As cidades, por sua vez, podem criar distritos de baixa emissão de carbono, a fim de dinamizar o desenvolvimento urbano, promover a criação de novos empregos verdes e estabelecer um novo modelo construtivo.

Os métodos de mensuração e certificação da redução do carbono incorporado nos materiais — que podem impactar nas contas futuras de água e luz dessas edificações — são bem estabelecidos e estão disponíveis no Brasil. É o caso das certificações internacionais EDGE, da própria IFC; LEED, da Global Business Certification Inc.; e AQUA-HQE™, aplicada no Brasil pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini. Entretanto, ainda é relativamente baixo o número de certificações quando se observa o tamanho e potencial do mercado brasileiro.

Em primeiro lugar, é preciso aumentar o número de construções com certificações verdes. Engana-se quem pensa que só edifícios de escritórios corporativos podem ser certificados. Além de muitos prédios residenciais certificados e em processo de certificação, há um grande potencial para a certificação de lojas, escolas, casas, terminais rodoviários, aeroportos, galpões, parques logísticos e industriais. A disseminação dos certificados verdes para os mais variados setores é essencial para garantir o engajamento da indústria da construção na agenda de sustentabilidade do Brasil.

Um exemplo dessa versatilidade da certificação verde está na Bahia. Em Salvador, há edifícios do setor de home center certificados, como duas lojas da Ferreira da Costa, líder do segmento no Nordeste. Uma Leroy Merlin, o Novo Terminal Rodoviário e o Parque Logístico Aratu Log, na região metropolitana de Salvador, são outros edifícios que conquistaram certificações de edifícios verdes. Ao contrário de outros setores, em que o Brasil ainda não domina uma tecnologia ou parte da cadeia, o setor da construção tem plenas capacidades de implementar em larga escala soluções já conhecidas e com plena eficácia, elevando o potencial de desenvolvimento do setor e colocando-se como liderança e exemplo para o mundo.

Os governos e a academia também desempenham um papel importante. Políticas públicas, como a do IPTU verde, créditos verdes, outorga onerosa ou fast track para edificações sustentáveis são incentivos encontrados em cidades como Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG) e que devem ser adotados em todo o país. Em outra vertente, as universidades assumem papel relevante na formação dos profissionais de engenharia e arquitetura responsáveis pela concepção e a execução dos futuros empreendimentos sustentáveis. É fundamental incentivar e ampliar o acesso aos edifícios verdes, qualquer que seja a certificação.

A partir daí, o foco deve ser acelerar esse processo, atraindo capital a essa nova classe de ativos e construindo carteiras de construções verdes no setor financeiro. Estudo publicado pela GIZ — agência de cooperação de apoio ao desenvolvimento sustentável da Alemanha —, em parceria com a Febraban e outras entidades, já mostrava, em 2020, grande potencial para títulos verdes no mercado brasileiro. Bancos de desenvolvimento — como a própria IFC, a Caixa e o BNDES — têm um papel crucial, apoiando construtoras, incorporadoras, bancos e gestoras de ativos imobiliários para fortalecer as carteiras imobiliárias de edifícios sustentáveis. A atuação desses agentes vai desde a assessoria técnica para o desenvolvimento de linhas de crédito verdes, bem como a capacitação dos setores da construção e imobiliário em construções sustentáveis.

Ao lado das florestas, as cidades se tornam cada vez mais um cenário de enfrentamento da crise climática. O caminho está dado e as soluções já estão disponíveis. Resta avançar.

Carlos Leiria Pinto é gerente-geral da International Finance Corporation (IFC) no Brasil.
Diep Nguyen-van Houtte é gerente sênior do Departamento de Negócios Climáticos da IFC.

Frase do dia

"Nossa gestão está totalmente alinhada com a visão de Lula e do governo federal, que são acionistas majoritários".

Da presidente da Petrobras, Magda Chambriard, que disse ter recebido a missão de movimentar a empresa para impulsionar o PIB

Cartas de Leitores

Resgate ao RS
Ao solicitar serenidade e mais tempo para os debates sobre a catástrofe climática do Rio Grande do Sul e ao mostrar preocupação para que o apoio ao Estado não abra precedentes para outros entes da Federação que também possam vir a enfrentar situação de calamidade (**Valor**, 17/06), o Secretário do Tesouro Nacional passa a impressão de que o governo federal se limita ao plano piloto do Distrito Federal.

Como a União arrecada no RS tributos federais na ordem dos R$ 100 bilhões anuais, o apoio aos atingidos pela catástrofe também deve ser visto sob a perspectiva de recuperação de parte significativa da economia brasileira e da própria capacidade arrecadatória do governo central.

Também preocupa o fato de o secretário passar a impressão de que os valores totais das linhas de créditos e da suspensão dos pagamentos da dívida previstos no pacote federal são disponibilidades imediatas de caixa disponíveis para a recuperação do RS.
João Pedro Casarotto
jpcasarotto@uol.com.br

Atraso na educação
Planos, planos e mais planos para a educação. Somente 10% do Plano Nacional de Educação (PNE) foi executado após 10 anos de seu início. Lamentável. Enquanto a educação for tratada por discussões de caráter ideológico, continuaremos a fazer papel vergonhoso no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).
Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Gastos públicos
É urgente que o governo comece a cortar os gastos com juros, desonerações, isenções e incentivos fiscais e creditícios.

Já que o Copom não se digna a reduzir a Selic para taxa correta, adequada à realidade e civilizada (6%), é preciso aumentar IOF e IRRF dos rentistas, para que os capitais sejam direcionados à produção e reduzir efeitos nocivos da especulação e lógica de cassino.

Já passou da hora de cobrar IR sobre distribuição de lucros, dividendos, remessa ao exterior e especulação em negócios com títulos da dívida (Lei nº 9.249, de 26.12.1995), IPVA de helicópteros, lanchas, embarcações luxuosas, iates e jatinhos, e IGF (Inciso VII do Art. 153 da Constituição e ADO 31).
Edivan Batista Carvalho
edivanbatista@yahoo.com.br

Lula e Campos Neto
Quando o Presidente Lula se manifesta de forma extremamente negativa e desnecessária sobre a autoridade monetária, só fica claro o nível de fissura do chefe do Executivo para achar um culpado para a sua cadente popularidade. A fissura é tão grande que quando Lula se olha no espelho só vê a imagem do presidente do Banco Central.
Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Contas públicas Um quarto já foi comprometido e não pode ser cortado para elevar arrecadação

Reforma tira margem para corte de gasto tributário, diz Bráulio Borges

Marta Watanabe
De São Paulo

Pelo menos um quarto dos R$ 519,8 bilhões em gastos tributários de 2023 que deixaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "mal impressionado" não pode ser cortado para gerar arrecadação adicional para o governo federal nos próximos anos porque já está comprometido com a reforma tributária sobre consumo.

Na segunda, após reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, declarou que o presidente teria ficado "extremamente mal impressionado" com o aumento dos subsídios da União, que totalizam R$ 646 bilhões, dos quais a maior parte são os chamados gastos tributários, de R$ 519,8 bilhões. Os gastos constaram de relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas de 2023. As renúncias tributárias foram alvo de nova crítica de Lula em entrevista à CBN na terça-feira, 18.

Do total de R$ 519,8 bilhões em gastos tributários estimados pela Receita Federal para 2023, com base nos quais o TCU emitiu o relatório das contas do ano passado, R$ 137,1 bilhões, ou 26,4%, são relacionados a PIS e Cofins — dois tributos que serão extintos com a reforma tributária — e IPI, que também será eliminado na maior parte de sua incidência e permanecerá pontualmente, restrito a operações incentivadas da Zona Franca de Manaus (ZFM).

O cálculo, do economista Bráulio Borges, consultor da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), considera a renúncia com os três tributos — no caso do IPI, somente em operações internas — , descontada a parcela relativa ao Simples e à ZFM, tratamentos que serão mantidos pela reforma. É preciso esclarecer, diz, que não podemos ter "ideia errônea" de que há espaço de R$ 519,8 bilhões para criar receitas".

A reforma tributária que criou o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) vai consumir parte importante da renúncia fiscal dos tributos que serão eliminados com a reforma, diz Borges. Essa renúncia que existe hoje, explica, já está sendo considerada no cálculo do governo para a alíquota de referência proposta para os novos tributos que surgirão com a reforma.

Com a entrada da reforma, explica, haverá um efeito contábil de redução de gastos tributários porque à medida que o período de transição avançar, essa parcela correspondente a 26,4% será eliminada das renúncias da União. Mas isso, destaca Borges, não irá gerar efeito de aumento de arrecadação porque essa renúncia já está comprometida para viabilizar a alíquota de referência proposta pelo governo para definir a cobrança do novo IVA. "A ideia é que isso ampliará a base para viabilizar a menor alíquota possível dos novos tributos criados pela reforma. Se essa renúncia não fosse consumida pela reforma, a alíquota de referência do IVA seria ainda maior do que as que já foram calculadas", destaca.

"O aumento de receita não virá desse efeito nos gastos tributários, embora possa vir de outros impactos associados à reforma, como redução de sonegação ou maior crescimento econômico", avalia o economista.

Borges ressalta também que a representatividade da renúncia com os tributos federais envolvidos na reforma não é algo pontual de 2023. Pelos dados observados e projetados pela Receita, considerando desde 2019, ela oscila entre 21% e 26% dos gastos tributários anuais. Em 2021, último ano para o qual a Receita já tem as bases efetivas de gastos tributários da União, a participação das renúncias com tributos que serão extintos foi de 26,3%. Em 2019 e 2020 a fatia foi de 24,8% e 21,1%, respectivamente. Para 2022, com base nos gastos tributários estimados pela Receita, foi de 26,5%. Para 2024, deve cair para 21,1%.

Borges lembra que em 2022, em meio à corrida eleitoral do último ano da gestão de Jair Bolsonaro, houve redução de PIS e Cofins sobre combustíveis, tributação que foi integralmente retomada apenas em 2024, além de redução de IPI, ainda não revertida.

Pela reforma aprovada ao fim de 2023, pela Emenda Constitucional 132/2023, o IVA será estabelecido na forma dual, com a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será administrado conjuntamente por Estados e municípios. Ao enviar a proposta de lei complementar para regulamentação da reforma, em abril, o governo estimou alíquota de referência para o IVA entre 25,7% e 27,3%, com média de 26,5%.

Bráulio Borges: Se essa renúncia não fosse consumida pela reforma, a alíquota de referência do IVA seria ainda maior"

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "Ideia de que há espaço de R$ 519,8 bilhões para criar novas receitas é errônea"
> *Bráulio Borges*

Por essa proposta, especialistas apontam que a alíquota do IVA brasileiro já pode ficar acima ou muito perto dos 27% cobrados pela Hungria, que tem o maior IVA atualmente, embora uma carga alta sobre consumo não seja considerada novidade no sistema brasileiro. A ideia é que a reforma explicitará a carga que já é pesada na tributação do consumo.

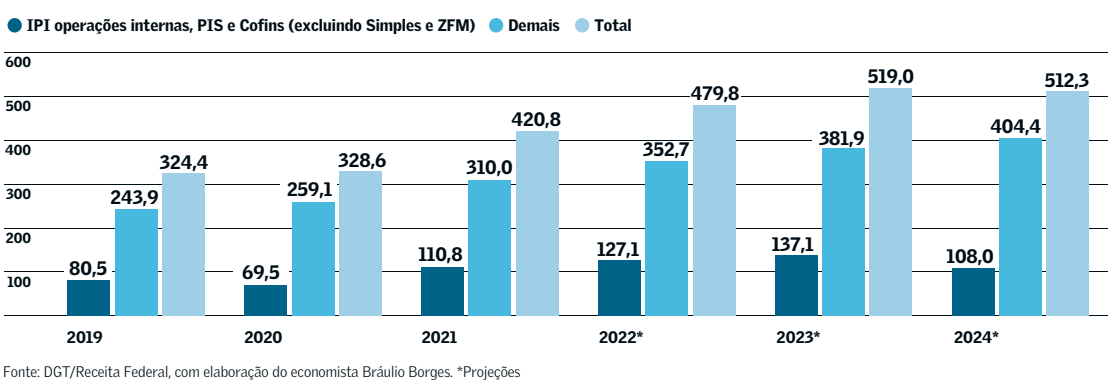
Pela emenda, dos tributos federais existentes hoje e que serão atingidos pela reforma, o PIS e a Cofins serão eliminados em 2027, substituídos pela CBS. Também em 2027 a alíquota do atual IPI será reduzida a zero, exceto para os produtos incentivados da ZFM, e entra em cena o Imposto Seletivo (IS) que será cobrando sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, ainda sem alíquota definida.

Já o IBS terá período de transição mais longo, com saída gradativa do ICMS, recolhido pelos Estados, e do ISS, municipal, em processo de transição até 2033.

Apesar de vários detalhes importantes sobre todos os novos tributos ainda a serem definidos no processo de regulamentação, que agora tramita no Congresso, Borges lembra que a emenda da reforma definiu um teto para a arrecadação total com CBS, IBS e IS. Essa soma não pode ultrapassar a arrecadação efetiva de IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS observada na média entre 2012 e 2021, considerando a proporção do PIB.

Além da parte comprometida com a reforma tributária sobre consumo, diz Borges, há outras parcelas das atuais renúncias que não devem gerar oportunidade de receita na mesma medida do gasto tributário.

Borges exemplifica com o Simples, regime voltado para as micro e pequenas empresas. Ainda pelos dados estimados da Receita, o programa correspondeu a R$ 112,6 bilhões em renúncia, o equivalente a 21,7% dos gastos tributários de 2023. "Mas mesmo se acabássemos com ele, possivelmente não haveria arrecadação do tamanho da renúncia calculada, porque o fim do programa levaria parte das empresas para a informalidade ou elas buscariam planejamento para pagar menos impostos."

Gastos tributários da União
Bases efetivas e projeções - R$ bilhões

Fonte: DGT/Receita Federal, com elaboração do economista Bráulio Borges. *Projeções

Arrecadação com 'grandes teses' supera meta

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

Com o acordo aprovado pela Petrobras para pagar R$ 11,85 bilhões à União e encerrar litígios tributários no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a equipe econômica bateu a meta prevista para o ano de arrecadação com as chamadas grandes teses tributárias. "Estamos no lucro", disse uma fonte ao **Valor**.

A expectativa era arrecadar no ano R$ 12,174 bilhões com todos os editais de grandes teses previstos. De janeiro a março, já houve receita de R$ 2,991 bilhões, segundo o último relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento. Com o pagamento da Petrobras que será feito ao longo deste ano, a meta será batida.

Há, ainda, a expectativa da equipe econômica que empresas privadas venham aderir à transação tributária sobre os contratos de afretamento de petróleo. O edital segue aberto até 31 de julho para adesões. Outra grande tese com edital aberto é a relacionada às subvenções de ICMS para investimento.

O governo também estuda lançar outras duas transações de grandes teses: uma sobre cobranças de PIS e Cofins referentes ao conceito de insumo para aproveitamento de crédito fiscal e de inclusão do ISS e do PIS e da Cofins na sua própria base; outra sobre desmutualização da bolsa de valores. Ainda está em análise se os editais seriam lançados no segundo semestre ou em 2025.

A transação de grandes teses é um acordo proposto pela União para encerrar litígios nas esferas administrativa e judicial. Como o próprio nome já diz, envolve processos com volume grande de contencioso, normalmente bilionário, e qualquer empresa interessada que tenha litígio sobre o tema pode aderir, nas condições do edital que é lançado em conjunto pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A transação das grandes teses é uma das dez medidas previstas pela equipe econômica para arrecadar até R$ 168,3 bilhões, na busca de zerar o déficit das contas públicas neste ano. Foi a primeira medida da lista com a meta de arrecadação garantida.

Além de ajudar na missão de zerar o déficit, a arrecadação com as transações de grandes teses pode servir de alívio para o governo no terceiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, a ser divulgado no dia 22 de julho. Há uma preocupação na equipe econômica sobre a necessidade de fazer um contingenciamento de gastos em virtude do risco de descumprimento do intervalo inferior de tolerância da meta de primário. Atualmente, não há verba contingenciada ou bloqueada.

Com a adesão da Petrobras à transação, a arrecadação prevista com as grandes teses vai aumentar no próximo relatório, ajudando a atenuar alguma outra perda de receita que possa vir, explicou uma fonte ao **Valor**. Essa fonte não quis citar valores, porque disse que os cálculos exatos ainda precisam ser feitos pela Receita Federal.

O conselho de administração da Petrobras aprovou na segunda-feira a adesão da empresa à transação sobre os contratos de afretamento de plataformas de petróleo. O valor bruto do acordo é de R$ 19,80 bilhões, encerrando um litígio de R$ 44,79 bilhões. Porém, serão descontados R$ 6,65 bilhões de depósitos judiciais já realizados nos processos e R$ 1,29 bilhão será pago com créditos de prejuízos fiscais de subsidiárias.

Finanças Gestoras aumentam foco sobre crédito privado no exterior C1

Aviação
Embraer tem espaço para crescer nos EUA, afirma Souza, vice-presidente da divisão comercial B3

Energia
Eneva levará ao leilão de reserva de capacidade a térmica Porto do Sergipe B4

Tecnologia
Companhias do Vale do Silício reforçam medidas contra espionagem B5

Agronegócio
Governo reformula edital para a compra pública de arroz importado B7

Empresas

Imóveis Atualizações nas leis de urbanismo da capital elevam potencial de venda de incorporadoras

Construtoras ganham com novas regras em SP

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A prefeitura de São Paulo publicou um decreto na última sexta-feira (14) que regulamenta a cobrança de outorga onerosa, taxa paga por incorporadoras para construir acima do potencial básico da cidade, o que libera a aprovação de empreendimentos que sigam as regras do Plano Diretor Estratégico (PDE) e da Lei de Zoneamento, revistos no ano passado.

Esse regramento pode trazer uma série de benefícios para as incorporadoras em ganhos de capacidade construtiva.

A Vitacon, especializada em unidades compactas, calcula um ganho de R$ 900 milhões em valor geral de venda (VGV) só com as alterações no regramento, diz o presidente Ariel Frankel. “Nunca vai ter um PDE perfeito, mas fomos muito beneficiados.” A empresa tem R$ 6,5 bilhões em VGV no seu banco de terrenos. Já a Trisul prevê um ganho de 15% no VGV do seu banco, segundo dados divulgado em evento para investidores.

Guilherme Yogolare, CEO da Vinx, do segmento econômico, estima ganho de 80% no banco de terrenos, que abrange áreas nos eixos de transporte, com as revisões, o equivalente a R$ 1 bilhão em VGV.

A revisão do PDE e da Lei de Zoneamento aumentou as áreas classificadas como Zonas de Estruturação Urbana (ZEU), as áreas de eixo de transporte. Elas passaram de um raio de 600 metros das estações de metrô e trem e de 300 metros dos corredores de ônibus para, respectivamente, 700 e 400 metros.

Empreendimentos situados nessa zona podem ter até seis vezes o tamanho do seu terreno, ante quatro vezes antes das revisões, se contarem com unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) ou Habitação de Mercado Popular (HMP), destinadas a famílias que ganham até R$ 14.120 ao mês. Um prédio que está em um terreno de mil m², por exemplo, pode ter até seis mil m² de área construída.

André Mazini, analista de “real estate” do Citi, cita outro fator que contribui para o ganho de VGV das incorporadoras: foi aprovado um artigo que concede desconto de 20% na outorga onerosa se o projeto tiver itens ligados à sustentabilidade, como plantio de árvores e uso de fontes alternativas de energia. Esse artigo havia sido vetado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) em janeiro, mas o veto foi derrubado pelos vereadores.

Outra possibilidade é conceder ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), da prefeitura, 20% do valor do terreno. Ao fazer isso, a incorporadora ganha mais 20% de potencial construtivo. Antes da revisão, o limite era de 10%.

“Imaginamos que as companhias vão lançar pelo novo PDE, que ficou muito bom”, diz Mazini, afirmando que empresas que atuam no segmento de baixa renda podem chegar a até 9 vezes de potencial de aproveitamento do terreno, com todos os benefícios.

As revisões tiraram os incentivos para se fazer unidades não residenciais, como os estúdios usados para locação de curta temporada, ao mesmo tempo em que liberaram mais vagas por apartamento. Fabricio Mitre, presidente da incorporadora Mitre, afirma que isso tem sido positivo. “As unidades compactas tornam a obra mais cara, lenta e complicada. O PDE trouxe avanço de conseguir usar o potencial construtivo para fazer produto ‘normal’, pagando ao Fundurb”, diz. A empresa já lançou um projeto com unidades maiores e sem estúdios que vendeu 40% do VGV em três meses, com valor de venda mais alto.

A revisão do Zoneamento passa por uma nova correção. Por erro no processamento, algumas quadras ficaram sem classificação, ou com a zona errada. Há pelo menos duas quadras nos bairros do Brooklin e Cidade Monções, na zona sul da cidade, que antes eram Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previstas (ZEUP) e hoje estão sem zoneamento, destaca Flávia Tissot, diretora de operações da plataforma Place, de identificação de lotes imobiliários.

A “minirrevisão” passou por votação na terça-feira (18) e o antigo zoneamento foi reposto. No entanto, só deve ser oficializada no fim do mês.

Ler mais na página B3

20%
é o desconto ligado à sustentabilidade

INÊS 249

Círculo restrito Clubes de relacionamento promovem encontros gratuitos ou pagos

Jantares para o C-level incentivam negócios e networking

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Pequenos grupos de executivos e executivas do C-level estão se reunindo em jantares fechados para trocar conhecimentos e falar sobre dilemas inerentes aos cargos que ocupam, além de ampliar o networking. Em ambientes mais descontraídos e restritos a poucos profissionais do alto escalão, costumam se sentir mais à vontade para compartilhar suas dores. "Acredito fortemente no poder da colaboração para a busca de soluções", diz Denise Santos, CEO da BP — A Beneficência Portuguesa de São Paulo. "Por vezes, entender os desafios e iniciativas de outras instituições nos inspira para encontrarmos caminhos para as nossas adversidades do dia a dia."

Para ela, que participa de jantares restritos ao C-level, eventos promovidos com o intuito de gerar networking são uma forma de ter acesso a esses conteúdos, além de serem um ambiente propício a conhecer pessoas e empresas que podem servir de exemplo ou gerar novos negócios e parcerias.

Daniela Ota, general manager Brasil da Parfums Christian Dior, também diz que esses eventos restritos ao alto escalão agregam muito valor. Mas enfatiza que é importante que eles tenham um propósito, "para que a gente aprenda e aumente nosso conhecimento sobre determinado tema, seja ele qual for, sustentabilidade, diversidade e inclusão, impostos, financeiro, de comportamento humano, saúde no trabalho, saúde mental, tendência de comportamento de consumidor, e que tenha especialistas falando". "A gente sai mais inspirado porque teve um aprendizado, e também porque aumentou o networking."

A executiva pontua que às vezes é difícil se aprofundar nesse networking durante o encontro. "Mas são momentos em que a gente encontra uma pessoa que admira e se sente próxima, e criam-se conexões", afirma. Ela diz, no entanto, que acaba não falando tanto sobre dilemas em profundidade nesses eventos. "Quando tenho angústias, troco com o meu círculo próximo."

Para Santos, da BP, essa rede de relacionamentos mais próxima também é fundamental. "Não somente do ponto de vista emocional, mas para ir além, para se mover de acordo com a sua real capacidade, seus objetivos e as oportunidades que surgem", diz, exemplificando. "Em momentos de decisões importantes, converso com mentores ou parceiros, o que ajuda a obter diferentes perspectivas e definições mais embasadas." Isso quando enfrenta situações em que não pode compartilhar o assunto com sua equipe. "Minha abordagem é trabalhar junto, em equipe, ouvindo e construindo coletivamente. No entanto, quando enfrento situações em que não posso compartilhar, procuro tirar uma pausa para refletir, permitindo-me conectar melhor comigo mesma e alcançar mais clareza para agir. Por outro lado, conheço o poder da mentoria e da troca."

Alguns dos encontros de executivos do C-level, comenta Ota, acabam gerando grupos fechados pós-evento, e aí sim ela vê oportunidade, nesses fóruns, para discutir assuntos em mais profundidade, extrapolando o momento do jantar ou da palestra. "Entramos em um fórum de discussão um pouco mais profunda, e consigo um relacionamento mais próximo, onde fica mais fácil abrir questões e debater os assuntos."

Fundador e CEO da B2B Match, Bruno Padredi é o criador do Get Together, uma série de jantares intimistas para grupos de até 40 CEOs e C-levels, organizados em ambientes que incentivam conexões significativas, com conteúdos mais inspiracionais. Ele explica que os encontros são formados por grupos exclusivos de CEOs, empreendedores, investidores e líderes que estão à frente de grandes cadeias de negócios. O projeto existe desde 2022 e, ao longo de 16 edições, os encontros já impactaram mais de 470 pessoas. Este ano o calendário conta com seis edições confirmadas, sendo que três já foram realizadas. "Todos os jantares são em São Paulo, em locais inusitados e intimistas, como galerias de arte a escola Le Cordon Bleu, casas de chefs renomados, dentre outros, propiciando um ambiente acolhedor para o networking e consequentemente a geração de negócio", detalha Padredi.

> "Encontros acontecem em locais inusitados e intimistas, propiciando um ambiente acolhedor" *Bruno Padredi*

Para Denise Santos, CEO da BP, entender os desafios de outras instituições ajuda a encontrar caminhos para as adversidades que enfrenta na gestão da empresa

Ele diz que o principal objetivo de tais encontros é o networking para fazer parcerias comerciais de maneira orgânica e espontânea. "Nosso principal pilar é o 'business matching', por isso fazemos a cada edição um estudo dos participantes para que os interesses em comum gerem negócios naturalmente". Mas afirma que o ambiente intimista e grupos menores criam relações verdadeiras e até mesmo amizade para além dos acordos comerciais. "Além disso, os encontros contam com a presença de vozes inspiradoras que estão abrindo novos caminhos no ecossistema de negócios brasileiro", diz. "A partir de uma curadoria que prioriza o incentivo à troca de ideias e o convite à reflexão, os encontros trazem mensagens compartilhadas por executivos, empreendedores e artistas de diferentes áreas do mercado nacional."

Os executivos são convidados para participar dos jantares e não pagam pela experiência, que é financiada por cotas de patrocínio.

Também gratuito aos convidados é a Confraria dos CEOs — seis jantares por ano organizados pelo Experience Club, de Ricardo Natale, "um evento controlado", no qual "conseguimos construir um ambiente seguro para os líderes trazerem seus desafios do dia a dia e de solidão". "Entendo a magia do evento para deixar as pessoas se sentirem à vontade. Esse talvez seja o maior desafio: como construir uma atmosfera para as pessoas romperam as fronteiras do escritório e sentirem que podem dividir anseios com os pares", diz Natale, que atua nesse segmento desde 2006. "Colocamos concorrentes diretos na mesma mesa, dividindo o dia a dia, incertezas. [O evento] acaba propiciando um ambiente de geração de negócio. Apoiar as empresas a fazerem parcerias é a missão número 1 [do Experience Club]. São profissionais com uma agenda cheia, sem espaço para buscar conhecimento novo. É quase a construção de uma sociedade."

Além dos jantares, o Experience Club realiza um grande evento anual que reúne presidentes de empresas no Fórum CEO Brasil e 16 eventos focados em áreas de atuação distintas, para CIOs (diretores de tecnologia), CMOs (marketing), vice-presidentes de recursos humanos, e assim por diante. Para Natale, esse recorte é fundamental. "São desafios diferentes [em cada cargo]. Os grupos têm questões técnicas", explica. "Os relacionamentos entre pares são benéficos. Por mais que não seja o número 1 [da empresa], o C-level tem rotina solitária de decisões, e é importante conversar com pares. Todas essas áreas de negócios vivem dilemas muito fortes."

Destinado a líderes com visão disruptiva e que querem transformar seus negócios, o Future is Now, criado pela ex-CEO do Lide Futuro Laís Macedo, reúne executivos e empreendedores com "maturidade corporativa". Não há, portanto, um recorte por tempo de experiência, cargo ocupado, nem mesmo faturamento da empresa. "Tínhamos uma régua de faturamento, mas passamos a olhar para o 'business', clientes, se é líder de mercado", explica. De forma geral, os participantes são do C-level de empresas nacionais ou multinacionais ou sucessores de organizações familiares, além de empreendedores, de setores variados.

Para participar da plataforma de relacionamento, que tem eventos presenciais, experiências imersivas, grupos on-line de discussão e encontros com poucas pessoas para tratar de temas específicos e fazer "business match", os executivos pagam uma anuidade de R$ 22 mil. A fim de garantir a diversidade do grupo, membros podem indicar uma pessoa que tenha um projeto de impacto social importante para fazer parte, pagando R$ 3 mil por ano. "É uma forma de ampliar a pauta", diz Macedo.

Fábio Fadel, CEO da Fadelito Rede de Educação Infantil, com 35 unidades no estado de São Paulo, lembra de um evento restrito promovido pela Future is Now que o colocou em contato com o fundador da Espaçolaser, Paulo Morais. "Lembro de ser uma aula memorável e uma oportunidade única de ouvir a trajetória dele e as estratégias que adotou ao longo dos anos", conta. "Isso só foi possível por estarmos em uma mesa com apenas oito pessoas, o que me permitiu fazer perguntas abertas. Saí de lá bem-motivado e com uma bagagem bem interessante sobre gestão de redes e pessoas."

Para ele, eventos focados no alto escalão ajudam a formar parcerias e trocas comerciais, mas sua principal razão para participar desses grupos é o conhecimento que tira dos encontros. "Poder acessar outros C-levels acaba nos permitindo ver, com um olhar mais cuidadoso e empático, sobre as funções, as cargas de trabalho, as dificuldades de cada setor ou departamento e assim conhecer melhor nosso próprio negócio."

> "O maior desafio talvez seja construir uma atmosfera para as pessoas sentirem que podem dividir anseios com pares" *Ricardo Natale*

Estreitando ainda mais os encontros de C-levels, alguns grupos focam em nichos. É o caso do Mulheres Inspiradoras, criado por Geovana Quadros, e do Clube dos 50, idealizado por Denis Santini. Neste último, os participantes são multifranqueados, pessoas que são donas de grupos que administram diversas unidades de franquias, com faturamento acima de R$ 50 milhões. O clube, criado este ano, faz jantares periódicos para esse público. Já foram realizados dois encontros e o próximo será no dia 24, com expectativa de mais dois até o final do ano. "Nosso objetivo é fomentar um networking diferenciado entre franqueados de diferentes segmentos e marcas, mas de mesmo porte", explica Santini. "Além da troca de experiência, o evento traz benchmarking sobre gestão, pessoas, planos de carreira, sucessão, troca de parceiros, fornecedores e gestão de loja". No primeiro ano de participação o clube é gratuito, e terá um valor cobrado dos participantes a partir do segundo ano. Para Santini, o grupo restrito torna o ambiente seguro, "onde a troca ocorre de forma natural".

No Mulheres Inspiradoras, voltado para a alta liderança feminina, focar em executivas também ajuda a criar um ambiente seguro de trocas, na visão de Quadros. "Muitas estão sozinhas em seus setores, dificilmente se reúnem, normalmente são só elas na mesa", pontua. "E elas sofrem as mesmas dores. Quando se reúnem, tem um poder significativo."

Os riscos da harmonia artificial na gestão

Rumo certo

Rafael Souto

A gestão humanizada tem sido preconizada como o caminho esperado da liderança contemporânea. Isso significa atitudes que buscam proximidade, respeito ao indivíduo, escuta ativa e menos comando e controle. O mundo do trabalho atual exige essa nova postura dos gestores.

Comportamentos autoritários e agressivos não são mais aceitos e levam à perda de talentos, baixa performance e queda do engajamento. No entanto, isso não pode ser confundido com a ausência de divergência de ideias, os conflitos construtivos.

O autor e consultor americano Patrick Lencioni afirma que os conflitos são parte essencial do funcionamento de um time de alto desempenho — sem eles, pode-se criar uma harmonia artificial, na qual as pessoas não se posicionam e não aderem às decisões. Como reflexo, surge o descomprometimento, que tem impacto negativo nos resultados.

Isso porque a falta de discussão e posicionamento leva à procrastinação da resolução de problemas. É como se o elefante estivesse na sala e o foco do problema não fosse tratado. Impacta também a criatividade e a inovação. A harmonia artificial revela um problema de origem grave: a falta de confiança. Times sem vínculos de confiança entre si não conseguem debater adversidades, nem expor ideias. O medo de se posicionar vem como proteção e sobrevivência, gerando uma falsa sensação de concordância.

Para criar uma cultura de conflitos construtivos e combater os efeitos nefastos da harmonia artificial, os líderes precisam fortalecer as relações de confiança na equipe. E isso começa pela alta gestão. Quando os executivos seniores da empresa conseguem debater de forma aberta e confiando nos colaboradores, temos um bom caminho para criar uma cultura de diversidade cognitiva.

A confiança a que me refiro não é a que provém da certeza de que o outro irá desempenhar a atividade combinada. Embora isso seja importante, a confiança que está por trás dos conflitos construtivos é de outra natureza. Trata-se daquela em que as vulnerabilidades podem ser expostas sem medo de represália e em um ambiente seguro para que o indivíduo possa abrir suas falhas e dificuldades, com a certeza de que não serão usadas contra ele no futuro. É como a autora Amy Edmondson trata a segurança psicológica: poder se expressar sem receio, interagir, aprender e pertencer.

Construir esse ambiente requer líderes genuinamente interessados e intencionalmente dispostos a fazer essa caminhada com sua equipe. Somente assim os conflitos construtivos ganham força e a companhia consegue ver seus benefícios. A partir deles, gera-se o compromisso.

Outro ganho positivo dessa jornada é a responsabilização mútua. Times que criam confiança entre si obtêm um comprometimento elevado e fazem cobranças sem receio. Apontam caminhos e sugerem questões entre áreas sem receio de estarem invadindo o campo do outro, mas sim contribuindo para o melhor caminho para a organização. E isso só funciona com confiança e conflitos saudáveis de ideias, o que não significa consenso em todas as decisões e, sim, o compromisso que após discussões intensas todos estão comprometidos com o caminho a ser seguido. Uma vez que um indivíduo pode colocar suas ideias e debater, a probabilidade de adesão ao que foi combinado é muito maior.

Líderes que fortalecem a segurança psicológica no grupo e criam condições para debates construtivos têm mais chance de obter resultados positivos. Do contrário, você poderá ter um aparente engajamento, mascarado por uma represa de discordâncias e falta de compromisso.

Rafael Souto é sócio-fundador e CEO da Produtive Carreira e Conexões com o Mercado

Vaivém

Stela Campos

Novelis

Roberta Soares Daineze assumiu como vice-presidente sênior e presidente da Novelis América do Sul.

Tirolez

Andrea Köhler é a nova diretora de marketing da Tirolez. Ela atuou em empresas como Fini Brasil, Nestlé Brasil, Roche e BRF. Seu último cargo foi de Chief Marketing Officer (CMO) da Dux Nutrition Lab.

Neogrid

Bruno Maia é agora head de dados e inteligência artificial (IA) na Neogrid.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Aviação Avaliação é que há espaço para expansão em jatos comerciais, executivos e na área de defesa

Embraer traça estratégia para crescer nos EUA

Cristian Favaro
De São José dos Campos

A fabricante de aviões Embraer tem ampliado esforços para crescer nos Estados Unidos. Entre as apostas estão a ampliação das vendas de jatos comerciais com o modelo E-175, de aeronaves executivas, como Praetor 500, e até uma avaliação de fusão ou aquisição (M&A, na sigla em inglês) para ganhar espaço em defesa para o avião militar C-390. Os planos foram apresentados durante o Embraer Day, em São José dos Campos, entre terça-feira (18) e ontem.

Os Estados Unidos são líderes no setor aéreo, com as maiores companhias e operadoras de jatos executivos do mundo. A região da América do Norte representou 62% da receita da Embraer no primeiro trimestre deste ano.

Rodrigo Silva e Souza, vice-presidente de marketing da divisão comercial da fabricante, disse que até 2030 uma média de 40 aviões na categoria abaixo de 76 assentos devem ser aposentados nos EUA ao ano.

"A demanda por substituição deverá vir de forma significativa para a Embraer, dada as cláusulas do mercado dos Estados Unidos", disse o executivo. Um acordo sindical limita o peso de jatos em operação regional a 39 toneladas — é o motivo, por exemplo, de o E2 não ocupar esse mercado regional nos EUA, uma vez que ele é um modelo mais pesado do que o E-175.

> A região da América do Norte representou 62% da receita da Embraer no 1º tri

"No geral, essa demanda é para substituição, mas vemos também grupos procurando por aumento de frota, como o caso da American Airlines", disse. A encomenda feita pela aérea americana teria despertado o interesse de diversos outros grupos no país, segundo o executivo.

Souza lembrou que para além da substituição de modelos E1 antigos (ele foi lançado em 2004) por novos, a empresa quer ocupar espaço na renovação de frotas CRJ 700 e 900 da Bombardier.

Outra investida será na divisão de jatos executivos. Alvadi Serpa Junior, diretor de mercado e inteligência de produto da aviação executiva, destacou que a empresa aposta em tomar "market share" da concorrente Citation Latitude, da americana Cessna, com o avanço das vendas do Praetor 500.

Hoje, o Praetor 500 tem 33% de participação no seu segmento, de jatos executivos de médio porte, ao passo que o Latitude abocanha o restante. Serpa Junior disse que essa vantagem se dá sobretudo pelas entregas da concorrente à americana NetJets, maior do mundo em compartilhamento de aviões.

Acontece que a NetJets começou a converter em pedidos firmes parte das suas opções de compra de jatos da Embraer lançadas no ano passado — até agora, cinco pedidos foram convertidos. No total, o grupo tem opção de compra de 250 jatos Praetor 500, o que representa cerca de US$ 5 bilhões. As opções, por sinal, estariam fora do livro de pedidos divulgado pela empresa na aviação executiva de cerca de US$ 4,6 bilhões. "Entregando nossos modelos [à NetJets] é natural o balanceamento", disse.

Hoje, o principal mercado da aviação executiva da Embraer é a América do Norte e Caribe, com 57% dos jatos em operação da fabricante (1.015 unidades). A América Latina tem 17%.

Já na divisão de defesa o grupo avalia até estratégias de fusões e aquisições nos Estados Unidos como forma de abrir espaço para o avião militar C-390. Operações de defesa nos Estados Unidos precisam ser feitas por empresas locais, o que obrigaria a brasileira a se juntar com alguém para conseguir abrir este mercado. O grupo já tem hoje uma planta em parceria com a Sierra Nevada Corporation para a produção do Super Tucano.

> **33%** é a participação do Praetor 500 nos EUA

"Temos uma linha de produção do Super Tucano em Jacksonville. Estamos aumentando a equipe e abertos a parcerias com o grupo americano e também oportunidades de aquisições', disse João Bosco Costa Jr., CEO da divisão de defesa e de segurança da Embraer.

Até o momento, a empresa entregou sete unidades do C-390 (seis para a Força Aérea Brasileira e um para Portugal). No total, a carteira de pedidos tem 13 outras unidades para a FAB, dois à Hungria, quatro ainda a entregar a Portugal e pedidos para a Coreia do Sul — o total ainda não foi divulgado.

O repórter viajou a convite da Embraer

CBMM avança em baterias com nióbio e equipa novo ônibus da Volkswagen

Eletrificação

Stella Fontes
De Araxá (MG)

Um dos maiores desafios da eletrificação da mobilidade urbana ainda é reduzir o tempo de recarga dos veículos. Em muitos casos as baterias precisam de horas para serem recarregadas. Quando se trata de ônibus e caminhões significa ficar com eles sem rodar por períodos longos, elevando custos e exigindo frotas maiores.

Esse foi o pano de fundo que aproximou a CBMM, fabricante de produtos de nióbio controlada pela família Moreira Salles, e a Volkswagen Caminhões e Ônibus. O resultado foi o e-Bus, um novo ônibus elétrico equipado com baterias à base de lítio com nióbio. O protótipo foi apresentado ontem no complexo industrial e de mineração da CBMM em Araxá (MG).

O ônibus ainda não tem previsão de início de produção em escala industrial. Já a bateria, desenvolvida pela companhia brasileira em conjunto com as japonesas Toshiba Corporation e Sojitz Corporation, deve chegar ao mercado, em volumes maiores, a partir do segundo semestre de 2025.

A principal vantagem do uso do óxido de nióbio em baterias é o carregamento ultrarrápido, de até 10 minutos para veículos leves e até 15 minutos para pesados, sem risco de superaquecimento e explosão. Durante o evento de apresentação do protótipo, foi feita uma demonstração em tempo real de recarga do e-Bus, concluída em 8 minutos e 37 segundos.

A recarga rápida, com a tecnologia de nióbio, não compromete a vida útil das baterias. "A evolução desses materiais garante competitividade e qualidade às baterias", afirmou o presidente da CBMM, Ricardo Lima.

DIVULGAÇÃO

Protótipo do e-Bus, da Volks, recebeu baterias com nióbio desenvolvidas pela parceria entre a CBMM, Toshiba e Sojitz

A companhia estuda desde 2014 o desenvolvimento de materiais que elevem a performance de baterias. Em meados de 2018, fechou contrato de pesquisa com a Toshiba, que culminou na tecnologia que equipa o ônibus elétrico montado pela Volkswagen.

A aposta das empresas é no uso desses ônibus para trajetos urbanos, dada sua autonomia estimada de 60 quilômetros, o que cobriria mais de 90% das rotas em grandes cidades brasileiras. Configurado sobre um chassi de 18 toneladas, o protótipo do e-Bus conta com quatro packs de baterias, cada um deles com capacidade útil de até 30 kWh (kilowatt-hora). A recarga é feita pelo teto dianteiro do veículo, que se conecta por rede sem fio a um pantógrafo (similar a uma torre) de 300 kW, fixado em solo e ligado à rede elétrica.

De acordo com o presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes, a experiência mostra que o prazo para que um novo veículo elétrico chegue a mercado gira em torno de quatro anos. O caminhão elétrico da montadora, o E-Delivery, começou a ser desenvolvido em 2017 e chegou a mercado em 2021, lembrou.

Até agora, a CBMM investiu cerca de R$ 450 milhões em capacidade para produção de óxido de nióbio, além dos R$ 80 milhões que o programa de baterias recebe anualmente. Neste momento, a companhia tem mais 41 projetos em baterias em desenvolvimento nesta área, para uso em veículos pesados, transporte em mineração e em robôs, entre outros.

A expectativa da empresa, que hoje tem cerca de 80% de suas receitas provenientes de produtos siderúrgicos — a adição de nióbio eleva a resistência do aço —, é que em 2030 a área de baterias represente entre 25% e 30% do faturamento. Não está nos planos produzir as baterias de lítio e nióbio. Nessa frente, o governo de Minas Gerais tem mantido conversas com a Toshiba, que hoje produz as células no Japão, com vistas a atrair um potencial investimento no Brasil.

Entre outros investimentos, a parceria da CBMM e Toshiba compreendeu a instalação de plantas-piloto de fabricação de células (no Japão) e do material ativo que vai na bateria (em Araxá), além de um laboratório na fábrica mineira voltado para materiais de baterias.

Depois de instalar a planta piloto de óxido de nióbio, a CBMM ergueu uma fábrica com capacidade para 3 mil toneladas por ano, que entrará em operação em agosto. Esse volume deve ser suficiente para atender à demanda nos três primeiros anos.

A repórter viajou a convite da CBMM

Volume de galpões dobra em uma década

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Em 10 anos, o volume de condomínios logísticos de alto padrão mais do que dobrou no país. Levantamento da consultoria Newmark mostra que o estoque nacional passou de 17 milhões de m² em 2014 para 35,3 milhões de m² no primeiro trimestre deste ano, alta de 107,6%. A vacância caiu de 18,8% para 8,5%.

Uma década é o mesmo período de atuação da consultoria no Brasil. A companhia, com matriz americana, desembarcou aqui em um momento conturbado para o setor, lembra Marina Cury, presidente da Newmark no Brasil desde aquela época. "Eles disseram que gostam de montar operações na crise, para surfar a onda depois".

A pandemia mudou o jogo tanto para o setor de venda e locação de condomínios logísticos, que viveu a euforia do crescimento do e-commerce, quanto para o mercado de escritórios, com o home office e o trabalho híbrido.

A taxa de vacância dos escritórios de alto padrão em São Paulo e no Rio subiu em dez anos, segundo a Newmark. Na capital paulista, a alta foi leve, de 20,2% para 23%. No Rio, passou de 19,1% para 31,7% — foi pior em 2018: 41,9%.

Se, antes da pandemia, São Paulo caminhava para uma redução da vacância, no Rio o problema já vinha de antes. A cidade atraiu projetos imobiliários corporativos com a empolgação das Olimpíadas de 2016, do projeto Porto Maravilha e, principalmente, com o otimismo nos setores público e de óleo e gás, com o pré-sal.

"Teve efeito pré-Olimpíada, mas não pós, e o crescimento do óleo e gás não ocorreu como esperado", afirma Cury. Ao mesmo tempo, dos 350 mil m² de escritórios planejados para o Porto Maravilha, só 50 mil m² saíram do papel. Com a falta de demanda, a região atraiu projetos residenciais — muitos da Cury, incorporadora presidida pelo irmão de Marina, Fábio.

Mesmo assim, a capital fluminense registrou alta de 37,3% no estoque de escritórios, que somava, em março, 2,28 milhões de m². Em São Paulo, o crescimento foi de 44,6%, para 5,41 milhões de m².

A taxa atual de 23% de vacância ainda é alta, mas Cury demonstra alívio ao lembrar da incerteza da pandemia. A maior vacância em São Paulo ocorreu em 2021, de 24,7%. "A alta não é tão significativa, mas assustou", diz Mariana Hanania, diretora de pesquisa de mercado da Newmark.

A partir dali, começou a remodelação do uso do escritório, que muda a forma de calcular a área de locação das empresas. "Antes era só multiplicar as pessoas por 10 ou 12", afirma Cury. "Não é mais assim". A decisão passa por saber quais dias são presenciais, o tamanho da equipe e a necessidade de convivência. Há ainda que se vencer a resistência em voltar ao escritório. Por isso, a vacância tem andado "de lado", diz Hanania.

Para a próxima década, as executivas preveem mudanças no mercado de galpões com a reforma tributária, porque incentivos fiscais, que tornam algumas áreas atrativas, como o Sul de Minas, devem acabar. "Vai nivelar, o projeto terá que ser atrativo por ele próprio", diz Hanania. Outra mudança será o aumento dos galpões de entrega rápida nas cidades.

Os fundos de investimento imobiliário têm sido a novidade nos escritórios, gerando mais valorização e profissionalização dos prédios corporativos.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Pavimentadora São Pedro Ltda., Nome Fantasia Oficina da Terra -** CNPJ: 50.117.357/0001-22 - Endereço: Rua Presidente Wenceslau, 357, Bairro Jardim Flamboyant - Requerente: Montreal Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 11a Vara de Campinas/SP

Requerido: **R & S Almeida Nunes Construtora Ltda. -** CNPJ: 28.877.284/0001-18 - Endereço: Rua Lourenço Taques, 04, Quadra 37, Centro, Ouroeste/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Fertiagro Fertilizantes Ltda. -** CNPJ: 24.743.057/0001-49 - Endereço: Estrada Araras Ao Núcleo Caio Prado, S/nº, Galpão 01, Sítio Boa Esperança, Zona Rural, Araras/sp - Administrador Judicial: Yarin Assessoria Empresarial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Comércio de Derivados de Petróleo Amaral Mesquita Ltda. -** CNPJ: 27.547.490/0001-05 - Endereço: Rua Cândido de Souza, 398, Centro, Tapiratiba/sp - Vara/Comarca: Vara Única de Caconde/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Agrosul Indústria Agrícola Ltda. Epp -** CNPJ: 19.108.689/0001-09 - Endereço: Estrada Fazenda Faxinal do Tigre, S/nº, Guatambu/sc - Administrador Judicial: Ajota Administração Judicial, Representada Pela Dra. Giovanna Vieira Portugal Macedo - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Alexandre Renz Dos Santos -** CNPJ: 44.620.563/0001-58 - Endereço: Estrada São João, 61, Zona Rural, Alegrete/rs - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados & Associados Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Camila Pelônia Bochorny, Produtora Rural, Nome Fantasia Fazenda Goyaz -** CNPJ: 54.367.334/0001-27 - Endereço: Fazenda Goyaz, S/nº, Zona Rural, São Félix do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Adhoc Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Flávia M. Vieira, Produtora Rural, Nome Fantasia Fazenda Imperial -** CNPJ: 54.197.123/0001-93 - Endereço: Fazenda Imperial, S/nº, São Félix do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Adhoc Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Henrique Fernandes de Sousa, Produtor Rural -** CNPJ: 54.542.347/0001-95 - Endereço: Fazenda Goyaz, S/nº, Zona Rural, São Félix do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Adhoc Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Lucídio Graciolli ME Ou Lucídio Graciolli & Companhia Ltda. -** CNPJ: 10.325.471/0001-23 - Endereço: Rua Linha Moinho, 14444, Linha Moinho, Nova Laranjeiras/pr Ou Rua Orlando Ceccon, 82, Centro, Colombo/pr - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Laranjeiras do Sul/PR

Empresa: **Milton A. de S. Júnior, Produtor Rural, Nome Fantasia Fazenda Saudade -** CNPJ: 54.200.634/0001-17 - Endereço: Fazenda Saudade, S/nº, Setor P. A. Mãe Maria, Zona Rural, São Félix do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Adhoc Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Rfv Comércio de Materiais Elétricos, Hidráulicos e Ferragens Ltda., Nome Fantasia Rfv Distribuidora de Materiais Elétricos -** CNPJ: 08.030.552/0001-54 - Endereço: Rua Onze de Agosto, 3400, Bairro Valinhos - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. Me, Representada Pela Dra. Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante - Vara/Comarca: 1a Vara de Tatuí/SP

Empresa: **Ubiraci Oliveira de Sousa, Produtor Rural -** CNPJ: 54.558.681/0001-37 - Endereço: Rodovia Br 242, Km 60 À Esquerda 3 Km, S/nº, Zona Rural, São Félix do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Adhoc Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Coesa Pavimentadora e Construtora Ltda. -** CNPJ: 05.622.370/0001-84 - Endereço: Rua Prudente de Morais, 365, Centro - Vara/Comarca: 3a Vara de Piracicaba/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Super Supremo Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. -** CNPJ: 09.664.860/0001-02 - Endereço: Rua Nelson Eugênio Busatto, 860, Bairro Bom Sucesso, Caçador/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Supremo Industrial de Plásticos Eireli -** CNPJ: 05.115.267/0001-48 - Endereço: Rua Nelson Eugênio Busatto, 860, Bairro Bom Sucesso, Caçador/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 15.104.383/0001-15 - Endereço: Rua Eixo Estrutural B, S/nº, Quadra 06, Lotes 02 e 03, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Nossa Senhora do Socorro/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Varejo Movimentação nos EUA aumenta a pressão sobre a rede num momento em que já estão em andamento, no Brasil, duas arbitragens

Acionistas minoritários da Americanas notificam SEC por perdas em fraude

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA GLOBO

Americanas pediu recuperação judicial em janeiro de 2023, após identificar mais de R$ 20 bilhões em "inconsistências"

Adriana Mattos
De São Paulo

Advogados de acionistas minoritários da Americanas notificaram, na terça-feira (18), a Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado de capitais americano, e o Departamento de Justiça dos EUA sobre as evidências de fraude na empresa.

Os investidores pedem que seja aberta uma investigação para reparação de prejuízos e indenização aos acionistas. Ainda informaram os órgãos que há 70 fundos americanos impactados pela crise na empresa, por terem investido na companhia baseados em informações fictícias.

A Americanas pediu recuperação judicial em janeiro de 2023, após identificar, inicialmente, mais de R$ 20 bilhões em "inconsistências", dizia na época. Meses depois, em junho, o comando admitiu um esquema de fraude contábil da antiga diretoria, que criava operações financeiras para fabricar resultados.

Após o início da crise na rede, chegou a circular informações no mercado sobre uma eventual ação coletiva de investidores contra a empresa e o trio de acionistas de referência, Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles. Mas a informação não se confirmou.

"A empresa perdeu mais de 90% de seu valor em 2023, o que mostra que as análises dos investidores se baseavam em algo que não existia, e isso cabe indenização", diz Luis Guerreiro, sócio da Lobo de Rizzo, que representa os minoritários.

Além disso, diz ele, a aprovação de balanços e o pagamento de dividendos aos sócios de referência, sem lastro em lucro real, foram decisões que passaram pelo conselho de administração, com representantes do trio de sócios. Logo, os minoritários entendem que o trio foi beneficiado pela situação.

Os três sócios negam de forma veemente o conhecimento sobre a fraude e já disseram que injetaram mais dinheiro na rede do que receberam em dividendos.

> "A empresa perdeu mais de 90% do seu valor em 2023" *Luis Guerreiro*

A notificação dos investidores foi enviada nesta semana pelo escritório Lobo de Rizzo depois que eles obtiveram, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os nomes dos acionistas no momento da divulgação das inconsistências, em 2023. Os 70 fundos estão nessa lista de acionistas.

Isso só pode avançar depois que a CVM considerou, em maio, legítima a posição da Lobo de Rizzo como representantes dos acionistas.

Não há investidores brasileiros dentro desses 70 fundos, mas os advogados decidiram, mesmo assim, acionar a SEC e o Departamento de Justiça para que a questão possa ganhar força também nos EUA. A SEC pode decidir não avançar com a análise do caso, e mesmo que opte por dar andamento nas investigações, o órgão não precisa comunicar o mercado ou os investidores sobre a análise.

Em dezembro de 2023, outro caso jurídico, anterior a este, ganhou destaque: a Justiça de Nova York negou pedido da Sablon Partners, acionista da Americanas, para ter acesso a documentos sobre a investigação de fraude.

O caso dos minoritários não tem relação com o da Sablon, e é encabeçado pelo escritório Empresa, criado há apenas cinco anos, e presidido pelo professor e juiz de arbitragens, Eduardo Silva da Silva.

Essa movimentação nos EUA aumenta a pressão sobre a rede num momento em que já estão em andamento, no Brasil, duas arbitragens de acionistas contra a empresa e seus sócios de referência.

A primeira arbitragem foi requerida pelo escritório em janeiro de 2023, com 148 minoritários, e a segunda tramita desde março, com outros 270 acionistas.

Em ambos os casos, o pedido é de reparação de prejuízos, mas com diferentes acionistas minoritários. O valor das duas ações, estimado pelos advogados varia de R$ 500 milhões a R$ 1 bilhão, diz Guerreiro. Os dois processos tramitam na Câmara Arbitral da B3.

Arbitragens levam anos para serem concluídas e não há prazo para o seu encerramento.

Procurada, a companhia informa que desconhece qualquer pedido de investigação sobre fraude na Justiça dos EUA, e diz que só foi acionada na jurisdição americana por um investidor dono de títulos de dívidas perante a corte de Nova York (trata-se da Sablon Partners). E que esse pedido foi rejeitado.

Ontem, a Americanas publicou seu relatório mensal de atividades, relativo a maio, e pelos dados, a rede conseguiu estender o prazo de pagamento a fornecedores para o maior intervalo desde o início da crise.

Esse período é crucial para uma empresa de consumo porque ele afeta diretamente o ciclo financeiro. Quanto maior o período negociado para pagar a indústria e menor o prazo de recebimento dos clientes, mais dinheiro disponível terá uma companhia no caixa. E menor será a dependência a financiamentos no mercado.

Pelos dados, a empresa pagou fornecedores em 27 dias em maio, versus 17 dias em abril — na metade de 2023, o pagamento era praticamente à vista, em seis dias. Em outubro, caiu para dois dias.

O prazo, no entanto, ainda está abaixo daquilo considerado normal no setor, entre 60 e 90 dias para pagar a indústria.

O plano de recuperação judicial, que determina regras de fornecimento aos credores colaboradores da empresa, tendem a trazer alívio de caixa para a empresa, e o plano foi homologado em fevereiro.

Eneva quer incluir expansão de térmica em leilão

Energia

Fábio Couto
Do Rio

A Eneva pretende incluir no leilão de reserva de capacidade, que será realizado no dia 30 de agosto, projeto de expansão da térmica Porto do Sergipe, de 1,6 gigawatts (GW), e mais duas termelétricas que estão em operação. O certame é visto como uma oportunidade para que usinas com contratos de energia perto do fim nos próximos anos possam negociar potência por longo prazo, assegurando receita fixa. No caso da Eneva, o projeto de expansão de Porto do Sergipe sairá do papel se vencer a licitação.

A Eneva tem no gás natural uma atividade-chave, com negócios na exploração e produção, comercialização e geração de energia. A companhia tem campos de gás no Maranhão (Bacia do Parnaíba) e Amazonas (Amazonas e Solimões), além das recém-compradas áreas na Bacia do Paraná, no leilão realizado no fim de 2023. No Maranhão e no Amazonas, os campos são dedicados para atender as termelétricas do grupo.

De acordo com o presidente da Eneva, Lino Cançado, Porto do Sergipe tem licenciamento ambiental para expandir a usina em mais 3,2 GW, de forma modular. Adquirida pela Eneva em meados de 2022 por R$ 6,1 bilhões, a usina é movida a gás natural liquefeito (GNL) e conta com um navio que armazena e regaseifica o GNL, com capacidade de fornecimento de até 21 milhões de metros cúbicos por dia (m^3/dia). A térmica consome 6 milhões de m^3/dia.

A existência de infraestrutura já financeiramente amortizada no local faz com que projetos de expansão sejam extremamente competitivos, avalia o executivo. "Nós temos licenciados [projetos com capacidade de] até 3,2 GW. Não significa que vamos entrar com um projeto deste tamanho, mas vamos habilitar alguns módulos. No momento do leilão, vamos decidir com quais módulos vamos disputar", disse Cançado ao **Valor**.

A Eneva é considerada por parte do mercado como um dos agentes que poderão puxar a onda de consolidação entre as petroleiras independentes, iniciada pela fusão entre a Enauta e a 3R. Porém, disse Cançado, a Eneva não vai entrar em qualquer projeto ou comprar qualquer empresa, como parte de uma corrida pelo crescimento. "Não temos ambição de sermos consolidadores por ser ou por aumentar o tamanho", disse. Segundo ele, não interessa à empresa fazer aquisições que não vão trazer o retorno esperado ou que levariam a Eneva a assumir risco desproporcional ao valor do ativo.

"Por dever de ofício, temos que olhar as oportunidades que [eventualmente] existem de adquirir ativos alinhados à estratégia da companhia, que está muito associada a aumentar o acesso à molécula de gás. Dito isso, só interessam aqueles projetos onde a equação por retorno ajustado ao risco esteja dentro daquilo que os acionistas esperam", disse Cançado.

E embora a empresa tenha o gás natural como prioritário como negócio, a Eneva não descarta entrar na produção de petróleo. "As operações da Eneva estão situadas em campos terrestres e caso surjam oportunidades para produzir petróleo, elas serão analisadas. A companhia tem uma estratégia primordialmente [baseada] no gás, mas não temos nenhum preconceito, até porque as competências para se explorar e produzir gás e óleo são as mesmas."

Ele destacou que a Eneva poderá participar de uma rodada da oferta permanente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A autarquia suspendeu o último edital para revisar áreas conflitantes com regiões ambientalmente sensíveis, o que na prática inviabiliza a realização de uma sessão pública ainda neste ano. "Se tiver blocos em áreas nas quais temos conhecimento e que achamos que tem potencial, sim [entraremos]."

Para ele, o movimento da ANP busca dar mais segurança jurídica para quem participa das rodadas de óleo e gás. "Tudo que aumenta a segurança da empresa que adquire o direito de exploração de uma área é bom, ela vai entrar em uma área onde não deveriam ter mais questionamentos", afirmou.

Cançado diz ainda que as áreas arrematadas na Bacia do Paraná estão em fase de preparação para realização de estudos sísmicos.

Curtas

Sem efeito na Usiminas

A Usiminas disse, em comunicado ontem, que não é parte no processo judicial da CSN contra o grupo Ternium e entende que a decisão favorável à CSN não gera efeitos para a companhia ou para os seus demais acionistas que também não sejam partes no processo judicial. Na terça-feira (18), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a compra dos 27,7% da Ternium na siderúrgica mineira configura mudança de controle e determinou que o grupo pague uma indenização de R$ 5 bilhões à CSN. A Ternium vai recorrer da decisão.

Melissa terá mais lojas

A Grendene planeja a abertura de mais lojas da marca Melissa, somando-se a atual rede de 409 pontos comerciais ativos, com a adoção de um novo conceito arquitetônico, que será implementado gradualmente nos próximos meses.

Agenda Tributária

Mês de Junho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	″
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	″
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	″
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	″
	Remuneração de direitos	9427*	″
	Previdência privada e Fapi	9466*	″
	Aluguel e arrendamento	9478*	″
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Maio/2024
20	Simples Doméstico - Regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico	Documento Único de Arrecadação do Simples Doméstico	Maio/2024
20	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Maio/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5979*	″
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Maio/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5960*	″
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	Retenção de contribuições - pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL)	5952*	Maio/2024
	Retenção - pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5987*	″
20	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta		
	Art. 7º da Lei 12.546/2011	2985*	Maio/2024
	Art. 8º da Lei 12.546/2011	2991*	″
20	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Entidades financeiras e equiparadas	4574*	Maio/2024
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Entidades financeiras e equiparadas	7987*	Maio/2024
20	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Aluguéis e royalties pagos a pessoa física	3208*	Maio/2024
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277*	″
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuição Definida/Variável - Não Optante Tributação Exclusiva	3223*	″
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Benefício Definido - Não Optante Tributação Exclusiva	3556*	″
	Resgate Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	3579*	″
	Benefício Previdência Complementar - Não Optante Tributação Exclusiva	3540*	″
	Benefício Previdência Complementar - Optante Tributação Exclusiva	5565*	″
	Rendimentos do Trabalho		
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico)	0561*	″
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588*	″
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público	3533*	″
	Participação nos Lucros ou Resultados – PLR	3562*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5936*	″
	Rendimentos Acumulados - art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1889*	″
	Outros Rendimentos		
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708*	Maio/2024
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944*	″
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280*	″
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204*	″
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891*	″
	Indenização por danos morais	6904*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	5928*	″
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988	1895*	″
	Demais rendimentos	8045*	″
20	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI	2852**	Diversos
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2879**	″
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ	2950**	″
	Acordo Perante Comissão de Conciliação Prévia - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc)	2976**	″
20	Pagamento de dívida ativa parcelamento - referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6106**	Diversos
	Comprev - pagamento de dívida ativa - parcelamento de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência	6505**	″
20	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Maio/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068*	″
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4112*	″
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Maio/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068*	″
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4153*	″
20	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Maio/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins)	1068*	″
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4138*	″
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Pagamento Unificado - Ret Aplicável às Incorporações Imobiliárias (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095*	Maio/2024
	Pagamento Unificado - Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PMCMV e à Construção ou Reforma de Creches e Pré-Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep,Cofins)	1068*	″
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4166*	″
20	Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Maio/2024
20	Pagamento Unificado - Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)	6177*	Maio/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Tecnologia Companhias intensificam triagem de pessoal ante alerta dos EUA sobre ameaça chinesa

Vale do Silício reforça ações contra espionagem

Tabby Kinder, Stephen Morris e Demetri Sevastopulo
Financial Times, de San Francisco e Washington

As companhias do Vale do Silício estão intensificando a verificação de segurança dos funcionários e potenciais contratados, à medida que as autoridades dos Estados Unidos demonstram uma maior preocupação com a ameaça de espionagem chinesa.

Gigantes tecnológicas como o Google e startups de alto nível como a OpenAI reforçaram a triagem de pessoal, segundo várias fontes que trabalham diretamente com esses grupos.

A medida surge em meio a temores de que governos estrangeiros podem estar usando trabalhadores comprometidos para acessar propriedade intelectual e dados das empresas.

Firmas de venture capital como Sequoia Capital, que apoia dezenas de startups como a xAI , de Elon Musk, também vêm encorajando algumas empresas de seu portfólio a reforçar a verificação de pessoal após alertas de que agências de espionagem estão mirando desenvolvedores de tecnologia dos EUA, disseram as fontes.

A própria Sequoia fez um desmembramento de suas operações chinesas no ano passado, depois de quase duas décadas, devido às pressões geopolíticas.

Alex Karp, presidente-executivo da Palantir, empresa de análise de dados da indústria de defesa dos EUA e avaliada em US$ 53 bilhões, diz que a espionagem chinesa de empresas de tecnologia americanas é um "problema enorme", especialmente para produtores de software empresarial, modelos de linguagem ampla e sistemas de armamentos.

"Temos adversários espertos", diz Karp. "Nossos inimigos são culturas antigas que lutam por sua sobrevivência, não apenas agora, mas pelos próximos mil anos."

A intensificação do esforço de segurança ocorre depois que as autoridades dos EUA aumentaram, nos últimos dois anos, os alertas às empresas sobre a ameaça de espionagem chinesa. Washington e Pequim estão envolvidas em uma crescente competição estratégica, com os EUA impondo controles às exportações para tornar mais difícil para a China obter e desenvolver tecnologias de ponta como a IA e os chips avançados.

Há também preocupações com o aumento da xenofobia nas empresas de tecnologia dos EUA, dada a prevalência de trabalhadores qualificados de origem asiática.

HR McMaster, ex-assessor de segurança nacional dos EUA, tem aconselhado empresas de tecnologia e firmas de investimentos sobre os riscos de espionagem estrangeira. Ele diz que a ameaça das agências de inteligência chinesas é "real e elas são persistentes".

"As empresas com que converso e trabalho estão muito conscientes disso no momento e estão fazendo tudo o que podem para reduzir essa ameaça", afirma ele.

O Google informou que tem "salvaguardas rígidas para evitar o roubo de nossas informações comerciais confidenciais e segredos comerciais". A Sequoia não quis comentar. A OpenAI não respondeu a pedidos para comentários.

> "Nossos inimigos são culturas antigas" que lutam por sua sobrevivência"
> *Alex Karp*

Os casos de espionagem chinesa datam de décadas, mas parecem ter se multiplicado nos últimos anos. Em março, promotores dos EUA acusaram um ex-engenheiro de software do Google de supostamente ter roubado segredos comerciais de IA enquanto trabalhava secretamente com duas empresas baseadas na China. Tesla, Micron e Motorola foram vítimas de roubo "flagrante" de propriedade intelectual pela China nos últimos cinco anos, segundo os EUA.

Bill Priestap, ex-chefe de contrainteligência do FBI que hoje comanda a consultoria Trenchcoat Advisors, aconselha sobre os "riscos de origem humana" representados por adversários estrangeiros. Ele diz ter visto casos de "alto nível" em que grupos de inteligência estrangeiros exploram funcionários de empresas americanas para roubar ativos valiosos.

"Alguns empregadores perceberam que quando estão contratando pessoas precisam entender que, se tiverem alguma vulnerabilidade, eles precisam estar cientes disso. A simples manutenção de laços com certos países significa que um indivíduo pode estar vulnerável a ser explorado, mesmo que não queira causar danos à sua empresa", diz ele.

Algumas empresas privadas surgiram para oferecer inteligência estratégica às empresas sobre ameaças de espionagem chinesas. A Strider Technologies, de Utah, lançada pelos gêmeos Greg e Eric Levesque em 2019, fornece uma ferramenta de dados para empresas para evitar que Estados tenham como alvos seus funcionários, e evitar a infiltração de vendedores e fornecedores terceirizados.

O presidente-executivo Greg Levesque diz que a Strider registrou um aumento recente na adoção de suas ferramentas por startups que trabalham com tecnologias emergentes, como a computação quântica, a IA e a biologia sintética, "que estão no topo da lista de compras de países como a China".

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

Empresas como Google e OpenAI reforçaram a triagem de trabalhadores

O sistema da Strider usa a IA para coletar dados sobre os métodos que as agências de inteligência estrangeiras estão empregando para atingir empresas e seus funcionários. Por exemplo, ela monitora centenas de "planos de talentos" chineses, que supostamente recrutam cientistas e professores estrangeiros e os incentivam a roubar tecnologias para promover os objetivos militares e econômicos da China. Priestap e McMaster são consultores da Strider.

Se um indivíduo for sinalizado pelo sistema da Strider, as empresas podem implementar rastreios adicionais, como a devida diligência sobre a família desse indivíduo ou suas ligações financeiras no exterior, bem como seu histórico de viagens a países onde serviços de inteligência estrangeiros realizam recrutamento.

"Estamos vendo isso nas empresas da 'Fortune 500'", diz Greg Levesque. "Todo mundo está sendo alvo. Há uma batalha geopolítica em andamento e a indústria é a linha de frente."

Em 2022, o Departamento de Justiça dos EUA abandonou um programa polêmico chamado "Iniciativa China", iniciado durante o governo Trump, após críticas de grupos de defesa dos direitos civis de que ele estava envolvido em discriminação racial. Ele também foi alvo de escrutínio depois que vários casos movidos contra acadêmicos de origem chinesa, especialmente cientistas, fracassaram nos tribunais.

Mas a iniciativa também levou à condenação de Charles Lieber, professor de química da Universidade Harvard, entre outros. Descobriu-se que ele aceitou secretamente dinheiro da China através de um programa criado para ajudar o país a obter acesso a conhecimentos científicos e expertise nos EUA e em outros países.

Em novembro, o diretor do FBI, Christopher Wray, realizou um evento aberto no Vale do Silício com seus colegas da rede de inteligência Five Eyes, que inclui Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA. Ele conclamou as empresas de tecnologia a "enfrentar uma ameaça sem precedentes" da China.

Os grupos do Vale do Silício que disputam contratos com o Departamento de Defesa dos EUA estão sendo encorajados a ampliar o alcance e a escala de suas devidas diligências contra ameaças de espionagem chinesa. Empresas comerciais de tecnologia que trabalham com as agências de defesa dos EUA são obrigadas a se submeter a rigorosas medidas de segurança.

McMaster, que também é tenente-general reformado do Exército dos EUA, diz: "A grande maioria da pesquisa e desenvolvimento com implicações para a segurança nacional costumava envolver programas do governo e agora isso está acontecendo no setor privado. Portanto, essas companhias se transformaram em alvos potencialmente muito lucrativos da perspectiva chinesa". ***(Tradução de Mario Zamarian)***

INÊS 249

Esportes Cobertura dos Jogos, que vão de 26 de julho a 11 de agosto, vai contar com 400 profissionais

Para a Olimpíada, Globo recria Paris em 3D

João Luiz Rosa
De São Paulo

Cidade mais visitada do mundo, conhecida por cartões postais como o Louvre e a Torre Eiffel, uma Paris recriada em 3D servirá de base para a transmissão dos Jogos Olímpicos na Globo. "É uma tecnologia cem por cento inovadora, que desenvolvemos dentro de casa", diz Joana Thimoteo, diretora de transmissões esportivas e gestão de elenco do Esporte. A cobertura vai envolver 400 profissionais, dos quais 65 vão se deslocar para a França, "basicamente repórteres e produtores", explica a executiva.

O projeto para recriar Paris digitalmente começou há um ano. Com apoio de inteligência artificial e recursos de realidade aumentada, que combina elementos virtuais e reais, o cenário 3D vai "recobrir" um estúdio no Rio, onde estarão centralizadas as operações. "Fizemos um investimento profundo em tecnologia", diz Thimoteo.

A adoção tecnológica segue uma curva ascendente na cobertura dos grandes eventos esportivos. Em 2018, na Copa da Rússia, a Globo montou um estúdio em Moscou, como fez em edições anteriores. Três anos depois, na Olimpíada de Tóquio (atrasada um ano por causa da pandemia), a transmissão foi feita com câmeras especiais conectadas a um estúdio no Rio. Na Copa de 2022, o avanço da tecnologia permitiu simular um estúdio com vista para o mercado popular do Qatar, sem sair do Brasil.

Será a terceira vez que Paris sediará a Olimpíada. A primeira foi em 1900 e a segunda há exatos cem anos. Os Jogos, que vão durar de 26 de julho a 11 de agosto, contarão com 32 esportes e 48 modalidades de competição, reunindo 10,5 mil atletas. Duas novidades são a inclusão do break como esporte e do caiaque cross como prova de canoagem.

A Olimpíada de 2024 apresenta desafios adicionais para a cobertura das provas, que não serão feitas em um parque olímpico como costumava acontecer. Em vez disso, serão realizadas em vários pontos da cidade, em estádios e ginásios que já existiam e foram reformados. A cerimônia de abertura será no rio Sena, com as delegações desfilando de barco. A tendência de descentralizar as competições está ficando mais forte porque muitas cidades não querem mais se candidatar ao evento devido ao enorme custo para construir um parque olímpico.

No caso das transmissões, diz Thimoteo, também há um esforço para usar de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, não só financeiros, mas de pessoal. "A questão é definir o que é prioritário e o que se consegue fazer do Brasil com a mesma qualidade em relação à experiência do consumidor", diz a executiva. Tarefas que no passado exigiam enviar caminhões com seis profissionais são feitas hoje por um único repórter munido de uma mochila com recursos de transmissão, o "mochilink". Livre da parafernália, o jornalista pode se deslocar mais livremente e entrar no ar ao vivo de onde estiver.

Na Globo, a Olimpíada será acompanhada por uma equipe de 100 comentaristas, incluindo ex-atletas que somam 27 medalhas. Na TV aberta serão 200 horas de programação, com destaque para a transmissão ao vivo das provas que contarem com atletas brasileiros. A cerimônia de abertura terá cobertura "in loco" e o programa "Central Olímpica" trará, diariamente, os principais acontecimentos. Na TV por assinatura, os quatro canais Sportv farão uma cobertura mais ampla e o programa "Ça Va Paris" ganhará edição diária no Sportv 2. No Globoplay estarão disponíveis 40 sinais ao vivo.

A Globo também fará a cobertura da Paralimpíada, de 28 de agosto a 8 de setembro. No mês passado, o programa "Esporte Espetacular" transmitiu o desafio do futebol de cegos entre Brasil e França, preparatório aos Jogos Paralímpicos.

"A Olimpíada é um momento de encontro. Não é apenas sobre quem ganha a medalha de ouro. As pessoas se comovem com a resiliência dos atletas", diz Thimoteo. "Como empresa de mídia, em um mundo polarizado, nosso papel é mostrar que as diferenças se somam."

A mulher que vai comandar a transmissão dos Jogos

FABIO ROCHA/GLOBO
Joana Thimoteo dirige transmissões esportivas e gere o elenco do Esporte na Globo

De São Paulo

Em 776 AC, quando se acredita que os Jogos Olímpicos começaram na Grécia, mulheres eram proibidas de participar e não podiam sequer assistir às provas, que os atletas disputavam nus. Só seriam admitidas na competição em 1900 — na segunda Olimpíada da era moderna, em Paris –, mesmo assim com representação reduzida: 22 atletas ou apenas 2% dos competidores. É um quadro muito diferente do que se verá a partir de 26 de julho, quando começa a 33ª edição do evento, novamente na capital francesa: pela primeira vez, a Olimpíada terá igualdade numérica de gênero, com os 10,5 mil atletas divididos igualmente entre homens e mulheres.

Para Joana Thimoteo, esses números têm valor especial. Diretora de transmissões esportivas e gestão de elenco do Esporte na Globo, ela é responsável por levar às telas torneios e competições esportivas, incluindo campeonatos de futebol — um universo associado aos homens e onde a presença feminina sempre foi estigmatizada. "Se não fizermos um trabalho de ampliação do acesso [feminino], não vamos contribuir com essa questão", diz a executiva. "Quero ver as mulheres comentando o jogo do Flamengo ou do Corinthians com seus maridos ou namorados."

Filha de pai e mãe jornalistas, Thimoteo cursou Direito, mas desistiu da carreira. A vocação familiar falou mais alto. "Cresci entre profissionais de imprensa durante o fim da ditadura e o início da redemocratização. Ia ao restaurante com meus pais e ficava ouvindo as discussões", relembra. De volta aos bancos escolares, ela se formou em Jornalismo.

Na Globo, ao iniciar um estágio, Thimoteo foi convidada para trabalhar no esporte. Aceitou, mas não deixou de pensar no jornalismo, para o qual esperava migrar. Um dia, em busca dessa chance, comentou com seu chefe à época que "gostava muito de política". Ouviu como resposta: "Eu também, mas fazemos um excelente trabalho no esporte". A combinação entre esporte e jornalismo daria o tom de sua carreira.

As dificuldades aumentaram à medida que Thimoteo assumia cargos que exigiam negociar com clubes, federações e organizações esportivas, invariavelmente conduzidas por homens. Ela ganhou experiência na cobertura de grandes eventos, integrando o time criado para a Copa da Alemanha, em 2006.

Fluente em idiomas e com especialização em negócios, Thimoteo seguiu para o exterior. O primeiro destino foi a China, onde morou por pouco mais de dois anos. Seu namorado e hoje marido, o jornalista Pedro Bassan, a acompanhou — ela como coordenadora da transmissão da Olimpíada de Pequim (2008) e ele como repórter. Mais tarde o casal foi para Portugal, onde Thimoteo atuou na produção de notícias por cinco anos.

Na volta ao Brasil, em 2012, ela assumiu a área de Planejamento Executivo do Esporte, com a missão de organizar a cobertura da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016, ambas no Brasil, para a TV aberta. Em 2018, em meio à estratégia da Globo para se tornar uma "media tech", o que levou à unificação das empresas de audiovisual do grupo, ela passou a responder pelas transmissões esportivas em todos os meios: TV aberta, canais pagos (Sportv), internet e streaming (Globoplay).

As mudanças para tornar a área mais inclusiva têm se acelerado. Em 2022, na Copa do Qatar, Renata Silveira se tornou a primeira mulher a narrar uma partida do Mundial masculino de futebol em TV aberta no Brasil, um jogo entre Dinamarca e Tunísia. No mesmo ano, Ana Thaís Matos se destacou como pioneira ao comentar uma partida da seleção brasileira, que venceu a Sérvia.

"A Globo está fazendo um trabalho intenso e importante, de abrir portas e oferecer conteúdo esportivo para homens e mulheres", diz Thimoteo. "É falsa a máxima de que futebol não é para mulher. O espectador quer se ver representado, não importa gênero, etnia, orientação sexual."

Em 2019, a Globo passou a exibir em TV aberta as partidas da seleção brasileira na Copa Feminina da França. No Sportv foi transmitido todo o torneio. A escalação dos profissionais que transmitem os jogos não obedece a critérios de gênero, ressalta a executiva. Tanto mulheres como homens participam da transmissão de partidas femininas e masculinas.

Thimoteo não descuida do que acontece em casa, em particular da orientação dos filhos. "Desde que eles eram crianças estimulamos a leitura de jornal. Por dia, eles leem três notícias e nos contam o que acharam", diz ela. O hábito pode garantir mais uma geração da família marcada pelo trabalho jornalístico. O filho mais velho, de 17 anos, planeja estudar Economia; mas o caçula, de 15, ainda não decidiu: está entre Direito e Jornalismo. *(JLR)*

Perdendo anunciantes, Musk defende uso da IA

Marketing

Daniela Braun
De Cannes (França)

O uso de inteligência artificial (IA) na criação artística e a publicidade relevante, mas "sem censura", na rede social X foram pontos defendidos pelo bilionário Elon Musk, dono do X, da Tesla e da SpaceX, ontem (19) no festival de criatividade Cannes Lions, em Cannes, na França.

Mais de 2.300 pessoas formaram uma fila imensa e lotaram o salão principal do evento, incluindo profissionais de publicidade, marketing e comunicação, para acompanhar a conversa de Musk com o CEO do grupo britânico de publicidade WPP, Mark Read.

A presença de Musk no evento ocorre em um cenário de perda de anunciantes no X, antigo Twitter. Desde que assumiu a rede social, no fim de 2022, o bilionário viu muitas marcas abandonarem a plataforma. Em 2023, o X alcançou US$ 2,5 bilhões em receita de publicidade, um recuo de 47,1% em base anual, segundo uma reportagem da Bloomberg publicada em dezembro. Quando comprou o Twitter, Musk fechou o capital da empresa.

Ao fazer perguntas a Musk, Read foi afável, irônico e também provocativo. "O que você diria aos anunciantes aqui, que estão na plataforma ou pensando em voltar para ela?", perguntou o CEO do WPP. "A coisa mais importante na plataforma X é que você [anunciante] está alcançando tomadores de decisão experientes. São as pessoas mais influentes do mundo, que vivem não apenas de serem influenciadores em redes sociais, mas que ativamente conduzem campanhas, administram países e audiências", respondeu Musk.

O empresário tem sido criticado por dar espaço a discursos de ódio, extremistas, em sua plataforma. Disse ontem que "é imperativo que as pessoas tenham o direito de falar. Mas, da mesma forma, os anunciantes têm o direito de aparecer ao lado de conteúdo que eles acham que é compatível com sua marca. Essa é a questão da segurança da marca".

A posição de Musk de que a "liberdade de expressão é o que está na lei" de cada país soa permissiva aos ouvidos de autoridades e órgãos reguladores, que se preocupam com a disseminação de discursos de ódio, violência e notícias falsas nas redes sociais.

Logo que assumiu a empresa, Musk reativou no Twitter o perfil do ex-presidente americano Donald Trump, novamente candidato à Casa Branca neste ano. Trump havia siso banido da rede social naquele mesmo ano, após ter usado seu perfil para instigar a invasão do Capitólio dos Estados Unidos em janeiro de 2022.

Musk defendeu ontem o uso da inteligência artificial (IA) generativa como uma forma de criar "conteúdos originais" criativos e artísticos com grandes modelos de linguagem (LLMsa, na sigla em inglês). Após uma pausa para pensar, o executivo citou a plataforma de vídeos TikTok e o software gerador de imagens por IA Midjourney como bons exemplos de aplicações de IA. "A IA está mudando as coisas para melhor", afirmou.

Musk foi um dos fundadores da OpenAI, empresa que ajudou a popularizar a IA generativa, por meio do ChatGPT, desde novembro de 2022. Hoje, o executivo diz não concordar com o rumo tomado pela OpenAI, que tem recebido recursos vultosos, na casa dos US$ 13 bilhões, da Microsoft.

"Inicialmente, era uma empresa aberta para oferecer código aberto, e agora é uma empresa de código fechado visando o lucro máximo, o que é diferente do que foi pretendido", comentou Musk.

A presença do empresário estava marcada para terça-feira (18) em Cannes, mas a organização adiou o painel por conta da passagem da tocha olímpica pela cidade, em virtude dos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Ao longo da conversa com o CEO da WPP, Musk parecia ter certa dificuldade para se expressar e algumas respostas soavam confusas: "Sou realmente fã da propaganda artisticamente interessante. Mas quando você vê um anúncio, se arrepende de ter visto ou acha que isso foi realmente interessante?".

A conversa com Read durou 30 minutos.

DANIELA BRAUN/VALOR

"Anunciantes têm o direito de aparecer ao lado de conteúdo que acham que é compatível"
Elon Musk

Brasil já ganhou 75 Leões de Ouro, Prata e Bronze, e 2 Grand Prix

Daniela Braun e Luana Dandara
De Cannes (França) e São Paulo

No fim do terceiro dia do Festival de Criatividade de Cannes, o Brasil venceu quatro Leões de Ouro, além de um Grand Prix. Os prêmios dourados foram conquistados nas categorias Creative B2B, Media e PR. Ao todo, o país soma na 71ª edição do evento dois Grand Prix, dez Leões de Ouro, 25 Leões de Prata e 40 Leões de Bronze entre as 19 categorias divulgadas. Até esta sexta-feira (21), outras 10 categorias serão premiadas, somando 29, no maior festival de publicidade do mundo.

Em Creative B2B, o Leão de Ouro foi para a "Thank's for Coke-Creating", que acumula diversos prêmios. A campanha da agência VML — de São Paulo, Kansas e Nova York — para a Coca-Cola já acumulava outros quatro prêmios: um Leão de Ouro na categoria Print & Publishing e outro na Industry Craft, e dois Leões de Prata em Outdoor.

Os outros dois Leões de Ouro para o Brasil nesta quarta-feira foram na categoria Media — o país também levou um Grand Prix. "Patrocínio Limpo" da Consul, pela agência VM9, ganhou um Leão de Ouro. A campanha tinha vencido um Leão de Ouro e outro de Prata na categoria Outdoor e um Leão de Prata na categoria Direct. A Consul é marca de eletrodomésticos da Whirlpool, que também é dona da Brastemp.

"No ad", da Lew'Lara\TBWA para a Pague Menos, levou o seu primeiro Leão de Ouro nesta edição do festival. A campanha acumula um Leão de Prata na mesma categoria de Media. No projeto, a rede de farmácias patrocinou canais de primeiros socorros no YouTube para que eles retirassem anúncios de seus vídeos, garantindo segundos preciosos para pessoas em situação de risco.

O último Leão de Ouro do dia foi na categoria PR, sobre a habilidade de comunicação estratégica e criativa, para "Gerações". O filme de celebração aos 70 anos da Volkswagen promoveu um "encontro" entre Maria Rita já adulta e sua mãe, a cantora Elis Regina (morta em 1982), através do uso da inteligência artificial (IA). O trabalho da agência AlmapBBDO também soma um Leão de Prata e um Leão de Bronze em PR, um Leão de Prata em Social & Influencer, e um Leão de Bronze em Entertainment Lions for Music.

O segundo Grand Prix para o Brasil na 71ª edição do festival foi para a campanha "Tá na mão" da GUT para o Mercado Livre na categoria Media. A ação, entre os dias 16 de outubro de 30 de novembro do ano passado, para a "Black Friday", foi feita em parceria com a Globo. Cada vez que o gesto de aperto de mão aparecia ao longo da programação dos canais Globo (TV Globo, GNT e Multishow), um cupom de desconto era liberado no aplicativo do Mercado Livre.

Políticas Segundo Federarroz, em reunião, governo abriu diálogo para discutir alternativas a leilão

Governo e setor buscam saída para crise do arroz

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo federal abriu diálogo com o setor produtivo de arroz e aceitou considerar as propostas dos arrozeiros para encaminhar soluções para a crise que se estabeleceu após a anulação do leilão para compra do cereal importado, na semana passada.

Produtores gaúchos se reuniram ontem para discutir o tema com os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e com o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, em Brasília.

O governo insiste na realização do leilão para aquisição de arroz estrangeiro, mas deve aguardar uma nova rodada de conversas com representantes do setor produtivo, pré-agendada para o dia 27 de junho, para publicar o novo edital. As regras do pregão estão em revisão pela Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU).

Alexandre Velho, presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), disse que o encontro foi "extremamente positivo" e que se abriu a possibilidade de diálogo para encontrar uma alternativa ao leilão. "O governo fica ainda com os mecanismos que ele tem na mão, mas entendeu também os riscos ao setor produtivo e abriu a possibilidade de diálogo nos próximos dias para que possamos em conjunto buscar algumas soluções", afirmou a jornalistas na saída do encontro. "Vamos tentar construir algo que não tenha risco tão grande para o setor produtivo como os leilões", disse.

Velho não especificou quais mecanismos serão sugeridos, mas disse que "todas as possibilidades vão ser estudadas". Cooperativas e indústrias também deverão participar das próximas conversas.

O dirigente disse ter comentado na reunião que o país deve exportar volume menor de arroz que o inicialmente previsto, produto que ficará no mercado interno. "A importação de janeiro a abril está 18% maior, já tem indicativo de importação maior e exportação menor. O consumo é de 10,5 milhões na média dos últimos cinco anos. Contestamos a questão de aumento de consumo para 11 milhões de toneladas", afirmou.

> "O governo entendeu os riscos para o setor produtivo e abriu o diálogo"
> *Alexandre Velho*

Segundo Velho, o governo não deve publicar o edital do leilão antes da próxima reunião com o setor. "Conseguimos esse tempo para tentar encontrar outros caminhos que contemple a todos".

A avaliação do setor é que a preocupação do governo com a possibilidade de desabastecimento foi superada. A questão agora é garantir arroz a preços compatíveis aos consumidores.

O presidente da Federarroz disse que governo deixou claro que não quer prejudicar o setor produtivo e que tem interesse na manutenção e até aumento de área plantada de arroz no Brasil. Na conversa, os arrozeiros reforçaram que os preços já baixaram R$ 10 por saca de 50 quilos nas últimas semanas e que o produto ficou apenas 1,47% mais caro aos consumidores em maio, de acordo com o IBGE.

Fontes do governo que participaram da reunião disseram que o Executivo vai considerar as sugestões do setor produtivo no encaminhamento do processo, mas nenhum deles falou em voltar atrás na realização do leilão.

Em comunicado, o Ministério da Agricultura informou que, na reunião com o setor produtivo, foram debatidas medidas para estimular a produção de arroz no Brasil e que ficou acertado um novo encontro nos próximos dias para que o setor apresente propostas nesse sentido.

Ontem, mais cedo, durante audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que o edital para a compra pública de arroz importado será reformulado e vai prever que a Conab participe previamente da qualificação das empresas que vão operar no pregão. Atualmente, essa atribuição é das bolsas de mercadorias, e a estatal só tem conhecimento das arrematantes ao final do certame.

"A qualificação passa a ter a participação da Conab anteriormente para não ficar sabendo só depois quem participou e se tem capacidade de entrega", disse Fávaro.

O ministro defendeu a manutenção da ideia de realizar o leilão. Segundo ele, a retirada da Tarifa Externa Comum (TEC) para importação de países de fora do Mercosul "ainda não surtiu efeito".

Ele também afirmou que os recursos liberados para a realização do leilão não serão "jogados fora", pois o arroz adquirido será estocado em diversas regiões do país e vendido para os comerciantes.

Questionado, Fávaro afirmou que as decisões de realizar e de anular o leilão foram tomadas "pelo governo" e que os produtores brasileiros foram ouvidos.

Agroindústria teve em abril seu maior crescimento em dez anos

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A produção agroindustrial teve em abril o maior crescimento para o mês dos últimos dez anos, puxada pelo desempenho das indústrias de alimentação de origem animal, biocombustíveis e de fumo. O Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), elaborado pelo Centro de Estudos do Agronegócio FGV Agro, subiu 12,1% na comparação anual.

O resultado fez com que a produção agroindustrial do primeiro quadrimestre deste ano registrasse crescimento acumulado de 4,1%, marcando o melhor resultado para o período desde 2018. O desempenho foi melhor do que o da indústria de transformação, que cresceu 3,6% no período.

No segmento de produtos alimentícios e bebidas, a produção de abril teve o maior crescimento da série histórica (iniciada em 2003), de 13,2%. O setor vem crescendo desde o ano passado.

A indústria de alimentação de origem animal registrou avanço de 20,2%, a maior alta dentre todas as agroindústrias acompanhadas pelo FGV Agro. Nesse ramo, houve avanços nos segmentos de carnes bovina, suína, de frango, laticínios e pecados.

A produção do segmento de não alimentícios teve crescimento de 10,7%. O destaque foi a indústria de biocombustíveis, que registrou avanço de 27,4%, com destaque para o aumento da produção de etanol de cana-de-açúcar. Em seguida, ficou a indústria de fumo, cujo crescimento foi de 18,9% no mês.

Outro destaque foi a produção de segmento de produtos têxteis, que aumentou 14,5%. Segundo o FGV Agro, o setor tenta se recuperar de uma retração marcada por pressão de custos e competição com a indústria chinesa.

Por outro lado, a indústria de insumos agropecuários registrou decréscimo de 0,9% na sua produção — o único setor da agroindústria com retração no mês. O setor vem sendo impactado pelo atraso na safra de verão, pelas incertezas com a safrinha de milho, e pelo aperto de margens dos produtores rurais.

PIMAgro
Índice de Produção Agroindustrial da FGV Agro (% a.a.)

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Frutas Atualmente, empresa do Vale do São Francisco exporta 97% de sua produção à Europa

Agrodan aposta na 'manga de colher' para crescer no país

Cleyton Vilarino
De Belém do São Francisco (PE)

Uma das maiores exportadoras de manga do Brasil, com 97% de sua produção enviada para a Europa, a Agrodan está investindo 20% do seu faturamento para conquistar um mercado com um consumo dez vezes superior ao europeu e ampla possibilidade de expansão: o Brasil.

"É uma tarefa difícil", reconhece Paulo Dantas, diretor-presidente da Agrodan, empresa pernambucana que produz 30 mil toneladas de manga a cada ano em pomares na cidade de Belém do São Francisco, no Vale do São Francisco.

Dentre os principais desafios, está convencer o consumidor brasileiro a pagar um pouco mais pela fruta. "Estou tentando vender um produto de qualidade, do mesmo padrão que eu exporto, mas o consumidor brasileiro está acostumado com outras variedades vendidas a preço mais baixo", afirma.

Dantas se refere às variedades palmer e tommy, também produzidas pela Agrodan e que hoje dominam o mercado nacional. A estratégia da empresa, porém, tem sido apostar nas variedades kent e keitt, desenvolvidas por pesquisadores americanos no fim da década de 1930 e início dos anos 1940. Caracterizadas por terem pouca fibra, elas permitiram ao empresário do Vale do São Francisco um marketing pronto: a manga de colher.

Em São Paulo — primeiro alvo da nova estratégia da empresa — é assim que a fruta tem sido apresentada ao público consumidor em ações de degustação dentro das redes varejistas que comercializam produtos da Agrodan. "A vantagem dessa manga é que quem prova, compra. Ela é muito macia, e é isso que a gente está divulgando no mercado interno".

Segundo ele, a conquista do mercado europeu no início da década de 1990 teve um componente de sorte. As primeiras vendas ocorreram após o contato da Agrodan com um francês que já exportava inhame para o continente. Com uma dívida considerada "impagável" na época, resultado do financiamento tomado para iniciar o plantio, Dantas viu na exportação uma saída, e conseguir quitar a dívida em dois anos. "Eu não imaginava que iria exportar", relata.

Mas em 2022, uma mudança na conjuntura global acendeu o sinal de alerta para a empresa para a necessidade de ser menos dependente das exportações. Com a alta nos custos dos insumos, do frete marítimo, dificuldades para obter contêineres refrigerados e um câmbio instável, o resultado da Agrodan foi zero, afirma Dantas. "Foi uma combinação perigosa. Hoje acho que a gente deve produzir visando o mercado interno e exportar só se for viável", avalia.

Segundo ele, o ideal seria que as vendas para o mercado interno representassem de 40% a 50% do faturamento da companhia. Por isso, a meta da empresa é dobrar o percentual atual, de 3%, para cerca de 6% a 7% ainda este ano.

"Cada pessoa no Brasil consome cerca de 6 quilos de manga por ano. Isso representa mais ou menos uma manga por mês. Então é só uma questão de incentivar o consumo de manga no Brasil que é possível crescer muito aqui", calcula Dantas.

Vendidas a um preço de cerca de R$ 5 o quilo na fazenda, a previsão é que a manga para comer de colher seja vendida a partir de R$ 9 o quilo nos principais mercados consumidores do país.

"Eu estou investindo mais ou menos 20% do que estou faturando no mercado interno quando o normal é se investir um valor compatível com o faturamento. Então é um investimento alto, mas que está no começo ainda. A intenção é continuar crescendo na Europa, mas crescer mais no Brasil para tirar essa diferença", acrescenta Dantas.

O jornalista viajou a convite da Confederação Nacional de Pecuária e Agricultura do Brasil (CNA)

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Paulo Dantas, da Agrodan; empresa produz em Pernambuco as variedades kent e keitt, além da tommy e da palmer

Excesso de chuvas afeta videiras da Miolo na BA

De Casa Nova (BA)

As chuvas acima da média na região do Vale do São Francisco no primeiro trimestre deste ano não pouparam as videiras da Miolo em Casa Nova, na Bahia. Com a alta umidade, a vinícola com sede no Rio Grande do Sul deve amargar uma quebra de 15% de produção na primeira metade da safra (de março a agosto), e espera recuperar a produção de uvas nos meses seguintes. Nesse cenário de instabilidades climáticas, a empresa planeja investimentos em aumento da área de plantio e também no cultivo de variedades mais adaptadas à região do Vale do São Francisco.

"O normal daqui é ser quente o ano inteiro, e a nossa expectativa daqui até o fim do ano é voltarmos a trabalhar [com] o normal da região", afirma o enólogo e gestor da fazenda Terra Nova, Miguel Almeida. Com 200 hectares, a propriedade foi adquirida pela Miolo em 2001 e se especializou na produção de espumantes pelas características da região.

O clima quente e seco, mas com disponibilidade hídrica à beira do rio São Francisco, garante a colheita precoce de castas adaptadas às elevadas temperaturas, com destaque para as uvas shiraz e chenin blanc. "Regiões muito quentes podem criar vinhos cansativos, de baixa acidez e muito álcool. Daqueles que você bebe a primeira taça e não tem vontade de repetir", comenta o enólogo.

RAFAEL VIEIRA/CNA

"Nossa expectativa até o fim do ano é trabalhar com o clima normal"
Miguel Almeida

Para evitar esse problema, a Miolo aposta em uvas de maior acidez — motivo pelo qual também está investindo nas castas Trebbiano e French Colombard, menos conhecidas, mas com elevado potencial produtivo para a região. Dos R$ 8 milhões em investimentos programados para este ano, R$ 3 milhões serão destinados à região do Vale do São Francisco, que receberá, pela primeira vez, as novas variedades.

A ideia é garantir a qualidade do vinho mesmo em anos em que o clima reduzir o volume produzido — exatamente o que ocorreu no primeiro semestre deste ano, período que abrange o fim da safra 2023/24 e início da 2024/25.

A inspiração tem vindo de outras regiões produtoras de clima mais quente, como Austrália e o Alentejo, em Portugal. "A French Colombard, por exemplo, já tínhamos plantado num vinhedo nosso do Sul, gostamos da aptidão dele para anos mais quentes e trouxemos para cá", detalha.

Outra medida adotada pela vinícola é a mudança na forma de podar as videiras, que na região recebem um tratamento diferenciado para suportar o clima mais quente. Enquanto no Sul as plantas são mantidas com esporões de até três gemas (área do caule onde ocorre o rebrote das plantas), no Vale do São Francisco é preciso manter pelo menos oito gemas a fim de evitar a morte das videiras.

"De repente, com muito broto e muita água, o microclima fica diferente e temos que inserir mais mão de obra para realizar desfolha e se adaptar porque o clima está mudando, sim, mas tu também tens que alterar a sua forma de produzir", defende Almeida. *(CV)*

Com preços em baixa, lucro da Copersucar caiu 58%

Balanço

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Copersucar obteve na safra 2023/14 um lucro líquido 58,6% menor do que na temporada anterior, de R$ 281 milhões. O resultado foi afetado pela fraqueza do mercado de etanol no Brasil e pela queda do preço do açúcar no último trimestre do ciclo.

A receita líquida caiu 22,9%, para R$ 55,1 bilhões, e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado cedeu 20,8%, a R$ 1,1 bilhão.

O faturamento sofreu principalmente com a normalização dos preços do gás natural nos Estados Unidos, onde a companhia comercializa o produto. No exercício anterior, os preços haviam atingido picos históricos devido à guerra na Ucrânia. O negócio também foi afetado por uma queda de 13,7% no volume comercializado.

No Brasil, a pressão sobre o mercado de etanol na safra passada, que registrou preços e demanda deprimida em boa parte do ano, atingiu os resultados da Evolua Etanol, joint venture da Copersucar com a distribuidora Vibra. O negócio gerou para a Copersucar, de acordo com o método de equivalência patrimonial, um prejuízo de R$ 60 milhões. Na safra anterior o resultado foi negativo em R$ 22 milhões.

Além disso, as usinas associadas da Copersucar aumentaram significativamente sua produção, enquanto o fluxo de etanol estava mais fraco, o que demandou mais capital de giro para carregar estoques. Esse cenário, combinado a uma alta dos juros no Brasil, elevou o custo financeiro em 12,9% na safra, a R$ 428 milhões.

As usinas associadas da Copersucar moeram 23% mais cana do que na safra anterior, somando 110 milhões de toneladas. A Copersucar comercializou 14 milhões de toneladas de açúcar e 17 bilhões de litros de etanol.

Apesar da piora dos resultados operacionais, a dívida líquida da empresa no fim da safra era R$ 136 milhões menor do que sua posição de caixa, considerando estoques, capital de giro e derivativos — foi a terceira temporada com a dívida líquida abaixo do caixa. Sem considerar o caixa, a dívida líquida da Copersucar encerrou o ciclo em R$ 4 bilhões, 24,7% abaixo do resultado de um ano antes.

valor.com.br
Mais sobre o balanço da Copersucar na safra 2023/24
www.valor.com.br/agro

Abastecimento
Governo abre diálogo com setor produtivo e busca saída para crise do arroz
B7

Investimentos Gestoras, como SPX, de Franco, ampliam foco em crédito privado no exterior C6

Bancos Itaú aposta em novo aplicativo para avançar na baixa renda C4

Wall Street Maioria das ações 'vencedoras' da inteligência artificial recua no ano C2

Política monetária Colegiado evita se comprometer com próximos passos para os juros

Copom resiste à pressão de Lula e mantém taxa Selic em 10,5% ao ano

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De Brasília e São Paulo

Em decisão unânime e após críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Comitê de Política Monetária (Copom) interrompeu o ciclo de cortes na taxa básica de juros e manteve a Selic em 10,5% ao ano ontem, diante de um cenário de piora nas projeções de inflação e de desancoragem das expectativas de mercado. As reduções foram iniciadas em agosto de 2023, quando a taxa estava em 13,75% ao ano.

A decisão aconteceu um dia depois de Lula voltar a criticar o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. O presidente disse que Campos Neto "tem lado político" e que a única "coisa desajustada" no país seria o comportamento da autoridade monetária.

No comunicado, o colegiado destacou que um cenário global incerto e o cenário doméstico "marcado por resiliência na atividade, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas" demandariam maior cautela.

O comitê não assumiu compromissos explícitos para a Selic nas próximas reuniões e ressaltou que se manterá vigilante e que "eventuais ajustes futuros" devem ser ditados "pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta". Também ressaltou que a política monetária deve se manter contracionista "por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas".

O relatório Focus tem mostrado uma elevação nas expectativas de inflação para 2024 e 2025. Para este ano chegou a 3,96% com seis elevações seguidas e para 2025 em 3,80% com sete semanas de elevação consecutivas. Em falas públicas desde a última reunião do Copom, Campos Neto e o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, se mostraram preocupados com a piora nas expectativas de inflação.

O Copom apontou que a conjuntura atual "demanda serenidade e moderação na condução da política monetária". De acordo com o colegiado, essa conjuntura é caracterizada por um estágio na desinflação que "tende a ser mais lento", uma "ampliação" da desancoragem de expectativas da inflação" e um "cenário global desafiador".

A decisão de manter o patamar da Selic era esperada pelo mercado. Pesquisa do **Valor** com 132 instituições financeiras mostrou que apenas nove viam espaço para corte de 0,25 ponto percentual. O restante projetava a manutenção da taxa Selic.

AGÊNCIA BRASIL

Após ataques de Lula na véspera, Copom liderado por Campos Neto interrompeu cortes em decisão unânime

Agentes financeiros também tinham um olhar para como os membros do colegiado iriam votar, após uma decisão dividida em maio. Na oportunidade, Campos Neto, Carolina de Assis Barros, Diogo Guillen, Otávio Damaso e Renato Gomes votaram pelo corte de 0,25 ponto percentual. Já os diretores indicados pelo atual governo, Ailton Santos, Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira votaram pela redução de 0,50 ponto.

Outro foco de atenção foi a manutenção de fatores para ambas as direções no balanço de riscos para a inflação. Na ata da reunião de maio, constava que alguns membros do colegiado consideravam que havia "mérito" no debate de um balanço de riscos assimétrico para cima. Esses membros avaliavam que os fatores de alta tinham peso superior aos baixistas.

No comunicado de ontem, o balanço foi mantido como simétrico, com destaque para uma maior persistência de pressões inflacionárias globais e uma maior resiliência na inflação de serviços devido a um hiato do produto (medida de ociosidade da economia) mais apertado como fatores de alta. Entre os riscos de baixa, o Copom apontou uma desaceleração da atividade global mais acentuada e um impacto mais forte do aperto monetário sincronizado sobre a inflação global.

O Copom publicou dois cenários para suas projeções de inflação. No referência, que considera a trajetória de juros do Focus e a taxa de câmbio que parte de US$ 5,30 seguindo a paridade de poder de compra, a projeção foi de 4% de inflação para 2024 e 3,4% para 2025. Em maio, a projeção era de 3,8% para este ano e 3,3% para 2025. Para preços administrados, a projeção passou de 4,8% para 4,4% em 2024 e se manteve em 4% para o ano seguinte.

No cenário alternativo, em que a taxa Selic é constante ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2025, as projeções foram de 4% em 2024 e 3,1% para 2025. A meta para ambos os anos é de 3%.

Gleisi vê 'jogo do mercado' e falta de credibilidade

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Mesmo com a unanimidade dos integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) no sentido de manter inalterada a taxa Selic, a presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), não poupou críticas à decisão, desta vez direcionadas a toda a diretoria e não somente ao presidente Roberto Campos Neto. Na rede social X (antigo Twitter), ela afirmou que não será "fazendo o jogo do mercado e dos especuladores" que a direção do BC vai conquistar credibilidade.

"Não há justificativa técnica, econômica e muito menos moral para manter a taxa básica de juros em 10,5%, quando nem as mais exageradas especulações colocam em risco a banda da meta de inflação. E não será fazendo o jogo do mercado e dos especuladores que a direção do BC vai conquistar credibilidade, nem hoje nem nunca", escreveu a parlamentar. Todos os diretores do BC votaram por manter a taxa Selic inalterada, inclusive os quatro nomes indicados pelo presidente Lula.

Em transmissão ao vivo promovida quinzenalmente pelo PT para discutir o futuro do Brasil, Hoffmann disse que a decisão do Copom a fazia lembrar do escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues. Ela, porém, não discorreu mais sobre o assunto.

Márcio Pochmann, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), participou da live e, sem mencionar a manutenção da Selic, criticou a autonomia do BC. "As decisões que lá são tomadas têm impacto geral na vida de cada um, no comportamento da taxa de câmbio, implicações no nível do preço, e são decisões tomadas à margem de um objetivo maior, que diz respeito a um governo que foi constituído pela maioria das urnas."

Já o ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, disse considerar "equivocada a interrupção" dos cortes de juros pelo BC. "O país está com a inflação controlada, economia crescendo. Interromper a queda da Selic vai na contramão da continuidade do processo de crescimento econômico que o país e nosso povo precisam", disse.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, divulgou nota dizendo que "não há qualquer explicação racional" para o fato da taxa Selic estar em dois dígitos. Segundo ele, esse é o motivo para que metade dos pequenos negócios não tomem empréstimos. "Da maneira como está sendo conduzido, o Banco Central não é independente, não serve aos interesses do povo brasileiro, porque está sendo utilizado a serviço dos rentistas, daqueles que ganham dinheiro, tornando ainda mais difícil a vida do trabalhador", afirmou Lima. "Já passou da hora" de haver uma redução dos juros, acrescentou.

"A manutenção da Selic nessas bases prejudica não só o governo, que tenta recuperar a economia. Ao manter elevados os juros da dívida pública, o BC atinge também os consumidores e as empresas, principalmente os micro e pequenos negócios, porque o crédito fica mais caro", disse. "Os juros praticados pelo sistema financeiro são a principal razão por trás do fato de que metade dos pequenos negócios não toma empréstimos", afirmou o presidente do Sebrae.

Indicados fecham com cenário sem cortes em vista

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

Os quatro diretores nomeados para o Banco Central (BC) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fecharam numa estratégia conservadora para reinar sobre a inflação, com a manutenção da Selic em 10,5% ano, com a exclusão de cortes pelo menos no início de 2025 e até com a ameaça de subir a taxa, se o cenário seguir piorando nos próximos meses.

A decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom) tem importância maior caso se considere que, um dia antes, o presidente Lula fez fortes ataques à política de juros altos do BC, pregando abertamente uma taxa menor do que 10,5% ao ano.

Os votos de dois diretores que são cotados para assumir a presidência do Banco Central no ano que vem, Gabriel Galípolo (política monetária) e Paulo Picchetti (assuntos internacionais), devem contribuir para reduzir as suspeitas de que, caso sejam de fato indicados, possam se dobrar a pressões políticas na condução da política monetária.

O comunicado praticamente elimina as chances de cortes de juros pelo menos no começo de 2025, a menos que o cenário inflacionário melhore até lá.

De um lado, o documento reafirma que "a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas".

De outro, deu uma indicação do que, hoje, seria esse tempo suficiente para domar as expectativas e cumprir a meta de inflação, ao publicar uma projeção alternativa para a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Essa projeção alternativa diz que, se o juro ficar estável em 10,5% ao ano "ao longo do horizonte relevante", a projeção de inflação para 2025 fica em 3,1%. Não está na meta, de 3%, mas está muito próxima dela.

O que é o horizonte relevante? Tem duas hipóteses. Uma delas é que abarque até o primeiro trimestre de 2025, porque esse é o último período em que a fixação da Selic pelo Banco Central teria efeito sobre a inflação do próprio ano-calendário de 2025.

Mas é possível que o Copom esteja se referindo a um período mais longo, abarcando todo o ano de 2025. O próprio comunicado do Copom diz, um outro trecho, que o horizonte relevante "inclui o ano de 2025".

Votos de Galípolo e Picchetti devem contribuir para reduzir suspeitas de que possam se dobrar a pressões políticas

Em tese, o BC pode ter um efeito mais forte na inflação de 2025 caso, de fato, mantenha os juros inalterados depois do primeiro trimestre de 2025. Nessa situação, a curva de juros ficaria mais elevada, afetando consumo e investimento, de agora até fins de 2025.

O problema é a inconsistência intertemporal: quando chegar no segundo trimestre de 2025, o Banco Central não teria mais razões para manter a Selic em 10,5% ao ano, a não ser que esse nível seja necessário para reinar sobre a inflação de 2026. No passado não muito distante, porém, o BC ignorou esse argumento da inconsistência intertemporal.

Independentemente do significado exato desse "horizonte relevante" em que os juros vão ficar em 10,5%, o que é certo é que os analistas de mercado vão ter que rever seu cenário de corte de juros para 2025. Eles previam uma baixa de 0,5 ponto na primeira reunião do próximo ano e outra de 0,25 ponto na segunda reunião. Os juros fechariam o ano que vem em 9% ao ano.

A projeção do BC no seu cenário básico com juros Focus mostra que, se a Selic caísse da forma esperada pelos analistas do mercado, a inflação ficaria em 3,4% em 2025, bem acima da meta.

Outro recado duro do Copom, também apoiado pelos membros indicados pelo BC pelo governo Lula, foi afirmar que está "vigilante". Essa é uma palavra que o BC usa quando quer dizer que está pronto para subir os juros, se for necessário.

Qual é a chance de um aperto adicional? Vai depender do que acontece. O Banco Central de Roberto Campos Neto mostrou que vai fazer o que for necessário. Os membros indicados pelo governo Lula também. Isso diminui um pouco do risco de uma política monetária mais leniente no ano que vem, que vinha contaminando as expectativas de inflação. Mas há coisas fora do controle do BC: o ambiente externo e a política fiscal.

Ibovespa
Em pontos

122.707
120.261
29/mai/24 19/jun/24

Alta de **0,53%**

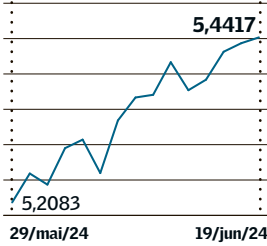
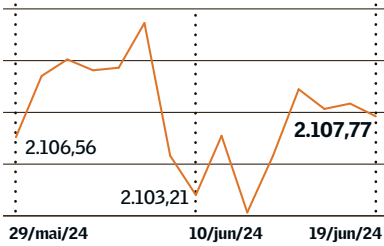
Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 19/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	Feriado
S&P 500	Feriado
Euronext 100	-0,54
DAX	-0,35
CAC-40	-0,77
Nikkei-225	0,23
SSE Composite	-0,40

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **0,15%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercados Dólar ameniza alta no fim do pregão, Ibovespa tem leve avanço e taxas futuras fecham perto da estabilidade em dia de feriado nos EUA

Expectativa de Copom unânime traz alívio, mas real segue sob pressão

Arthur Cagliari, Matheus Prado, Gabriel Roca e Augusto Decker
De São Paulo

Ainda que os mercados tenham fechado antes da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) ontem, a reunião do colegiado orientou os negócios do dia. O feriado de Juneteenth nos Estados Unidos, que tirou a referência internacional dos agentes, deixou os ativos locais ainda mais expostos às expectativas para o BC.

No início do dia, preocupações com uma decisão dividida fizeram a cautela predominar e levaram o dólar comercial a superar os R$ 5,48 e o Ibovespa a operar abaixo dos 119 mil pontos. Durante a tarde, porém, notícias de que o Planalto esperava uma decisão unânime trouxeram alívio aos ativos domésticos.

O dólar encerrou com alta de 0,15%, a R$ 5,4417, maior nível desde 4 de janeiro de 2023, mas bem abaixo das máximas do dia.

O real ficou boa parte da sessão com o posto de pior moeda do ranking das 33 divisas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**, mas abandonou essa posição no fim das negociações. No acumulado de 2024, porém, o real se tornou ontem a moeda com pior desempenho, com o dólar em alta de 12,14% frente à divisa brasileira. A divisa americana avança 12,11% ante o iene japonês; 12,09% ante a lira turca; e 11,72% contra o peso argentino.

Para o economista-chefe do PicPay, Marco Antonio Caruso, é difícil estabelecer um limite de até onde o dólar pode ir diante da piora da percepção de risco no Brasil. "A partir de um determinado patamar, se há descolamento dos fundamentos, podemos esperar um ajuste, mas não estamos falando de fundamento agora", diz. "O que está em jogo é a expectativa do mercado; expectativa de que não haverá mudança no tema fiscal ou de que não haverá medidas que tragam soluções ao problema."

Esse mau humor sobre o ambiente local veio se construindo de forma gradual nos últimos meses e impactou também o agente de mercado fora do Brasil. A aposta do investidor estrangeiro cada vez maior contra o real, em um período de baixa volatilidade, mostra que essa percepção

120.261
foi a pontuação do Ibovespa no fechamento

Caruso, do Picpay: difícil estabelecer um limite de até onde o dólar pode ir diante da piora da percepção de risco

GABRIEL REIS/VALOR

não deve se desfazer de forma tão rápida, na avaliação do economista do PicPay. "Movimentos com baixa volatilidade têm mais aspecto de duradouros e permanentes", afirma. "Não acho que esse aumento [da posição em dólar] seja o encerramento forçado ['stop'] de algum grande investidor e que logo veremos uma reversão. Não é algo brusco, que subiu de um dia para o outro, mas algo que veio se construindo."

O cenário também é de cautela em relação à bolsa brasileira. Após reuniões com clientes de Rio de Janeiro, São Paulo e exterior, a chefe de estratégia de renda variável do Santander, Aline Cardoso, afirma que o humor dos investidores, que já não estava positivo, ficou ainda pior. A impressão, diz, é que há uma séria crise de confiança.

"O Santander Sentiment Index (SSI), nosso índice proprietário, já capturou esse sentimento e bateu no nível mais baixo em 18 meses. Essa crise de confiança tem como origem os questionamentos sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal e culminou na reação forte do empresariado em relação à MP do PIS/Cofins, mostrando que não há mais espaço para ajuste fiscal pelo lado da receita", diz ela.

A aversão ao risco prevaleceu sobre a bolsa brasileira durante a maior parte do pregão de ontem, mas o Ibovespa ganhou fôlego nos últimos minutos do dia, com a expectativa por uma decisão unânime do Copom e uma correção parcial após quedas recentes que levaram o índice a operar abaixo dos 120 mil pontos. No fim da sessão, a referência local avançou 0,53%, aos 120.261 pontos, com volume financeiro baixo em dia de feriado nos EUA.

O alívio durante a tarde também ajudou os juros futuros, que acabaram fechando o dia perto da estabilidade. No fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 oscilou de 11,285% para 11,295% e a do DI para janeiro de 2029 recuou de 12,005% para 11,935%.

Maioria das ações 'vencedoras' da IA recua neste ano

Nicholas Megaw
Financial Times, de Nova York

A maior parte das ações envolvidas na euforia do ano passado em torno da Inteligência Artificial (IA) caiu neste ano, sugerindo que os investidores estão tentando cada vez mais separar o joio do trigo entre as empresas que afirmam ser beneficiárias da tendência.

As grandes altas nos preços das ações de grupos de grande importância como Nvidia, a projetista de chips que nesta semana se tornou a empresa de capital aberto mais valiosa do mundo, têm estimulado um debate crescente sobre se o mercado de ações está sendo impulsionado por uma euforia especulativa.

Mas as recentes quedas de dezenas de ações que se beneficiaram do entusiasmo inicial sugerem que os investidores começam a ignorar os comentários otimistas se as empresas não conseguem sustentar suas argumentações.

"A IA ainda é um grande tema, mas se você não conseguir apresentar evidências, vai ser prejudicado", diz Stuart Kaiser, chefe de estratégia de negócios com ações do Citigroup nos Estados Unidos. "Dizer IA quinze vezes não vai mais adiantar."

Cerca de 60% das ações do índice Standard & Poor's 500 (S&P 500) subiram este ano, mas mais da metade das ações incluídas no "AI Winners Basket" — um índice do Citigroup baseado nos nomes que mais entusiasmaram os clientes do banco no ano passado — caíram. Mais de três quartos das empresas da cesta de IA subiram em 2023.

Os fundos de investimentos que tentaram escolher uma ampla gama de beneficiárias

"A IA ainda é um grande tema, mas se você não conseguir apresentar evidências, vai ser prejudicado"
Stuart Kaiser

da IA tiveram uma experiência parecida. Mais da metade das ações individuais do ETF Robotics and Artificial Intelligence da BlackRock, do fundo AI and Next Gen Software da Invesco, e do ETF Artificial Intelligence and Robotics da First Trust and Nasdaq caíram neste ano.

Mona Mahajan, estrategista sênior de investimentos da Edward Jones, diz: "Os investidores estão olhando um pouco mais para o histórico de lucros entre os nomes de IA. O diferencial de algo como uma Nvidia é que eles entregaram resultados financeiros, mostrando dados reais".

O valor da Nvidia mais que dobrou neste ano, após triplicar em 2023, e agora supera os US$ 3 trilhões. No entanto, a demanda por suas unidades de processamento gráfico é tamanha que, medida como múltiplo de suas vendas nos 12 meses anteriores, a ação está na verdade mais barata que no mesmo período do ano passado.

Por outro lado, grupos de tecnologia como Salesforce, Snowflake, Intel e Adobe — hoje bem menores do que a Nvidia em valor de mercado, mas classificados como ações de grande capitalização — caíram bastante após fortes ganhos em 2023.

"Na área de tecnologia, o padrão estava bastante alto [na safra de lucros] e se você perdeu esse padrão, foi duramente atingido", afirma Kaiser, do Citigroup. A Salesforce sofreu sua pior queda em um único dia em 20 anos após divulgar uma atualização trimestral desapontadora no mês passado.

Embora alguns tenham interpretado a mudança como um sinal de retorno à racionalidade, Rob Arnott, presidente da gestora de ativos Research Affiliates, diz que o rali ligado à IA "me parece uma bolha clássica".

"Uma das coisas sobre uma bolha clássica é que você vê os jogadores menores desaparecerem antes que os grandes comecem a sofrer", afirma ele.

Arnott observa que acredita no impacto de longo prazo da IA, mas diz que "muitos dos benefícios virão gradualmente e o mercado está precificando o imediatismo".

BID reduz exposição cambial do BNDES

Paula Martini
Do Rio

São Paulo

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estruturou uma transação que visa reduzir a exposição cambial de operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inicialmente, o mecanismo será aplicado em um débito de US$ 437,5 milhões referente a um empréstimo de US$ 1 bilhão que o BNDES tomou do BID em 2009, com vencimento em 2030, para financiar um programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

A ideia é que a operação seja uma espécie de piloto para conversões de câmbio semelhantes em outros financiamentos do BID no Brasil e no exterior.

A transação, primeira do tipo executada por um banco multilateral para uma contraparte com garantia soberana, foi celebrada ontem pelo presidente do BID, Ilan Goldfajn, e do BNDES, Aloizio Mercadante.

A conversão é uma opção para que o BNDES gerencie sua exposição de dívida em moeda estrangeira num cenário em que empresas e instituições buscam reduzir ou controlar a exposição cambial. A operação permite a opção de cancelar o câmbio em caso de ocorrências envolvendo a União, tais quais como inadimplência, moratória ou reestruturação de dívidas.

O **Valor** apurou que apesar desses eventos serem considerados pouco prováveis, a inclusão do mecanismo permite uma taxa mais competitiva para conversão.

De acordo com o BID, a operação foi fechada 50 pontos-base abaixo do que seria realizado para uma conversão convencional de moeda, permitindo ao BNDES uma alternativa mais econômica.

"Por meio de um mecanismo financeiro inovador, aumentamos não apenas a efetividade do nosso apoio, mas também o impacto positivo que nossas operações conjuntas têm na sociedade", afirmou o presidente do BID, Ilan Goldfajn, em comunicado.

A instituição diz ainda que a transação demonstra o compromisso com inovações financeiras que atendam às necessidades de gestão da dívida dos países mutuários e conversa com as prioridades do G20, grupo de maiores economias do mundo, sob liderança brasileira.

Para Mercadante, a operação é importante principalmente em projetos de infraestrutura de longo prazo. "A mitigação de risco cambial é relevante para o financiamento do desenvolvimento. Este novo mecanismo de conversão representa, portanto, uma ferramenta poderosa de gestão de passivos cambiais", disse.

Pedidos de indenizações no RS chegam a R$ 3,86 bi

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Os pedidos de indenizações às seguradoras no Rio Grande do Sul já alcançam R$ 3,855 bilhões, uma alta de 132% frente ao levantamento de 24 de maio, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). O número de acionamento das apólices totalizou 48.970. Na primeira divulgação há um mês, havia 23.541 pedidos e um valor de R$ 1,673 bilhão.

Segundo o presidente da confederação, Dyogo Oliveira, a perspectiva é a de que o número continue aumentando. "Por isso, vamos fazer uma terceira divulgação daqui a um mês", disse. Ele reiterou que, em sua visão, trata-se do maior impacto de um único evento da história no setor de seguros.

O ramo agrícola apresentou o maior aumento, de 993 pedidos para 2.215 solicitações. Em termos de valores, o ramo de grandes riscos teve o maior aumento. Houve um salto de 62,2%, de R$ 815 milhões em 24 de maio para R$ 1,322 bilhão atualmente. Em termos de número de pedidos, o segmento saiu de 386 para 599. O ramo auto alcançou R$ 1,277 bilhão — em maio, estava em R$ 557 milhões. A quantidade de solicitações saiu de 8.216 para 19.067 registros.

O residencial e habitacional cresceu de R$ 239 milhões no mês passado, para R$ 524 milhões na segunda metade de junho. Em número de solicitações, houve avanço de 11.396 para 22.673. Outros ramos agregados subiram de R$ 322 milhões para R$ 580 milhões. Os pedidos saíram de 2.450 para 4.316. "As chuvas voltaram a aumentar [no Rio Grande do Sul] então a situação ainda não está estabilizada", acrescentou.

Para Oliveira, a dificuldade para estimar o tamanho das perdas seguradas no Estado recai sobre a falta de visibilidade dos danos efetivos que as enchentes causaram. "O de grandes riscos foi, entre os ramos, aquele que mais teve aumento de valores. E é onde é mais difícil estimar, porque se fala em seguros empresariais, de plantas fabris, indústrias e é muito difícil estimar o impacto antes de as águas baixarem."

O presidente da CNseg reiterou ver o setor de seguros capaz de absorver o volume de indenizações requerido. "São volumes perfeitamente cobertos pelas capacidades das seguradoras brasileiras, que, além das reservas técnicas, contam com ativos próprios e com os sistemas de resseguros nacional e internacional", afirmou.

Oliveira ressaltou ainda que a confederação "não verificou nenhuma concentração [de pagamentos de indenizações] em nenhum seguradora específica, há uma diversificação no mercado."

Política monetária Para analistas, porém, melhora dos mercados após estresse tende a ser limitada

Selic estável ganha força após Copom

Arthur Cagliari e Matheus Prado
De São Paulo

A menção a um cenário alternativo de projeções de inflação, com a Selic inalterada até o fim de 2025, como descrito pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central em sua decisão de juros, foi interpretada por economistas ouvidos pelo **Valor** como um sinal de que a taxa básica deve seguir estável à frente, ainda que possíveis ajustes na política monetária não estejam totalmente descartados.

"O mercado sempre se antecipa, e, muitas vezes, para a direção errada. Hoje, o mercado precifica alta de juros. Por isso, o que o Banco Central quis fazer foi dizer que, se mantiver a Selic a 10,50%, ele consegue levar a inflação à meta", afirma o economista-chefe da Parcitas Investimentos, Vitor Martello. "O BC quer dizer que não vê, agora, necessidade de subir os juros. Não que eles estejam descartando essa opção, porque senão ele nem desenharia esse cenário alternativo", aponta. "É uma forma de limpar a volatilidade de curto prazo."

O economista-chefe da Oriz Partners, Marcos De Marchi, avalia que, com a inserção de um cenário alternativo, o BC indica que, embora preocupado, tem uma opção que não a de elevar a Selic adicionalmente. "É um contraponto ao trecho em que diz que 'se manterá vigilante'. Esse termo, na Europa, é muito usado quando o banco central está incomodado com algo que deve vir à frente", afirma.

"Só que, ao mesmo tempo em que é posta essa cautela com a inflação, o comunicado insere um cenário alternativo de Selic constante, que levaria a inflação para bem próximo da meta. É um contraponto importante. Não descarta por completo juros altos, mas sugere cenário que pode alcançar a meta sem precisar subir a taxa", diz.

Na mesma linha, o economista-chefe da Occam, Paulo Val, nota que o cenário alternativo foi uma forma de quantificar que a Selic atual é suficiente para que a inflação convirja à meta em 2025. "Mas precisamos lembrar que 2026 entra no horizonte relevante do Copom já na próxima reunião, então será uma informação adicional para o processo decisório", afirma.

"Duas questões importantes, e que alguns diretores abordaram nos últimos dias, são juro neutro e hiato do produto. Devemos ter mais informações sobre isso na ata da reunião e no Relatório de Inflação."

> "Decisão veio para o Copom recuperar credibilidade, como discursos de membros já indicavam"
> *Luis Otávio Leal*

Também para o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal, a possibilidade de uma alta nos juros parece ter ficado mais distante. "Na comunicação da última reunião, alguns membros indicaram enxergar balanço de riscos com viés negativo. Se continuou assim, não sabemos, mas não é maioria. Saberemos na ata", diz. "E o texto também não imobiliza possíveis cortes se o exterior ajudar. Se o Fed começar a cortar em setembro, não dá para descartar."

Ainda assim, o executivo da G5 entende que o comunicado foi duro e indicou interrupção do ciclo de afrouxamento monetário, e não apenas uma pausa. "A adição de um cenário alternativo em que a inflação converge à meta em 2025 com a Selic parada mostra que o Comitê não só pode manter o juro em 10,5% este ano, como por mais tempo", diz. Com isso, afirma que avalia rever suas projeções de Selic, que estavam em 10% ao fim de 2024 e em 9% ao fim do ano que vem.

Outro ponto de atenção do comunicado foi a decisão unânime dos diretores, diz Leal. "Diferente da decisão de maio, que foi um 'Fla-Flu', a de ontem veio para o colegiado retomar sua credibilidade, como discursos dos membros do colegiado já indicavam nos últimos dias", diz Leal. "Isso pode tirar pressão do mercado, que melhorou ontem com essa expectativa."

Para Martello, da Parcitas, há espaço limitado para melhora. "Vimos o desempenho do real começar a se descolar dos pares emergentes justamente quando houve a divergência do colegiado, então é possível que haja uma leve melhora nos próximos dias", diz. "Mas a credibilidade mesmo só deve ser restaurada quando for provado que o BC não vai ceder a uma melhora das variáveis." Martello nota que, agora, todas as variáveis apontam para o mesmo lado: as expectativas de inflação subindo; o dólar alto; mercado de trabalho aquecido; e atividade forte. "A prova vai ser quando houver variáveis apontando para cenários distintos."

Da mesma forma, Val, da Occam, diz que o consenso ajuda a melhorar a percepção em torno do Copom, assim como a comunicação, "mas não há bala de prata". "Credibilidade se ganha ao longo do tempo e os novos membros precisam conquistar isso", afirma.

'Banco Central recupera boa parte da credibilidade'

Gabriel Roca
De São Paulo

Para José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV e consultor associado da MCM Consultores, não havia outra alternativa ao Copom que não fosse a manutenção unânime da Selic em 10,5%. A decisão, segundo o ex-diretor do BC, recupera parte da credibilidade da instituição, e foi tomada, em grande medida, pela preocupação com uma possível depreciação adicional do câmbio.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Valor: *Acredita que o BC recuperará parte da credibilidade que foi colocada em questão?*

José Julio Senna: Recupera sim uma boa parte da credibilidade. Agora, com toda a sinceridade, eu entendo que não restava outra opção ao Banco Central. O quadro está bastante preocupante. A única decisão possível era interromper o ciclo de queda e, diante do ruído da última decisão, a unanimidade era, indiscutivelmente, de grande importância. Apesar disso, foi um grande passo na recuperação da credibilidade da autoridade.

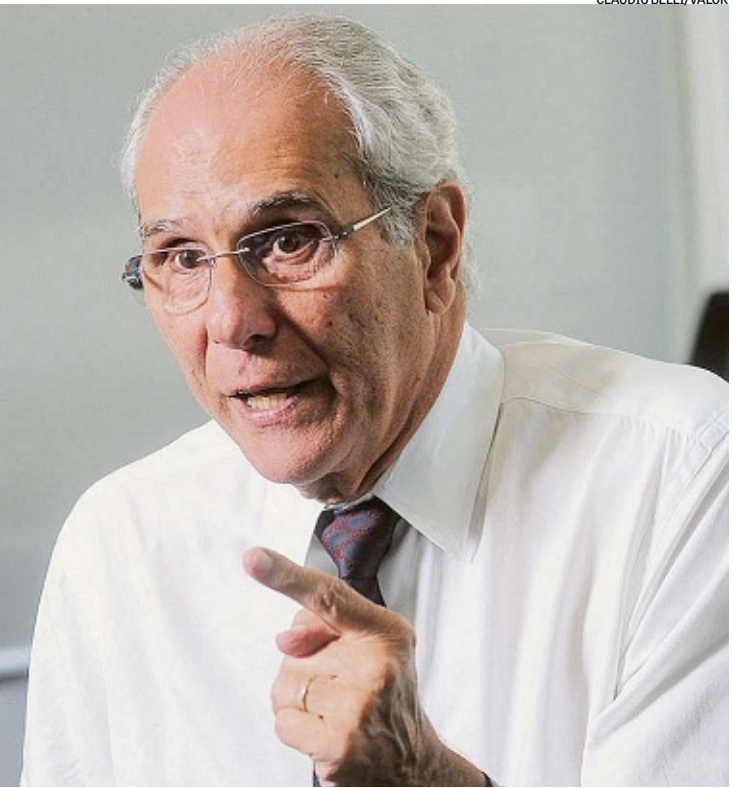
Valor: *Por quê?*

Senna: Desde o início do ano, há um grau de desconforto muito elevado nos participantes do mercado. Não só no Brasil como no exterior. Neste ano vimos as taxas de juros prefixadas subindo, bem como as taxas reais e as inflações 'implícitas'. O dólar começou o ano em R$ 4,85 e está acima dos R$ 5,40. A análise que cabe fazer não é só do momento atual, mas sobre a evolução dos acontecimentos. Tivemos um bom progresso na inflação, mas ela ainda traz algum grau de preocupação, especialmente na parte de serviços subjacentes. A mesma coisa quando pensamos nas expectativas. Nada disso condiz ou é compatível com a continuidade do processo de redução das taxas de juros.

Valor: *Como vê o argumento de que o BC seria muito sensível às pressões de mercado?*

Senna: Acho uma pena a discussão ser feita nestes termos. Os participantes do mercado querem o que todos querem, juros baixos, inflação baixa, estabilidade política e crescimento. Quando o mercado está emitindo alertas, não quer dizer que ele esteja externando preferências por juros altos. Como alguém pode torcer por juros mais altos se isso deprecia os ativos, as ações das empresas, os fundos de pensão, os ativos reais e os financeiros? O próprio mercado sai perdendo com juros mais altos. Não há evidências que apontem para o fato de que o mercado trabalha para que os juros sejam mais altos.

Valor: *Como interpreta o exercício alternativo do Copom?*

Senna: Foi bem oportuno que o BC tenha optado por voltar a divulgar o resultado baseado na hipótese alternativa. Dá uma ideia clara de que, se a Selic ficar mantida em 10,5%, seria possível cumprir a meta. A projeção de 3,1%, com uma meta de 3%, mostra que não há um desvio significativo. Mas também percebemos que não há conforto nesta margem. A mensagem é: mantendo 10,5% eu fico na meta, mas não é uma situação que vá inspirar muito conforto. É um sinal de que, se não houver mudança substancial de cenário, vamos ficar com 10,5% por bastante tempo.

> "Se não houver mudança de cenário devemos ficar em 10,5% por um bom tempo"
> *José Júlio Senna*

Valor: *O BC deveria ter citado a possibilidade de retomar as altas?*

Senna: Acredito que não tenha feito para não colocar mais lenha na fogueira. Já é um ambiente pesado do ponto de vista político. Mas ele também não descartou isso de modo explícito. No caso do BC americano, temos visto o Jerome Powell [presidente do Fed] dizendo que essa alternativa não está na mesa. Não foi a mesma coisa que o BC fez e imagino que não seja algo que o Copom desconsidera. A projeção de inflação dele para 2025 já alcançou os 3,4% para o ano que vem, um número ainda mais distante do centro da meta. Com isso, acho que fica meio implícito que uma alta de juros é passível de acontecer.

Valor: *Como interpretou as menções à política fiscal?*

Senna: Há uma tendência de crescimento das despesas obrigatórias que pode acabar pressionando as despesas discricionárias dentro do arcabouço fiscal em poucos anos. Essa é uma situação que exige uma resposta muito firme do governo e do Congresso. Me preocupa que eu não vejo uma movimentação concreta nessa direção. As discussões terem começado é muito bom, mas elas precisam evoluir para medidas mais concretas. O arcabouço fiscal não é sustentável a longo prazo. Todo o modelo que está em prática agora se resume em aumentar as receitas e isso não é sustentável.

Valor: *O câmbio deve ser importante para monitorar a trajetória futura da política monetária?*

Senna: O câmbio é uma variável chave e se torna especialmente importante nos momentos de maior tensão dos mercados. Uma depreciação adicional do real é algo que seria muito bom de ser evitado. E o que o BC fez, seguramente, teve isso em mente. A possibilidade de voltar a subir os juros pode se tornar maior, especialmente, se o câmbio se depreciar ainda mais.

Valor: *O cenário é preocupante?*

Senna: No meu entendimento, o comportamento do câmbio não é dado pelo fluxo. O Brasil ganhou, liquidamente, R$ 12 bilhões no ano de 2024. E, mesmo assim, o real começou o ano em R$ 4,85 e está em R$ 5,40. Isso derruba qualquer esforço no sentido de imaginar que apreciação da moeda tenha a ver com fluxo. O câmbio é o preço de um ativo e quem compra é um poupador que quer transferir poder de compra do presente para o futuro. Ele é fortemente influenciado pela perspectiva de câmbio no futuro, que, neste momento, aponta para um dólar mais alto. Além disso, os juros nos EUA mais altos adicionam outra pressão e, por fim, ele também é influenciado pelos prêmios de risco internos — muito influenciados pelos riscos fiscais. Então, só há uma maneira de evitar que o câmbio se deprecie nesta situação, que é manter uma política de juros adequada internamente. Isso significava desistir do afrouxamento. Uma parte importante da decisão, muito possivelmente, foi motivada por um cuidado com o câmbio, na medida que, caso haja uma depreciação adicional do real, as projeções de inflação vão ficar ainda piores.

'Decisão sem maluquice indica juro parado em 10,5%'

Victor Rezende
De São Paulo

Em uma reunião cercada de expectativas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central veio em linha com o esperado — manutenção unânime da Selic em 10,5% —, o que foi algo "muito positivo", dado que as alternativas eram ruins, diz o diretor de investimentos da ASA Asset e ex-diretor de pesquisa econômica do BC, Fabio Kanczuk. Ao **Valor**, ele diz ver a Selic parada em 10,5% neste ano e nota que o BC dá aval a essa perspectiva com o cenário alternativo nas projeções de inflação. "Não está com todas as letras que vai ficar constante, mas é sugestivo."

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Valor: *O que achou da decisão?*

Fabio Kanczuk: A decisão veio bem de acordo com o esperado. Manutenção com unanimidade, sem nenhuma maluquice. Bem-feita, com uma escrita bastante limpa. E isso é muito bom se compararmos com os cenários alternativos, que eram todos caóticos. Tinha gente achando que poderia haver mais uma queda de 0,25 ponto ou que a decisão poderia não ser unânime... O fato de termos visto o cenário base, quando as alternativas eram ruins, foi algo muito positivo.

Valor: *E em relação aos próximos passos na condução dos juros?*

Kanczuk: Em termos de sinalização, tinha dúvida sobre o que iriam dizer sobre os próximos passos, se poderiam indicar, talvez, a necessidade de alta de juros ou colocar alguma assimetria para cima... A sinalização foi a de manter os juros nesse patamar de 10,5% pelo período necessário para fazer a inflação e as expectativas irem para a meta. Na linguagem de mercado, seria o 'high for long', em que se segura o juro em nível alto pelo período longo o suficiente. Não está com todas as letras que vai ficar constante, mas é sugestivo. Foi a impressão que eu tive.

Valor: *O Copom veio com um cenário alternativo nesse sentido...*

Kanczuk: Exato, o que define mesmo o plano de voo é o cenário alternativo e tem algumas coisas curiosas nisso. O cenário base ter dado uma inflação de 3,4% [em 2025] não é surpresa nenhuma e é consistente, na minha opinião, com um aumento do juro real neutro para 4,75%. É o meu chute do que vem mais à frente na ata do Copom ou no Relatório de Inflação. Quando eu rodo o meu modelo, para obter 3,4% de inflação o juro neutro tem que estar em 4,75% [em termos reais]. A mensagem que o Copom passou é a de que, se ele mantiver em 10,5% o juro, a inflação vai para perto da meta, mas o número também pode indicar outra coisa.

Valor: *O que?*

Kanczuk: Normalmente, os analistas de mercado têm uma regra de três na cabeça: 1 ponto de Selic significa 0,3 ponto de inflação. Em vez de levar a Selic para 9,5%, como indica o cenário de referência, o Copom deixa em 10,5% no alternativo e, assim, a inflação cai de 3,4% para 3,1%. Parece superlegal, mas essa regra de três não está correta. Ela só funciona quando se muda a Selic instantaneamente. Mas o Focus não é assim. Ele converge muito lentamente de 10,5% para 9,5% em 2025. Fica em 10,5% o ano todo e começa a cair devagar no fim do próximo ano. Quando eu rodo os meus modelos aqui, o cenário alternativo do jeito que foi indicado me dá uma inflação de 3,3% em 2025. O que eu quero dizer é: pelo visto, o BC supôs que a política monetária vai ser mais poderosa do que foi no passado, que vai ser suficiente manter o juro em 10,5% para levar a inflação para a meta. No passado, esse nível não foi restritivo o suficiente para isso, de acordo com o modelo.

> "Como cenários alternativos [à Selic parada em 10,5%], é mais provável alta de juros do que queda"
> *Fabio Kanczuk*

Valor: *Como os ativos locais devem reagir à decisão?*

Kanczuk: Acho que o comunicado vai ser bem visto. O mercado pode pensar que não houve divisão de votos ou algo estranho no texto e que ainda teve o BC sugerindo que quer convergir a inflação para a meta. Nesse sentido, eu imaginaria a curva de juros se comportando bem, tirando prêmio de risco da frente e ficando mais "flat" [achatada, com os juros longos caindo mais que os curtos]. E o real também pode ir bem.

Valor: *O cenário da ASA segue igual após a decisão?*

Kanczuk: O cenário mais provável é a manutenção dos juros durante este ano, em 10,5%. E nós continuamos achando que, como cenários alternativos, é mais provável uma alta de juros do que queda. Se o dólar não piorar e a inflação de 2025 no Focus não for para 4%, o Copom deixa a Selic parada.

Valor: *A ASA projeta uma inflação de 4% no próximo ano. O que geraria uma revisão para baixo?*

Kanczuk: Para nós nos animarmos, precisaríamos ter surpresas fiscais e indicações de mudança de política econômica, mas poxa... Parece muito pouco provável. Nossa assimetria ainda é para mudar [as projeções de inflação de 2025] para cima, não para baixo.

Valor: *O ruído político antes da decisão do Copom aumentou. Como o sr. viu as discussões?*

Kanczuk: O Lula virou o foco de novo para o BC. O principal motivo, para mim, pode ser porque a crise do Rio Grande do Sul saiu do foco e o governo precisava de um novo alvo. Quando o Lula faz isso, aumenta a confusão no mercado, mas, politicamente, pode ser conveniente. Acho que a gente já esperava, o ambiente estava estranho. No Copom passado, quando diminuíram a velocidade do corte, o Lula parecia estar tão tranquilo... Agora o jogo normal voltou, batendo no BC e no Roberto Campos [Neto, presidente do BC], ainda mais com o Copom parando de cortar os juros. É um prato feito.

Valor: *O mercado considera o diretor Gabriel Galípolo o favorito para suceder Campos Neto. Com o voto pela manutenção da Selic, ele perde força para comandar o BC?*

Kanczuk: Acredito que não. Agora ele se firma com o mercado, que vai dar mais confiança para ele. E a minha impressão é de que o Lula e o [ministro da Fazenda Fernando] Haddad já tinham entendido isso, que a melhor decisão a ser feita agora seria essa. Ele conseguiu um Copom em que não se queimou com o Lula e ganhou reputação no mercado. Aumentou a probabilidade de ele ser o próximo presidente do BC.

Estratégia Em evento com investidores, banco apontou novo aplicativo para pessoa física como trunfo para ganhar espaço e rentabilidade no segmento de forma digital

Itaú vai para o ataque na baixa renda

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

O Itaú Unibanco aposta no lançamento de seu "super app", chamado de One Itaú, para ganhar espaço na baixa renda e fidelizar clientes que hoje têm um relacionamento restrito a poucos produtos. O banco realizou ontem seu encontro anual com investidores, quando mostrou detalhes dessa estratégia.

No ano de seu centenário, com lucro recorde e rentabilidade acima dos pares, o banco está aproveitando o bom momento para avançar em duas reformulações importantes, que de certa forma estão interligadas: como atender de maneira rentável a baixa renda e as micro e pequenas empresas.

A proposta do super app é oferecer uma prateleira completa de produtos para clientes que hoje consomem um único serviço. Mas a estratégia 100% digital é uma forma de tentar também tornar o segmento de baixa renda lucrativo.

O diretor-executivo para negócios pessoa física e seguros do Itaú, Carlos Vanzo, destacou que, na visão do banco, o atendimento ao público de baixa renda precisa ser digital. Segundo ele, a instituição está bem posicionada na alta e média renda, mas a discussão sobre a baixa renda está sendo feita agora. "Para alta e média renda, definimos o modelo físico e digital, o 'figital'. Já o atendimento no baixa renda precisa ser digital", disse. "É superimportante que a gente traga elementos para escala e custo adequado de servir."

O copresidente do conselho de administração, Roberto Setubal, afirmou que o Itaú tem visto algumas alavancas de crescimento importantes, como o super app para pessoa física, que incorpora "alguns milhões de clientes".

Em entrevista ao **Valor**, o diretor de relações com investidores e inteligência de mercado do Itaú, Renato Lulia, disse que o projeto já está rodando para milhares de clientes e que a oferta deve avançar gradualmente para toda a base até os primeiros meses de 2025. Só em cartões são 15 milhões de clientes "monoproduto" que o Itaú quer dar a experiência banco completo. Outros 5 milhões de clientes vêm de outras áreas. "O que temos visto é espetacular. O 'funil' de aquisição de clientes não é nem mais um funil, é um cilindro, porque temos adesão de 98%", afirmou.

Segundo Lulia, o super app é um passo "necessário, mas não suficiente" na solução de como atender a baixa renda. "É uma primeira peça, fundamental. Precisamos entregar e ter confiança que conseguimos atender por canais 100% digitais, com um custo baixo, e sem perder vendas."

Vanzo acrescentou que o super app, entre outras iniciativas, pode ajudar o banco a triplicar o varejo pessoa física, mas sem sinalizar um prazo para isso.

"Ao longo do tempo tivemos um negócio mais focado na média e alta renda. Mas, com uma plataforma escalável digital, passamos a poder competir em segmentos que eventualmente não dávamos tanta atenção. Em certa medida, deixamos de ser defensores e partimos para o ataque. Vamos sim buscar a principalidade e crescente rentabilidade em segmentos que são 'core' para nossos competidores e que para a gente ainda não eram", afirmou Lulia.

Em pessoa jurídica (PJ), há quase dois anos o Itaú lançou o projeto Atlas, com um modelo digital. André Rodrigues, diretor de pequenas e médias empresas, afirmou que o programa foi renomeado para EMPs e deu frutos. "Nossa perspectiva é dobrar novamente nossa operação de PJ no varejo [no médio prazo]. A gente tem um mercado endereçável de 4 milhões, dos quais 50% são clientes do Itaú, no Personnalité, Uniclass, na Rede. [...] Hoje a gente consegue pegar uma empresa recém-constituída, que necessita basicamente de um modelo de atendimento totalmente digital", disse. Segundo ele, mais de 2 mil clientes já usam o EMPs.

De acordo com Lulia, a nova oferta tem gerado um retorno positivo dos clientes. "É um modelo 100% digital voltado para pequenas empresas, um segmento em que historicamente a gente tinha pouca penetração. Nem a gente nem o mercado tinha uma solução para atender esse público."

Em um momento positivo para o Itaú, Setubal e Pedro Moreira Salles, também copresidente do conselho, ressaltaram que o banco não pode se acomodar. Setubal disse que a instituição sempre esteve aberta a entender as transformações do mundo, inclusive tecnológicas e concorrenciais, e deve seguir neste caminho. "É importante que a gente continue com essa abertura. Não podemos ficar em posição negacionista de achar que estamos fortes e estamos muito bem. Estamos em momento de transição, a concorrência chegou com novas propostas, mas estamos no caminho certo."

Moreira Salles ressaltou que o banco já viu de tudo. "Vimos grandes transformações econômicas, políticas, concorrência local, de grandes conglomerados globais, tecnológicas e a gente soube se adaptar."

DIVULGAÇÃO

"Vamos sim buscar a principalidade em segmentos que são 'core' para nossos competidores"
Renato Lulia

Executivos do Itaú também destacaram que o banco está de suas metas em questões ambientais, sociais e de governança (ESG), tem investido em 250 projetos de inteligência artificial e teve sucesso na integração da adquirente Rede, movimento seguido pela concorrência.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 19/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.851,9626610	0,02	0,39	4,25
IRF-M	1+**	20.034,7902680	-0,05	-0,47	0,47
IRF-M	Total	18.230,7991540	-0,03	-0,20	1,60
IMA-B	5***	9.243,7824890	0,04	0,06	2,97
IMA-B	5+****	11.111,9518820	-0,03	-1,44	-4,25
IMA-B	Total	9.823,6544890	0,00	-0,71	-0,84
IMA-S	Total	6.711,3479480	0,04	0,52	5,02
IMA-Geral	Total	8.138,8587630	0,01	0,01	2,38

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	05/06	04/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	28,69	26,33	30,27	28,38	31,90	30,33
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,84	24,70	21,67	21,51	23,85	25,67
Conta garantida pré - a.a.	45,73	44,06	53,50	51,12	44,47	51,54
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,94	21,74	21,56	21,55	22,27	29,01
Vendor pré - a.a.	15,73	15,28	15,00	15,05	16,38	19,91
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,71	16,97	16,75	16,84	16,74	21,77
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,20	16,82	17,62	17,17	17,34	19,89
Conta garantida pós - a.a.	25,08	24,39	24,85	24,89	25,46	27,55
ACC pós - a.a.	8,04	8,57	8,60	8,60	7,75	7,98
Factoring - a.m.	3,35	3,34	3,32	3,32	3,30	3,56

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	19/06/24	18/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3100	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3337	5,3330	5,3243	5,3237	5,0666
3 meses	-	5,3528	5,3526	5,3496	5,3484	4,9440
6 meses	-	5,3887	5,3888	5,3886	5,3894	4,7237
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6660	3,6620	3,8920	3,9040	3,1440
1 mês	-	3,8675	3,9137	3,9122	3,9118	3,1520
3 meses	-	3,9098	3,9260	3,9257	3,9249	2,9891
6 meses	-	3,9358	3,9440	3,9437	3,9431	2,5695
1 ano	-	3,8733	3,8678	3,9419	3,8168	1,4695
Euribor ***						
1 mês	-	3,606	3,630	3,717	3,807	3,372
3 meses	-	3,717	3,720	3,785	3,822	3,551
6 meses	-	3,695	3,748	3,745	3,787	3,861
1 ano	-	3,600	3,719	3,711	3,673	4,046
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	Feriado	5,29	5,34	5,37	5,36	5,11
T-Bill (3 meses)	Feriado	5,38	5,39	5,39	5,40	5,23
T-Bill (6 meses)	Feriado	5,36	5,36	5,37	5,37	5,33
T-Note (2 anos)	Feriado	4,72	4,75	4,87	4,85	4,72
T-Note (5 anos)	Feriado	4,25	4,32	4,51	4,47	3,98
T-Note (10 anos)	Feriado	4,23	4,32	4,50	4,45	3,77
T-Bond (30 anos)	Feriado	4,36	4,48	4,65	4,59	3,85

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,51	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,93	11,99
CDI	0,51	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,93	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,20	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,60	10,51
IMA-B	-0,71	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,84	6,56
IMA-S	0,52	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	5,02	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-1,50	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-10,38	12,70
Índice Small Cap	-3,71	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-17,69	-4,39
IBrX 50	-1,58	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-9,09	14,94
ISE	-1,39	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-12,36	1,45
IMOB	-1,56	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-19,00	-0,55
IDIV	-0,97	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-6,21	19,55
IFIX	-2,43	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	-0,34	12,24
Dólar Ptax (BC)	4,26	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	12,88	2,86
Dólar Comercial (mercado)	3,67	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	12,14	3,47
Euro (BC) (4)	3,33	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	9,78	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	2,65	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	8,89	5,03
Ouro (BC)	4,26	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	27,34	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 19/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 14/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Captação líquida R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.503.603,00					1.093,34	33.667,53	217.976,38	197.880,89
RF Indexados (2)	151.237,52	0,10	-0,15	2,02	8,13	-84,79	-1.373,36	-2.540,85	-11.504,44
RF Duração Baixa Soberano (2)	682.626,49	0,04	0,36	4,43	11,05	1.243,01	8.881,91	46.604,99	35.650,67
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	826.442,15	0,04	0,40	5,05	12,58	1.398,93	8.590,54	33.844,55	40.109,48
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	175.215,01	0,04	0,05	5,07	12,60	579,50	4.313,25	69.814,81	76.354,89
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.791,41	0,06	0,30	3,94	9,01	44,93	1.107,81	-2.850,66	-5.441,17
RF Duração Livre Soberano (2)	211.688,40	0,06	0,25	3,88	10,22	-548,91	1.285,91	-14.535,47	-26.150,02
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	657.094,77	0,06	0,29	4,33	11,07	-1.411,85	3.438,33	-13.159,08	-36.267,31
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	351.072,36	0,05	0,20	4,18	11,96	290,66	3.942,91	68.995,15	124.163,22
Ações	595.175,34					-445,93	3.905,45	684,88	38.301,56
Ações Indexados (2)	9.678,55	0,07	-2,01	-10,81	0,30	-28,55	-160,54	333,40	-1.305,71
Ações Índice Ativo (2)	30.187,05	0,19	-2,08	-11,27	-1,02	-36,28	-174,53	-3.842,36	-4.146,42
Ações Livre	215.578,07	0,28	-1,49	-8,14	2,81	-290,93	4.183,59	2.394,55	-4.812,99
Fechados de Ações	123.999,74	0,12	-0,60	-4,94	-2,88	14,30	-111,90	-663,17	29.783,15
Multimercados	1.639.990,26					-1.374,48	-12.247,16	-67.457,73	-195.182,19
Multimercados Macro	150.776,93	0,08	-0,03	0,17	5,80	-341,71	-3.363,49	-24.432,35	-49.255,74
Multimercados Livre	619.892,11	0,07	0,14	2,14	8,28	-1.055,11	-4.773,62	2.834,63	-45.593,84
Multimercados Juros e Moedas	51.437,07	0,03	0,38	4,16	11,31	-122,46	-1.466,86	-5.984,03	-15.118,41
Multimercados Invest. no Exterior (2)	737.118,85	0,08	0,87	3,46	10,80	149,23	-2.707,24	-40.760,49	-80.015,82
Cambial	6.557,83	0,16	2,71	13,71	17,89	-9,48	188,14	-155,70	-1.206,72
Previdência	1.425.356,41					299,45	16,47	16.786,96	41.291,99
ETF	42.948,38					31,16	571,90	-1.830,14	-993,54
Demais Tipos	2.001.288,54					-227,59	3.729,59	51.936,84	55.842,70
Total Fundos de Investimentos	**7.213.631,23**					**-405,95**	**26.102,33**	**166.004,66**	**80.091,99**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.633.641,31**					**1.427,84**	**8.572,28**	**40.833,53**	**109.231,52**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.894.803,00**					**1.021,89**	**34.674,62**	**206.838,19**	**189.323,51**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	19/06/24	18/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,71
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0023
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,12
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9577
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,44	10,43	10,48	10,38	10,36	13,52
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,68	10,64	10,67	10,43	10,37	13,10
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,43	10,39	10,39	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,43	10,45	10,37	10,37	13,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,45	10,49	10,36	10,36	13,50
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,52	10,50	10,55	10,36	10,36	13,39
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,67	10,63	10,66	10,39	10,37	13,09
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,06	11,00	11,01	10,56	10,47	12,05

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 19/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.686,17	10,408	500.596	10,402	10,422	10,406
Vencimento em ago/24	98.788,39	10,417	57.232	10,412	10,426	10,416
Vencimento em set/24	97.933,53	10,438	3.387	10,430	10,466	10,430
Vencimento em out/24	97.114,99	10,483	616.331	10,465	10,510	10,465
Vencimento em nov/24	96.212,24	10,552	12.429	10,530	10,580	10,530
Vencimento em dez/24	95.456,29	10,630	13.618	10,615	10,650	10,615
Vencimento em jan/25	94.617,95	10,712	1.571.340	10,650	10,745	10,670
Vencimento em fev/25	93.741,56	10,786	756	10,780	10,800	10,785
Vencimento em mar/25	92.933,13	10,869	2.280	10,840	10,880	10,840
Vencimento em abr/25	92.177,70	10,923	118.762	10,860	10,960	10,875
Vencimento em mai/25	91.384,65	10,976	2.383	10,920	11,010	10,960

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.462,62	0,63	192.535	5.420,00	5.487,00	5.422,00
Vencimento em ago/24	5.480,55	0,63	8.500	5.458,00	5.499,00	5.458,00
Vencimento em set/24	5.497,55	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.513,82	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.532,83	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.870,92	0,67	10	5.887,00	5.887,00	5.887,00
Vencimento em ago/24	5.899,32	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.926,72	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	121.979	0,54	66.420	120.650	122.695	122.695
Vencimento em out/24	123.952	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	125.942	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 19/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4641	5,4647	1,06	4,26	12,88	14,32
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4411	5,4417	0,15	3,67	12,14	13,96
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4793	5,6593	0,59	3,77	12,12	14,31
Euro (BC) - (R$/€)	5,8723	5,8751	1,16	3,33	9,78	12,51
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8461	5,8467	0,22	2,65	8,89	12,14
Euro Turismo (R$/€)	5,9150	6,0950	0,67	2,73	8,70	12,32
Euro (BC) - (US$/€)	1,0747	1,0751	0,10	-0,89	-2,74	-1,58
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	409,2959	409,3408	1,21	4,26	27,34	36,58
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.327,98	-0,01	0,10	12,72	19,24
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.328,60	0,72	-0,61	12,91	19,15

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	19/06/24	18/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	150.655,44	148.963,03	152.338,81	173.997,89	1,14	-1,11	-13,42
Valor-Coppead Mínima Variância	93.716,51	93.296,12	93.649,60	93.533,91	0,45	0,07	0,20

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (2) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9	8,375	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 19/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 19/06/24

Índice	19/06/24	18/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 19/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	Feriado	183,67	183,18	165,54	157,04	-	0,27	10,95	16,96
S&P BNY Emergentes	Feriado	359,88	341,77	312,75	305,37	-	5,30	15,07	17,85
S&P BNY América Latina	Feriado	189,49	204,45	225,28	208,92	-	-7,32	-15,89	-9,30
S&P BNY Brasil	Feriado	184,19	197,69	232,95	209,78	-	-6,83	-20,93	-12,20
S&P BNY México	Feriado	297,91	329,09	331,67	334,73	-	-9,47	-10,18	-11,00
S&P BNY Argentina	Feriado	246,45	262,91	178,27	152,66	-	-6,26	38,25	61,44
S&P BNY Chile	Feriado	139,04	148,41	162,12	174,48	-	-6,31	-14,23	-20,31
S&P BNY Índia	Feriado	2.886,98	2.747,17	2.923,01	2.757,31	-	5,09	-1,23	4,70
S&P BNY Ásia	Feriado	218,81	212,76	189,60	182,40	-	2,84	15,40	19,96
S&P BNY China	Feriado	317,08	329,83	336,11	343,46	-	-3,87	-5,66	-7,68
S&P BNY África do Sul	Feriado	192,48	206,33	199,87	235,75	-	-6,71	-3,70	-18,35
S&P BNY Turquia	Feriado	32,97	34,31	22,45	17,94	-	-3,90	46,83	83,82

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	0,5401	0,7302
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 19/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	120.261	0,53	-1,50	-10,38	0,34
IBrX	50.779	0,50	-1,61	-10,04	0,76
IBrX 50	20.199	0,46	-1,58	-9,09	2,01
IEE	86.424	0,21	-1,02	-8,99	-1,92
SMLL	1.937	0,69	-3,71	-17,69	-15,37
ISE	3.299	0,69	-1,39	-12,36	-8,33
IMOB	819	0,62	-1,56	-19,00	-7,28
IDIV	8.510	0,55	-0,97	-6,21	8,18
IFIX	3.300	-0,04	-2,43	-0,34	6,70
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.007	-0,53	-5,53	-20,60	-12,23
IBrX	9.292	-0,55	-5,63	-20,31	-11,86
IBrX 50	3.696	-0,59	-5,60	-19,46	-10,76
IEE	15.815	-0,84	-5,06	-19,37	-14,20
SMLL	354	-0,36	-7,64	-27,08	-25,97
ISE	604	-0,37	-5,42	-22,36	-19,81
IMOB	150	-0,44	-5,58	-28,24	-18,89
IDIV	1.557	-0,50	-5,01	-16,91	-5,37
IFIX	604	-1,09	-6,41	-11,71	-6,66

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 19/06/24	Spread 18/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	Feriado	385	-	15,0	40,0
África do Sul	Feriado	335	-	-23,0	9,0
Argentina	Feriado	1.378	-	37,0	-529,0
Brasil	Feriado	235	-	22,0	40,0
Colômbia	Feriado	322	-	19,0	57,0
Filipinas	Feriado	83	-	5,0	25,0
México	Feriado	188	-	22,0	21,0
Peru	Feriado	112	-	7,0	10,0
Turquia	Feriado	262	-	19,0	-14,0
Venezuela	Feriado	18.392	-	1.928,0	-5.700,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	07/06/24	356.291
nov/23	348.406	10/06/24	355.917
dez/23	355.034	11/06/24	356.150
jan/24	353.563	12/06/24	358.242
fev/24	352.705	13/06/24	357.789
mar/24	355.008	14/06/24	358.091
abr/24	351.599	17/06/24	357.548
mai/24	355.560	18/06/24	358.116

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	19/06/24	18/06/24	17/06/24	14/06/24	13/06/24	12/06/24
Índice	2.107,77	2.108,51	2.108,20	2.109,34	2.105,48	2.102,20
Var. no dia	-0,03%	0,01%	-0,05%	0,18%	0,16%	-0,21%
Var. no mês	-0,11%	-0,08%	-0,09%	-0,04%	-0,22%	-0,38%
Var. no ano	2,06%	2,10%	2,08%	2,14%	1,95%	1,79%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 19/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,6500	36,6800	0,14900	0,14910
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4641	5,4647
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3029	36,3939	0,1501000	0,1505000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7806	0,7978
Colon (Costa Rica)	517,4500	528,0000	0,010350	0,010560
Coroa (Dinamarca)	6,9387	6,9392	0,7874	0,7876
Coroa (Islândia)	139,0000	139,1800	0,03926	0,03931
Coroa (Noruega)	10,5591	10,5629	0,5173	0,5175
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1720	23,1800	0,2357	0,2358
Coroa (Suécia)	10,4216	10,4243	0,5242	0,5244
Dinar (Argélia)	134,1144	134,6670	0,04057	0,04075
Dinar (Kuwait)	0,3065	0,3066	17,8216	17,8294
Dinar (Líbia)	4,8372	4,8595	1,1244	1,1297
Direitos Especiais de Saque ***	1,3175	1,3175	7,1990	7,1997
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6725	3,6736	1,4874	1,4880
Dirham (Marrocos)	9,9566	9,9656	0,5483	0,5489
Dólar (Austrália)***	0,6673	0,6675	3,6462	3,6477
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4641	5,4647
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6874	2,7348
Dólar (Canadá)	1,3708	1,3709	3,9858	3,9865
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5438	6,6239
Dólar (Cingapura)	1,3501	1,3509	4,0448	4,0476
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4641	5,4647
Dólar (Hong Kong)	7,8066	7,8069	0,6999	0,7000
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6132	0,6136	3,3506	3,3531
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7583	6,8260	0,8005	0,8086
Euro (Comunidade Européia)***	1,0747	1,0751	5,8723	5,8751
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0023	3,0623
Franco (Suíça)	0,8836	0,8840	6,1811	6,1846
Guarani (Paraguai)	7524,4300	7529,3700	0,0007257	0,0007263
Hryvnia (Ucrânia)	40,5000	40,6000	0,1346	0,1349
Iene (Japão)	157,9300	157,9400	0,03460	0,03460
Lev (Bulgária)	1,8191	1,8200	3,0023	3,0041
Libra (Egito)	47,6600	47,7600	0,1144	0,1147
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2722	1,2726	6,9514	6,9544
Naira (Nigéria)	1460,0000	1530,0000	0,00357	0,00374
Lira (Turquia)	32,5216	32,5464	0,1679	0,1680
Novo Dólar (Taiwan)	32,3780	32,4080	0,16860	0,16880
Novo Sol (Peru)	3,8100	3,8400	1,4229	1,4343
Peso (Argentina)	905,5000	906,0000	0,00603	0,00604
Peso (Chile)	927,4000	927,8000	0,005889	0,005893
Peso (Colômbia)	4167,0000	4172,0000	0,001310	0,001311
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2277	0,2277
Peso (Filipinas)	58,7450	58,7650	0,09298	0,09302
Peso (México)	18,4060	18,4190	0,2967	0,2969
Peso (Rep. Dominicana)	58,7900	59,1700	0,09235	0,09295
Peso (Uruguai)	39,3700	39,4000	0,13870	0,13880
Rande (África do Sul)	17,9530	17,9556	0,3043	0,3044
Rial (Arábia Saudita)	3,7515	3,7517	1,4564	1,4567
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001301	0,0001301
Ringgit (Malásia)	4,7050	4,7080	1,1606	1,1615
Rublo (Rússia)	82,6340	84,3650	0,06477	0,06613
Rúpia (Índia)	83,3930	83,4480	0,06548	0,06553
Rúpia (Indonésia)	16360,0000	16370,0000	0,0003338	0,0003340
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,8000	0,01960	0,01964
Shekel (Israel)	3,7080	3,7102	1,4727	1,4738
Won (Coréia do Sul)	1382,3100	1383,0900	0,003951	0,003953
Yuan Renminbi (China)	7,2571	7,2572	0,7529	0,7530
Zloty (Polônia)	4,0240	4,0251	1,3575	1,3580

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2329,48	0,01335	409,2959	409,3408

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	19/06/24	18/06/24	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	Feriado	38.834,86	-	0,38	3,04	13,22	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	Feriado	19.908,86	-	7,40	18,32	31,99	14.109,57	19.908,86
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	Feriado	17.862,23	-	6,74	18,99	30,48	12.595,61	17.862,23
EUA	Nova York	S&P 500	Feriado	5.487,03	-	3,97	15,04	24,43	4.117,37	5.487,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.516,90	21.611,30	-0,44	-3,38	2,66	7,94	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	53.323,37	53.236,46	0,16	-3,36	-7,08	-2,93	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.380,56	1.389,58	-0,65	-1,38	15,51	17,60	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	76.518,44	76.017,22	0,66	10,56	32,31	121,26	32.850,05	76.518,44
Chile	Santiago	IPSA	6.589,32	6.542,55	0,71	-0,66	6,32	14,51	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.724,14	29.798,46	-0,25	-1,64	14,50	31,71	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.576.462,38	1.557.429,60	1,22	-4,54	69,57	285,05	409.622,74	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.492,42	1.500,52	-0,54	-2,50	6,94	9,42	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.067,91	18.131,97	-0,35	-2,32	7,86	11,52	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.570,20	7.628,80	-0,77	-5,29	0,36	3,50	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.220,31	33.315,68	-0,29	-3,69	9,45	19,69	27.209,66	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.861,38	3.865,43	-0,10	-1,45	4,14	7,36	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.859,31	2.855,32	0,14	3,25	25,21	41,16	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	11.056,40	11.067,70	-0,10	-2,35	9,45	17,22	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.426,20	1.422,32	0,27	-0,39	10,29	12,43	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	924,78	928,19	-0,37	2,34	17,53	20,26	714,05	931,79
Hungria	Budapeste	BUX	69.661,21	69.832,54	-0,25	2,58	14,91	40,48	49.586,71	70.248,97
Polônia	Varsóvia	WIG	86.385,81	85.249,08	1,33	0,08	10,10	28,25	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.541,80	6.570,95	-0,44	-4,79	2,27	8,22	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.154,23	1.127,16	2,40	2,54	6,53	9,48	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.554,21	2.566,49	-0,48	-1,92	6,51	11,41	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.060,24	12.046,61	0,11	0,49	8,28	6,67	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	Feriado	Feriado	-	0,68	40,17	98,72	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.973,60	1.973,91	-0,02	-0,99	5,22	7,60	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.713,75	79.748,83	1,21	5,23	4,97	3,46	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.570,76	38.482,11	0,23	0,22	15,26	15,58	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.010,50	8.015,80	-0,07	0,50	2,31	6,96	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.687,64	1.702,47	-0,87	-2,43	-8,17	-18,92	1.433,10	2.081,49
China	Xangai	SSE Composite	3.018,05	3.030,25	-0,40	-2,23	1,45	-7,30	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.797,33	2.763,92	1,21	6,10	5,35	7,20	2.277,99	2.797,33
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.430,39	17.915,55	2,87	1,94	8,11	-7,44	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	77.337,59	77.301,14	0,05	4,56	7,06	22,43	62.970,00	77.337,59
Indonésia	Jacarta	JCI	6.726,92	Feriado	-0,12	-3,50	-7,51	0,61	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.303,82	1.297,41	0,49	-3,11	-7,91	-16,26	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.209,54	22.757,43	1,99	9,61	29,44	34,36	16.001,27	23.209,54

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL
Protocolo: 20.894.087-2; Edital: 01/2024

Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural/PR

Objeto: A empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais está apta e qualificada à implementação de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural SEPSR/PR ao produtor com propriedade no Estado do Paraná.

A Comissão de Credenciamento; Curitiba, 18 de junho

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024 – SMMA
PROCESSO Nº 01-034843/2024

O MUNICIPIO DE CURITIBA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – SMMA, através do Agente Operador do Certame, na função de Agente de Contratação em sentido estrito e equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 05/2024 - SMMA, tornam público, a quem interessar possa, a publicação do edital de licitação da Concorrência Eletrônica em epígrafe.
OBJETO: Implantação de área de lazer – Parque na Rua Reinaldo Hecke, para atender a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 2.784.201,77 (dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e um reais e setenta e sete centavos).
PROPOSTAS: a partir do dia 21 de junho de 2024, às **08h** - horário de Brasília/DF, até o dia **29 de julho de 2024,** às **09h55** - horário de Brasília/DF, em horário comercial, ou seja, das 08h00min às 18h00min – horário de Brasília/DF, exceto no dia do certame em que a inserção da proposta será recebida até o limite do horário acima.
LANCES: no dia 29 de julho de 2024, das **10h** às **10h45** - horário de Brasília/DF.
AS PROPOSTAS e os lances serão recebidos, exclusivamente, por meio da internet, no sítio oficial de compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, link: https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/.
O EDITAL e anexos estarão disponíveis aos interessados no Portal de Compras Eletrônicas do Município de Curitiba, **a partir do dia 20/06/2024**, e links: https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/, nos portais de Licitações/Transparência do Município de Curitiba, links: http://consultalicitacao.curitiba.pr.gov.br:9090/ConsultaLicitacoes/ e https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/conteudo/compras.aspx, respectivamente.
OS INTERESSADOS deverão observar as condições de participação e de apresentação da proposta de preço e dos lances descritas no edital de embasamento.
OUTRAS INFORMAÇÕES: Telefones: (41) 3350-9229 / 3350-9261, em horário comercial, e-mail: cplsmma@curitiba.pr.gov.br
Curitiba, 19 de junho de 2024.

Portaria nº 05/2024-SMMA

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL
Protocolado nº 20.846.355-1

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2024
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Verificados os atos praticados pelos membros da Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Resolução nº 16/2024-SEAB, e em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 02/2024, além do registrado na Quarta Ata da Sessão de Abertura de Envelopes, realizada em 6 de junho de 2024, que instrui o processo de número 20.846.355-1, **homologo** a préqualificação das empresas: **AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda e Global Tratores Ltda.**
Esta homologação confere às empresas a denominação de Empresas Credenciadas para, em caráter privado, comercializarem tratores, pulverizadores e colhedoras agrícolas, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital nº 02/2024 e os preços na Resolução nº 15/2024, com os agricultores familiares com propriedades/domicílio no âmbito do Estado do Paraná, passíveis de serem beneficiados com a subvenção econômica, na modalidade de equivalência em produto.
Publique-se.

Curitiba, 18 de junho de 2024.
Natalino Avance de Souza
Secretário de Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024 (P.A.8790/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, SEM COMBUSTÍVEL, COM RASTREAMENTO, PLOTAGEM, GIROFLEX (SIRENE) E SEGURO para atender as demandas da Secretaria Municipal de Segurança Pública Defesa Civil e Trânsito**, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 04 de julho de 2024, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico: **Novo Licitações-e (bb.com.br)**
Licitação nº 1048573
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2024 (P.A. 8974/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, por um período de 12 (doze) meses, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração**, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 03 de julho de 2024, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br**
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N° 90014/2024

O Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Eventos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal nº 4.210/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018, em decorrência do processo administrativo **n° 8897/2024, Homologa** o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preço n° 90014/2024**, cadastrado no portal licitações-e2, com publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas sob a ID Contratação PNCP **nº 42498600000171-1-003656/2024. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÓDULOS HABITAVEIS CONTAINER**, em favor da Empresa **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 09.654.965/0001-72 – item 1. **R$ 899.000,00**
Homologação na íntegra disponível nos autos do processo.
Itaguaí, 19 de junho de 2024.
Carlos Jorge de Medeiros Magalhães - Secretário Municipal de Eventos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2023 – Licitação nº 1037169

A Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.210 de 06/02/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018 e no uso de suas atribuições legais, em decorrência do Procedimento Licitatório, através do processo administrativo **nº 10.454/2023**, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, cadastrado no portal licitações-e sob o **ID n° 1037169**, Pregão Eletrônico **n° 136/2023** e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 22 de Fevereiro de 2024, às 10:00 horas, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (SMEC), HOMOLOGA** o objeto da licitação em favor da empresa abaixo discriminada: EMPRESA: **URBTEC TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ **nº 10.623.576/0001-69 – ITENS 01 - VALOR TOTAL: R$ 7.014.993,11.** Itaguaí, 18 de Junho de 2024.
Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 24.169/2023

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir:
– PREGÃO ELETRÔNICO 24.169/2023 – Processo Administrativo: 20230015787 – SMS (UASG: 925162) – Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Locação de Veículos. – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 02/JULHO/2024, às 10h00min (horário de Brasília).

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 19 de junho de 2024.
Marcos Freire Bezerra
Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº 33.592.510/0001-54
NIRE 33.300.019.766

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA VALE S.A., REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Nos termos do inciso I, do §2º do Art. 5º da Resolução CVM nº 81/2022 (“Resolução 81”), as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“Assembleias”) foram realizadas, cumulativamente, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Zoom, no dia 26 de abril de 2024, às 10h, sendo consideradas realizadas na sede da Vale S.A. (“Vale” ou “Companhia”). CONVOCAÇÃO: As Assembleias foram regularmente convocadas através da publicação do Edital de Convocação nos dias 11, 12 e 13 de março de 2024 no Valor Econômico (Rio de Janeiro), em todas as datas na página E2, bem como a simultânea divulgação em sua página na internet, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Assembleia Geral Ordinária; 1.1 Apreciação do relatório e das contas da administração e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 1.2 Proposta para a destinação do resultado do exercício de 2023; 1.3 Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 1.4 Fixação da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 2024. 2. Assembleia Geral Extraordinária: 2.1 Nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404/76, aprovar o Protocolo e Justificação da Incorporação da Florestas Rio Doce S.A. (“FRD”), subsidiária integral da Vale; 2.2. Ratificar a nomeação da Macso Legate Auditores Independentes (“Macso”), empresa especializada contratada para proceder à avaliação da FRD; 2.3. Aprovar o Laudo de Avaliação, elaborado pela Macso; e 2.4. Aprovar a incorporação, sem aumento de capital e sem emissão de novas ações, da FRD pela Vale. Todos os documentos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis às matérias constantes da Ordem do Dia, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia, no site de relações com investidores da Companhia e por meio do Sistema IPE da CVM, por ocasião da publicação do Edital de Convocação. O respectivo extrato da ata foi registrado na JUCERJA em 18/06/2024 SOB O NÚMERO 00006296073 e sua versão na íntegra está disponível em www.vale.com/investidores e https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SANTA MARIA – CODESAM
AVISO DE LICITAÇÃO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES torna pública a seguinte licitação: **EDITAL DE LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA – CODESAM – N° 001/2024.**
TIPO: menor preço.
MODALIDADE: eletrônico.
OBJETO: compra de energia elétrica de fonte convencional pela permissionária de distribuição CODESAM, destinada a atender à necessidade de seus respectivos Balanços de Energia Elétrica, no Submercado Sul.
HABILITAÇÃO: a partir das 8h de 25 de junho de 2024, até 17h de 15 de julho de 2024.
ETAPA DE LANCES: a partir das 09h30 de 22 de julho de 2024.
EDITAL N° 001/2024 - o edital e demais documentos encontram-se à disposição dos interessados no site: http://www.ceesam.com.br/area-de-downloads. Informações pelo e-mail: leilao@grupoceesam.com.br.

INÊS 249

Renda fixa SPX, que já vinha atuando no segmento, planeja fundo com 100% de dívida corporativa global; JGP ampliou fatia offshore

Gestoras aumentam foco sobre crédito privado no exterior

Liane Thedim
Do Rio

Em meio à exuberância do crédito privado no mundo, que, segundo o Fundo Monetário Internacional chegou a US$ 2,1 trilhões em 2023 após crescer a uma taxa de 20% ao ano desde 2018, gestoras brasileiras começam a correr para garantir seu quinhão no segmento no exterior. A combinação de juros altos em vários países, altíssima liquidez, e spreads (diferença paga pelos títulos em relação ao seu título público de referência) bastante reduzidos desde fevereiro no mercado doméstico vem elevando as apostas.

Para Albano Franco, sócio e gestor de crédito da SPX Capital, há uma mudança de paradigma e o filão é "a nova fronteira do crédito privado".

"A oportunidade que se desenha agora na renda fixa global é nova e pode ser grande, com os juros ao redor do mundo tanto nominais quanto reais em um outro patamar. Tudo que nós brasileiros vivemos há muito tempo", diz.

Franco revela que a gestora está formatando um fundo 100% de crédito global, primeiramente direcionado a clientes private de Europa e Estados Unidos e, em um segundo momento, a institucionais (fundos de pensão, seguradoras, empresas) e multifamily offices brasileiros, que já têm parcela de suas carteiras no exterior. "Vamos pegar o investidor pela mão e levar para o offshore."

Nikolau Muller, sócio responsável pela análise de crédito da JGP, afirma que, com a redução dos spreads no Brasil e o elevado nível de juros lá fora, a tendência é que a alocação offshore aumente, em busca de assimetrias. Ele diz que a elevação recente da curva das projeções de juros nos Estados Unidos aumentou, do ano passado para cá, a participação de títulos de empresas americanas porque o diferencial para os papéis latinos ficou menor. "Os spreads ficaram estreitos e havia casos até de empresas americanas que pagavam mais que seus equivalentes latinos. Aproveitamos para explorar mais o mercado dos Estados Unidos."

Mas Muller comenta que a atuação é bastante seletiva porque, no geral, os spreads estão abaixo da média histórica nos Estados Unidos, apesar de os juros dos títulos americanos estarem altos. "Os papéis de empresas são predominantemente prefixados, uma dinâmica diferente do mercado brasileiro, então lá acabamos mais expostos ao cenário macro."

Ele afirma que a gestora cresceu com força no mercado de crédito local e já soma R$ 10 bilhões na estratégia — a fatia do exterior é de apenas 10% do volume no momento. A JGP tem o Pegasus, 100% offshore, com papéis predominantemente de América Latina, mas que também pode investir no mercado dos EUA e que representa hoje 30% da carteira no exterior. Os investidores são institucionais e multifamily offices.

Já a SPX incrementou seu processo de internacionalização em 2016, quando os principais sócios foram morar em Londres. Em julho de 2019 mais um passo foi dado nessa direção, com a criação da área dedicada a crédito e lançamento do carro-chefe local, o Seahawk. Em 2021, veio o Seahawk Global e, um pouco depois, sua versão previdenciária. Mas foi em 2023 que o segmento ganhou corpo na gestora, quando o time deixou de cuidar das carteiras de crédito que compunham os multimercados da SPX e passou a se dedicar exclusivamente a seus fundos.

Hoje o Seahawk de crédito local tem R$ 2,5 bilhões de patrimônio. E o global e o de previdência, R$ 400 milhões. Em dezembro, a gestora lançou também um fundo de debêntures incentivadas, ainda pequeno, com R$ 70 milhões. Por ser renda fixa, a volatilidade fica abaixo da registrada em fundos multimercados, por exemplo. A do Seahawk local é de 0,5% a 1% e do Global, 2,5%, enquanto a dos multimercados gira em torno de 6% a 7%.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"A oportunidade que se desenha agora na renda fixa global é nova e pode ser grande" *Albano Franco*

Franco vê um contrassenso no Brasil, que, diante da redução dos spreads das debêntures das empresas com mais alta avaliação de crédito, tem exposição baixa ao exterior. "Todos pensam em partir para os fundos de investimento em direitos creditórios [FIDCs] e esquecem que vale a pena explorar risco mais líquido no exterior." Hoje um quarto dos 280 colaboradores da SPX já é baseado fora do Brasil, em quatro países (Portugal, Inglaterra, EUA e Singapura), sendo metade de estrangeiros.

"Emprestar dinheiro para grandes empresas via debêntures já alcançou a maturidade no Brasil. O segundo passo, que é explorar oportunidades similares na América Latina e emergentes em geral, ainda é muito específico entre institucionais brasileiros, que buscam ações no exterior, mas não olham um bond centenário da Petrobras, por exemplo", diz Franco.

O executivo da SPX lembra que o título público brasileiro, por causa das altas taxas de juros, é uma espécie de ímã de capital, mas frisa que o mercado offshore tem muito mais liquidez e instrumentos de atuação, como alavancagem e venda a descoberto. "Esperamos que o mercado brasileiro evolua nessa direção e se torne mais rico em possibilidades." A SPX tem dois grandes times de mercado de crédito. O que fica baseado em Nova York é focado em países desenvolvidos e o de Portugal e Brasil, emergentes. "Os investidores estrangeiros carecem de expertise na renda fixa de emergentes."

Na Absolute, o mercado externo tem sido usado para complementar o portfólio, porque, segundo Stefan Castro, gestor de crédito privado, permite sair da dinâmica do mercado local de fechamento e abertura de spreads. No entanto, afirma, não está no radar da gestora a criação de um fundo 100% offshore ao menos para este ano.

Entre os produtos da Absolute, um dos fundos que podem alocar no exterior é o Olimpia, criado no fim de 2022, com papéis da América Latina e uma parcela menor crédito corporativo nos Estados Unidos e em emergentes, com patrimônio de R$ 260 milhões e investidores concentrados em institucionais e multifamily offices.

Manutenção da Selic reforça apelo de renda fixa atrelada à inflação

Júlia Lewgoy
De São Paulo

Após o Banco Central encerrar o ciclo de cortes de juros, com a manutenção da taxa Selic em 10,5% ao ano, a renda fixa continuará brilhando entre as aplicações financeiras. Papéis que acompanham a inflação no Tesouro Direto são os preferidos dos especialistas para investir por um longo período, mas também há oportunidades nos prefixados. Com os juros estabilizados em dois dígitos, faz menos sentido neste momento investir nas ações brasileiras e em outros investimentos de mais risco.

Apesar da incerteza quanto ao futuro em razão das pressões políticas para reduzir os juros, a maioria do mercado prevê que a taxa siga nesse patamar de 10,5% neste ano. A expectativa majoritária é que somente em 2025 seja retomado o ciclo de baixa de juros.

Isso significa que os juros dos empréstimos e das aplicações financeiras que acompanham o CDI, como os certificados de depósito bancário (CDBs), ou a Selic, como o Tesouro Selic, seguirão nas alturas por mais tempo, mas outras aplicações financeiras estão oferecendo remunerações ainda melhores para aqueles que conseguem esperar para fazer o resgate, como os títulos do Tesouro Direto que acompanham a inflação.

"Achamos que os cortes de juros serão retomados somente quando os Estados Unidos diminuírem os juros, em novembro. Com os juros mais altos por mais tempo, a renda fixa continuará atrativa", afirma Arley Junior, estrategista de investimentos do Santander. "Nas últimas semanas, aumentou a atratividade dos papéis que acompanham a inflação. As turbulências relacionadas ao fiscal levaram as taxas a um patamar acima da média histórica, que não pode ser desprezado", diz.

As taxas desses títulos dispararam para a casa dos 6,50% mais IPCA ao ano com a crescente desconfiança do mercado de que o governo está gastando mais do que deveria. Mais gastos alimentam as expectativas para a inflação, ainda mais em meio a uma atividade econômica forte e a um mercado de trabalho resiliente, e isso leva a uma subida das taxas.

Além dos altos juros, os benefícios de comprar esses papéis são estar protegido contra a inflação e estar em uma aplicação financeira mais segura por ser do governo. Como os preços desses títulos oscilam muito conforme as expectativas do mercado, os investidores que não desejam correr o risco de perder dinheiro precisam resgatar somente no vencimento.

"Nas últimas semanas, aumentou a atratividade dos papéis que acompanham a inflação" *Arley Junior*

Marcelo Mello, diretor executivo da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos, aconselha escolher neste momento os prazos de vencimentos mais curtos. "O aumento do juro real para em torno de 6,50% ao ano mais a proteção inflacionária para caso o governo não consiga entregar o resultado fiscal esperado são bastante interessantes, mas os papéis mais longos tendem a trazer uma volatilidade maior para o investidor. Aconselho comprar os papéis com prazos de vencimento mais curtos, porque a inflexão subiu."

Os papéis prefixados no Tesouro Direto também estão pagando juros altos, na casa de 12% ao ano. Contudo, os especialistas gostam mais dos papéis que acompanham a inflação, porque o risco de os prefixados renderem menos que a inflação existe. Em prefixados, melhor optar por vencimentos curtos.

Leia a íntegra da reportagem no site
www.valorinveste.com

Parfin cria nova rede blockchain para Drex e DeFi

Ricardo Bomfim
De São Paulo

A fintech Parfin criou a blockchain Rayls, que substitui a antiga Parchain, e aposta na sua utilização pelo Banco Central (BC) como solução de privacidade para o Drex, o real digital. A companhia também espera que a ferramenta sirva para integrar bancos e outras instituições do sistema financeiro com o mundo das finanças descentralizadas (DeFi), onde estão as criptomoedas e os contratos inteligentes.

Um dos diferenciais da Rayls em relação à Parchain é a possibilidade de usar a rede de forma permissionada, com controle sobre tudo o que ocorre na rede, ou pública, por meio da Rayls Public Chain, que funciona como uma segunda camada do Ethereum.

Alex Buelau, cofundador da Parfin, afirma que a rede de registro distribuído anterior surgiu com a ideia de servir como infraestrutura com privacidade para a "tokenização" de ativos por parte de instituições financeiras reguladas, mas o desenvolvimento do mercado de criptoativos permitiu ver outras oportunidades.

"Hoje existe uma barreira entre o mundo das finanças tradicionais e aquele que chamamos de DeFi, que acontece nas blockchains públicas", disse. Buelau lembra que soluções de redes permissionadas como a Hyperledger Besu, que está sendo utilizada para a construção do projeto piloto do Drex, não têm atualmente interação com o mundo das blockchains públicas como Bitcoin, Ethereum, Solana entre outras, algo que limita seu uso à negociação dos tokens criados pelos participantes.

Se essa barreira for quebrada de forma segura, aponta, os usuários poderiam se expor a todas as oportunidades que existem no DeFi com seus protocolos de negociação descentralizada de moedas digitais, empréstimos de criptomoedas, jogos blockchain, NFTs etc. "No fim, é lá que está ocorrendo toda a inovação, que estão todas as comunidades e o ecossistema cripto."

Do ponto de vista de segurança, a Rayls Public Chain obrigará que todas as carteiras conectadas na rede façam um procedimento de "conheça seu cliente" (KYC) para evitar que o blockchain seja usado para lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

No Drex, a Rayls será testada, provavelmente junto com a ZKP Nova, da Microsoft, para servir de solução para o problema de privacidade da rede em que o real brasileiro está sendo tokenizado. O BC tenta garantir que as transações na nova infraestrutura sigam as leis brasileiras de sigilo bancário. Em um primeiro momento, Buelau acredita que o BC só usará a rede permissionada da solução, mas que isso pode mudar no futuro. "Você poderia usar o Drex na [exchange descentralizada] Uniswap e em protocolos de empréstimos."

Os riscos da deseducação financeira

Palavra do Consultor

Marcelo d'Agosto

A caderneta de poupança é a aplicação preferida quando o objetivo é ilustrar a falta de educação financeira dos investidores brasileiros.

Afinal, por que tanta gente ainda deixa os recursos na caderneta se existem tantas opções mais rentáveis? Entre janeiro e junho de 2024, por exemplo, uma aplicação hipotética de R$ 10 mil na poupança teria rendido R$ 285.

O mesmo valor investido numa aplicação com rendimento atrelado a 100% da variação do certificado de depósitos interfinanceiros (CDI) teria proporcionado ganhos de R$ 440. Mesmo descontando o imposto de renda, a alternativa teria rendido cerca de 20% a mais do que a poupança.

Atualmente o CDI virou o indexador das aplicações financeiras de renda fixa. No entanto, na prática, não é tão simples encontrar um investimento que renda 100% do CDI. Pelo menos, com risco semelhante ao da caderneta.

Fundos de investimento que investem apenas em títulos públicos têm taxa de administração. Esse custo reduz o ganho do investidor.

Os certificados de depósito bancário (CDB) com liquidez imediata emitidos por bancos de primeira linha frequentemente também têm remuneração inferior a 100% do CDI. E as taxas variam conforme o prazo da aplicação e o volume do investimento.

O Tesouro Selic, no Tesouro Direto, rende aproximadamente 100% do CDI. Mas o investidor fica sujeito ao custo da custódia dos títulos e à diferença entre o preço de compra e venda de mercado. Na prática, isso pode acabar reduzindo a rentabilidade para menos de 100% do CDI.

O investidor, então, fica numa saia justa. A poupança comprovadamente rende menos do que 100% do CDI, mas não é simples encontrar uma aplicação de baixo risco com ganhos iguais ao indexador.

Nesse ponto, em muitas ocasiões, começa a "deseducação financeira". Em vez de explicar ao investidor que a grande vantagem das aplicações financeiras conservadoras sobre a poupança é o crédito diário dos rendimentos, o tema da conversa muda e a discussão passa a ser como fazer para ganhar mais do que o CDI.

Uma primeira possibilidade são os títulos emitidos por instituições financeiras que atuem em determinados nichos de mercado ou que não possuam amplos canais para a distribuição de seus produtos. A remuneração acima do CDI, nesses casos, compensa o maior risco da atividade operacional da instituição ou a ausência de uma rede de agências.

Invariavelmente, nesses casos o gatilho é a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). É um exemplo de deseducação financeira, já que o objetivo do FGC é zelar pela estabilidade do sistema financeiro brasileiro. A garantia dos depósitos com valores de até R$ 250 mil é uma das ferramentas para assegurar essa estabilidade.

Uma segunda possibilidade para ganhar mais do que o CDI são os títulos de crédito privado. Se o investidor optar por um fundo de investimento, tende a arcar com uma taxa de administração maior do que a de um fundo DI, além de uma taxa de performance.

O problema, nesse caso, pode ser o desequilíbrio na relação entre risco e retorno. Se o custo do fundo for muito elevado, a participação do investidor no risco acaba não compensando o retorno potencial mais elevado.

Se a alternativa for o próprio investidor montar a sua carteira de títulos de crédito privado, para fugir do custo das taxas de administração e performance dos fundos, a deseducação financeira pode ficar mais grave. Os fundos de crédito privado têm uma capacidade muito maior de fazer uma diversificação do risco do que um investidor individual.

Uma terceira possibilidade são as chamadas operações estruturadas. Por exemplo, é possível combinar operações de compra e venda de diversos ativos, inclusive nos mercados futuro e de opções, para proporcionar rendimentos acima da variação do CDI.

Mas, para que o ganho de fato aconteça, é preciso que os cenários imaginados no momento da estruturação da operação se concretizem. Como não há garantia que isso vá acontecer, o ideal é mostrar para o investidor um leque de possibilidades e o resultado de operações semelhantes realizadas no passado.

O risco concreto da deseducação financeira é estimular o investidor a deixar a caderneta de poupança para entrar em operações altamente arriscadas e desconhecidas.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

TJMG
Justiça condena empresária por violar direitos autorais da Peppa Pig
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
A Nova Execução Fiscal
valor.globo.com/legislacao

TRF-4
Caixa deverá completar seguro de acidentada
valor.globo.com/legislacao

Previdenciário Impacto estimado da discussão é de R$ 497,9 bilhões para um conjunto de 15 ações

STF forma maioria para derrubar quatro itens da Reforma da Previdência do ano de 2019

Beatriz Olivon
De Brasília

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou para derrubar quatro pontos da Reforma da Previdência do ano de 2019 (estabelecida pela Emenda Constitucional nº 103) referentes a servidores públicos. Contudo o julgamento não terminou. Foi suspenso no último voto, pelo decano, ministro Gilmar Mendes.

A revisão integral da reforma é um dos maiores riscos fiscais judiciais estimados pela União no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025. O impacto é estimado em R$ 497,9 bilhões para um conjunto de 15 ações — 13 foram analisadas ontem e duas seguem em tramitação.

As 13 ações discutem diferentes pontos da Reforma Previdenciária de 2019. Foram propostas por associações que representam setores do serviço público, como defensores públicos, integrantes do Ministério Público, juízes, auditores fiscais e, também, por partidos políticos.

O principal ponto em análise é a aplicação de alíquotas progressivas de contribuição aos servidores públicos. A reforma trouxe a possibilidade de acréscimos na alíquota, conforme o valor do salário recebido pelo servidor. Cinco de dez ministros votaram para derrubar esse ponto (ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e André Mendonça).

O julgamento já havia começado no Plenário Virtual, com o voto do relator, Luís Roberto Barroso, que mantinha a validade da maior parte das regras. O único pedido aceito por Barroso foi para que a base de cálculo da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas só possa ser aumentada, em caso de déficit, após a adoção da progressividade de alíquotas.

ANDRESSA ANHOLETE/SCO/STF

Ministro Alexandre de Moraes: Se 30% das isenções tributárias "que não precisariam mais existir" fossem revogadas, esse déficit poderia ser contornado

O déficit previdenciário mostra contínuo agravamento ao longo dos anos, segundo Barroso apontou ontem, relembrando seu voto. Segundo ele, a atual despesa da Previdência é de cerca de R$ 1 trilhão e a arrecadação, de R$ 600 bilhões, resultando em um déficit de R$ 400 bilhões.

"O Estado brasileiro não arrecada sequer a metade do que gasta com a Previdência Social", afirmou Barroso na sessão.

"A Previdência, historicamente, era um mecanismo de transferência de riqueza das camadas mais pobres para as mais abastadas e, nesse contexto, veio a EC 103", declarou o ministro. Por isso, colocou no seu voto o dever de auto-contenção judicial.

O julgamento foi retomado ontem com o voto vista do ministro Alexandre de Moraes. Os ministros se dividiram em diferentes votos, mas foi formada maioria em quatro de cinco itens, seguindo o voto do ministro Edson Fachin.

Fachin votou pela inconstitucionalidade de alíquotas progressivas para servidores públicos, de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões. Nesse ponto foi acompanhado por outros quatro ministros.

Foi formada a maioria de votos quanto à inconstitucionalidade da previsão de que, quando houver déficit, a contribuição possa incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que superem o salário-mínimo. A maioria também votou pela invalidade da contribuição previdenciária extraordinária (que incide sobre valores, em geral, modestos). Esses itens ainda não foram ainda implementados pela União, mas por Estados e municípios sim.

A maior parte dos ministros também votou para derrubar a previsão de cálculo diferenciado do provento de mulheres no regime geral e no regime próprio dos servidores públicos. Além disso, a maioria votou contra a revogação de aposentadorias de membros do Ministério Público e da magistratura que não tiveram o devido tempo de contribuição, por desconsiderarem anterior exercício da advocacia. Nesse último item, dos que votaram, somente o ministro Luís Roberto Barroso ficou vencido.

> "Preocupa avançar na questão sem analisar o impacto financeiro"
> *Gilmar Mendes*

Manter isso mostra um "retrato do privilégio", segundo o ministro Gilmar Mendes. Para ele, um modelo de privilégio leva a novas cobranças, como a contribuição extraordinária.

Para Gilmar Mendes, ainda preocupa avançar em uma questão de validade de Emenda Constitucional sem analisar a repercussão financeira. "Uma emenda que já está em vigor e vem sendo aplicada há tanto tempo", destacou ao pedir vista, suspendendo o julgamento.

A maioria dos itens sobre os quais os ministros se manifestaram tratam de previsões para servidores públicos, mas muitos outros foram questionados. Entre eles, a possibilidade de redução pela metade da aposentadoria recebida por dependente, após a morte do beneficiário.

Sobre isso, apesar de considerar que não é uma boa regra porque alguns gastos fixos do casal não caem pela metade após a morte, Moraes entendeu que a regra é constitucional, assim como os demais ministros.

No voto, Moraes afirmou também que existem vários preconceitos com a questão previdenciária. Ele citou, por exemplo, alegações de que toda a culpa pelo déficit da Previdência seria do trabalhador e do aposentado. "Quando sabemos que no Brasil, por décadas e décadas, fundos arrecadados pelo trabalhador foram destinados a outros fins", declarou no voto.

Moraes afirmou ainda que, se 30% das isenções tributárias "que não precisariam mais existir" fossem revogadas, esse déficit poderia ser contornado. De acordo com ele, há isenções da década de 1940 criadas para estimular alguns setores. Nessa semana, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também criticou as isenções fiscais — em um contexto mais amplo do que a previdência social — como vem fazendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Após pedido de vista, o prazo para a volta do processo em pauta de julgamento é de 90 dias. Até que seja finalizado, os ministros podem mudar os votos.

TRT condena IBM por adotar práticas da matriz

De Brasília

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal) condenou um conjunto de práticas realizadas pela IBM em relação aos seus funcionários. O valor a ser pago pela companhia de informática de origem americana pode chegar a R$ 7,2 milhões, segundo o advogado representante da ex-funcionária que propôs a ação na Justiça.

A condenação abrange práticas que a empresa alegava serem comuns na matriz, nos Estados Unidos, mas que estão em desacordo com a legislação brasileira, segundo os desembargadores da 2ª Turma do TRT. Entre elas, o desconto de 25% do salário quando do metas não eram atingidas.

Além de ter derrubado a retenção de 25% do salário fixo dos funcionários da IBM como forma de punição pelo não atingimento das metas de vendas, a Justiça confirmou a obrigatoriedade do pagamento de horas extras e afastou a aplicação de regras de convenção trabalhista firmada em Estado diferente de onde a ex-funcionária atuava. O TRT também invalidou a prática da exclusão de valores pagos a título de comissão de vendas do cálculo de verbas trabalhistas.

DIVULGAÇÃO

> "Essa retenção do salário aplicada à funcionária nunca vi em outra empresa"
> *Leonardo Vieira*

Sobre jornada, além da questão do pagamento de horas extras, a IBM havia alegado no processo que o repouso semanal da ex-funcionária era calculado e pago seguindo as diretrizes de uma ferramenta mundial e que não teria mecanismo para lançar o valor separadamente, por isso seria feito em conjunto nesta ferramenta citada e, depois, discriminada em contracheque.

Apesar de a empregada prestar serviços, preponderantemente, em Brasília, eram aplicadas determinações de uma norma coletiva estabelecida em Hortolândia, no interior do Estado de São Paulo, firmada entre a IBM e os trabalhadores. Segundo a empresa, esses pontos eram mais benéficos para a ex-funcionária e, além disso, ela trabalhava externamente, sem base territorial definida.

O TRT ainda considerou o acordo da categoria com o Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (SINDIVAREJISTA/DF) e o Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal (SINDICOM/DF), já que o enquadramento sindical deveria ter como norte, segundo os desembargadores, o estabelecimento e não a empresa.

A 2ª Turma do TRT também considerou nula a cláusula de contrato de trabalho que fixa um valor ou porcentagem para englobar vários direitos. De acordo com a decisão, o sistema padrão da IBM simplesmente apurava o valor das comissões devidas, retirando deste valor a quantia de "repouso semanal remunerado".

O TRT também negou um pedido da IBM sobre a chamada "carta de incentivo", que "impunha uma redução na ordem de 25% do salário, transferindo para o trabalhador os riscos do negócio", segundo os desembargadores da 2ª Turma.

De acordo com a empresa de informática, a trabalhadora aderiu espontaneamente à carta e não teria ocorrido, na prática, qualquer prejuízo para a trabalhadora. Contudo, para os desembargadores, havia uma imposição para o "aceite" da carta pelos funcionários.

A IBM chegou a apresentar recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas ele foi negado por razões processuais. O caso transitou em julgado na sequência e não cabe mais recurso.

O advogado da trabalhadora, Leonardo Vieira, sócio do Vieira e Serra Advogados, aponta que como a ação transitou em julgado não é mais possível à IBM recorrer ao STF, mesmo que a decisão do TST tenha fundo processual e não sobre o mérito.

"Não era uma prática isolada, a empresa argumentava que seguia as regras da matriz", afirma o advogado. Segundo ele, a empresa sabe que não foi só com essa funcionária, existem outros casos e se valia desse argumento da matriz. "Essa retenção do salário aplicada pela IBM nunca vi em outra empresa", destaca.

O valor a ser pago, segundo Vieira, chega a R$ 7,2 milhões. O especialista destaca que a funcionária tinha 28 anos de empresa e estava prestes a se aposentar quando foi demitida, sem receber comissão por dois contratos de vendas de software milionários que ela havia fechado.

"Um contrato estava assinado e o outro celebrado, mas ainda não faturado. Mas a IBM demitiu a funcionária e não pagou as comissões", afirma o advogado que representou a trabalhadora no processo. A comissão seria de cerca de R$ 1 milhão, de acordo com Vieira.

Procurada pelo **Valor**, a IBM não comentou a decisão (processo n 0001326-28.2018.5.10.0012) *(BO)*

Destaque

Acidente de trajeto

A 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) condenou uma empresa de coleta de resíduos a pagar indenização por danos morais e materiais a um ex-empregado. O acórdão reconheceu a culpa da empregadora pela colisão que resultou em sequelas permanentes ao trabalhador, bem como a responsabilidade subsidiária do Governo do Distrito Federal (GDF), na condição de tomador dos serviços, por não ter realizado fiscalização e por não ter garantido condições seguras de trabalho ao autor da ação. No caso, o homem trabalhava como coletor de lixo no horário das 16 horas à meia noite, com intervalo de 1 hora. Entretanto, folhas de ponto demonstraram que ele excedia a jornada de trabalho de forma habitual, superando, inclusive, os limites diários de horas extras definidos pela legislação. Depois de cumprir jornada extenuante no serviço, acabou sofrendo o acidente de trânsito no percurso do trabalho para casa. Ele dormiu ao volante e colidiu com veículo que trafegava em via contrária. A colisão resultou em fraturas na face e em um dos braços do trabalhador. A empresa e o GDF também deverão pagar honorários advocatícios e periciais (processo nº 0000136-97.2022.5.10.0009).

A Nova Execução Fiscal

Opinião Jurídica

Aristóteles de Queiroz Camara e João Henrique Chauffaille Grognet

Em paralelo à Reforma Tributária, atualmente tão discutida, está em marcha a Reforma do Processo Tributário, formada por oito projetos de lei em curso no Congresso Nacional, que busca alterar profundamente a relação entre fisco e contribuintes, tornando-a mais cooperativa, segura e célere, além de reduzir a litigiosidade, atualmente em patamares alarmantes no país. Dentre os projetos da reforma processual, encontra-se o Projeto de Lei nº 2488/2022 (PL 2488/2022), que propõe uma nova Lei de Execução Fiscal (LEF) em substituição à atual Lei 6.830/1980.

Existem duas razões principais para se propor uma nova LEF. A primeira delas são os dados indicados em diversos relatórios, a exemplo do Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2022, que apontou graves problemas para a cobrança da Dívida Ativa, como baixa arrecadação, excessivo tempo de tramitação e incentivo à litigiosidade decorrente de fatores diversos, como a ausência de relação cooperativa entre fisco e contribuintes. Esse estado de coisas levou a uma situação insustentável, na qual execuções fiscais — cujo montante atual é de 27,3 milhões de processos, equivalentes a 34% de todas as ações judiciais em curso no país — são, isoladamente, o maior fator de congestionamento do Judiciário.

A segunda razão para a alteração da LEF é a necessidade da formulação de um rito mais adequado aos novos paradigmas processuais, a exemplo do estímulo à cooperação entre partes, igualdade, instrumentalidade das formas e eficiência. A execução fiscal exige a adoção de um rito específico, destacado das normas processuais gerais estabelecidas pelo Código de Processo Civil (CPC) para a cobrança judicial de títulos privados. Essa necessidade decorre de características próprias que revestem o crédito inscrito em Dívida Ativa e o diferenciam da cobrança judicial de títulos privados. Se, por um lado, o título em Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez decorrente de sua inscrição; por outro, a efetiva aplicação do princípio de legalidade se mostra essencial ao equilíbrio da relação entre Fazenda Pública e contribuintes.

O PL 2488/2022, fruto dos trabalhos de Comissão de Juristas do Senado Federal presidida pela ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e coordenada pelo professor Marcus Lívio Gomes, possui alguns eixos que formam sua estrutura central: i) o reforço da inscrição em Dívida Ativa como o momento para o efetivo controle da legalidade sobre o crédito fazendário, com utilização do sistema de precedentes e possibilidade de o devedor formular pedido de revisão da dívida antes da propositura da execução fiscal, obstando os atos de cobrança até sua apreciação pelo credor; ii) o incentivo à relação cooperativa entre as partes com vistas à satisfação do crédito por formas diversas, que vão do simples adimplemento até à possibilidade de se utilizar alguma modalidade de transação prevista na legislação, bem como para a oferta de garantias, inclusive de forma antecipada; iii) a utilização de procedimentos prévios à propositura da execução fiscal como meios adequados à cobrança do crédito inscrito em dívida ativa; e iv) o aperfeiçoamento do rito processual para as execuções que venham a ser ajuizadas perante o Poder Judiciário, de modo a torná-lo mais simples, célere e isonômico.

Em linha com recente entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o projeto prevê a utilização de execução extrajudicial para a dívida considerada de pequeno valor (sessenta salários-mínimos para os créditos federais e quarenta salários-mínimos para as demais fazendas). Na redação original do projeto, essa execução se perfaz com o bloqueio extrajudicial de bens, permitindo-se ao devedor impugnar administrativamente o ato de constrição, assim como oferecer embargos à execução perante o Poder Judiciário, garantindo-se a reserva de jurisdição e exercício do contraditório.

Procurou-se aperfeiçoar a cobrança judicial a partir de várias alterações em seu rito. Uma das mudanças mais relevantes é a dispensa do ajuizamento das execuções fiscais quando o montante total do débito estiver abaixo do limite definido pela autoridade administrativa competente ou quando não localizados bens ou direitos em nome do devedor, ou indícios de sua existência, úteis ao adimplemento total ou parcial do crédito. A dispensa da aparente obrigatoriedade da propositura de execuções fiscais quando não localizados bens do devedor inspira-se em iniciativa bem-sucedida promovida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) desde 2018 e busca observar critérios de racionalidade, economicidade e eficiência. Devem ser levados ao Judiciário, afinal, apenas créditos com efetivo potencial arrecadatório, de forma que a execução fiscal seja apenas um último recurso útil e necessário à sua cobrança e não uma consequência inevitável de sua inscrição.

O enfrentamento da atual crise das execuções fiscais deve ser visto como uma política pública necessária à mitigação das graves consequências causadas pelo elevado estoque de processos ao fisco e aos contribuintes, ambos sujeitos à uma legislação processual notadamente deficiente. O PL 2488/2022 é uma oportunidade para restaurar a normalidade nessa matéria.

Aristóteles de Queiroz Camara e João Henrique Chauffaille Grognet são integrantes da Comissão de Juristas para a Reforma do Processo Tributário instituída pelo Senado Federal e, respectivamente, sócio do Serur Advogados e procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS da PGFN.

PECINI LEILÕES — PROVÍNCIA

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 24/06/2024, às 10h45 | 2º Público Leilão: 26/06/2024, às 10h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 09/04/2021, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Créditos, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1.611, 16º ANDAR DO EDIFÍCIO NICARÁGUA**, situado à Avenida 9 de julho, nº 1.164, 17º subdistrito – Bela Vista, São Paulo/SP. Áreas: Útil: 43,900m²; Comum: 12,280m²; Total Construída: 56,180m²; FIT: 7,091m². Matrícula Imobiliária nº 43.230 do 4º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imobiliária nº 010.029.0507-9. Consolidação da propriedade em 28/05/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 338.106,18. 2º Leilão: R$ 256.448,04. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **Edital de Leilão e Regras para Participação**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **ELIANE FOJAN** - CPF nº 258.877.218-80 e o Fiduciante **IVO FOJAN** - CPF nº 170.170.848-53, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES — TRUE

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão: 24/06/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 26/06/2024, às 10h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 24/02/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito, o seguinte **IMÓVEL: PRÉDIO RESIDENCIAL, situado à Avenida Ado Focesi, nº 817, Jardim do Lago, Campinas/SP**, construída sobre o Lote nº 17 da Quadra nº 19. **ÁREAS CONSTRUÍDAS**: Residencial Existente: 98,75m²; Residencial a Regularizar: 70,00m², averbadas na matrícula do imóvel. Conforme Certidão de Valor Venal da Prefeitura Municipal de Campinas/SP, consta a **ÁREA CONSTRUÍDA** de 290,75m², não averbada na matrícula do imóvel. **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 360,00m²**, com suas medidas e confrontações descritas na Matrícula Imobiliária nº 78.960 do 3º CRI de Campinas/SP. Inscrição Municipal nº 3432.44.46.0265.01001. Consolidação da propriedade em 22/05/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 1.041.336,63. 2º Leilão: R$ 627.670,11. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, impostos, taxas e despesas para regularização das metragens do imóvel, aumento construtivo e benfeitorias, junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente e demais órgãos públicos e privados; **6.** Constam Averbações Premonitórias averbadas sob os nºs 09 e 10, cujas baixas ficarão a cargo do arrematante; **7. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **8.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **Edital De Leilão E Regras Para Participação**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **NÍCOLAS PETRUCIO MAZARIN FERRO**, inscrito no CPF nº 215.116.768-25, casado com Mariana Ciotto Ferro, inscrita no CPF nº 326.575.098-19, devidamente comunicado das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

ARCA EM 28/05/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 28/05/24, às 12:30h, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia."), na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte)/RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do Art. 18, §2º do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Fica consignada a participação de Conselheiros na forma prevista no Art. 16, §7º do Estatuto Social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretário Sr. Fabricio Zaluski. **4. Ordem do Dia:** Proposta da Administração para Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGD") das 1ª e 2ª emissões de Debêntures Simples da Cia. e suas respectivas convocações. **5. Deliberações Aprovadas:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta Reunião do Conselho de Administração fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede social da Cia. Passando ao item constante da ordem do dia, o Conselho de Administração, por unanimidade dos votos dos presentes, com base no material de suporte disponibilizado, deliberou pela aprovação da Proposta da Administração para as seguintes AGDs, bem como as suas respectivas convocações: (i) AGD da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cia., celebrado em 22/11/22, conforme aditado ("AGD da 1ª Emissão de Debêntures"), a ser realizada, em primeira convocação, conforme a Ordem do Dia e na data indicada no Edital de Convocação da AGD da 1ª Emissão de Debêntures, que constitui material anexo a esta ata; e (ii) AGD da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Cia., celebrado em 06/09/23, conforme aditado ("AGD da 2ª Emissão de Debêntures"), em primeira convocação, conforme a Ordem do Dia e na data indicada no Edital de Convocação da AGD da 1ª Emissão de Debêntures, que constitui material anexo a esta ata. As AGDs da 1ª e 2ª Emissão de Debêntures estão sendo convocadas para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, substancialmente na forma abaixo: 1. Concessão de anuência prévia (waiver) pelos debenturistas, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Escrituras das Emissões, para liberação e cancelamento parcial de 20% da garantia sobre direitos emergentes da Concessão de Atlanta e Oliva, para fins da cessão de participação na referida concessão para a Westlawn Energia Brasil Ltda, incluindo a liberação da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V., a dispensa do Procedimento Substituição de Garantias (conforme definido nas Escrituras de Emissões) e consequente liberação todos e quaisquer valores que tenham sido pagos em decorrência da referida operação de *farm-out*, bem como os demais atos decorrentes desta transação no âmbito no SPA com a Westlawn; 2. Concessão de anuência prévia (waiver) pelos debenturistas, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Escrituras das Emissões, para a consecução de todos os atos relacionados à operação a ser realizada entre a Cia. e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), conforme estabelecido nos Editais de Convocação; 3. Concessão de anuência prévia (waiver) pelos debenturistas, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Companhia e/ou da Enauta Energia S.A., de US$ 50.000.000,00, para o valor de US$ 150.000.000,00 para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Companhia e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de hedge para o valor integral de transações no âmbito de referidas operações, nos mesmos períodos acima indicados; 4. Concessão de anuência prévia (waiver) pelos debenturistas, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Escrituras das Emissões, para que a Atlanta Field B.V. possa, até 31/12/27, realizar eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral, dos direitos do Facility Agreement, celebrado entre Atlanta Field B.V. e AFPS B.V. em 14/07/23, desde que no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/24 ou por, no mínimo, 4 meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último; 5. Concessão de anuência prévia (waiver) pelos debenturistas, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Escrituras das Emissões, para estruturação de operações de recompra de ações da Cia., desde que cumulativamente, (1) a Cia. esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas nas Escrituras de Emissões; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos, seja e permaneça, após efetiva distribuição de recursos, menor ou igual a 2,50x; e 6. Concessão de anuência prévia (*waiver*) pelos debenturistas, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Escrituras das Emissões, para que sejam acrescidos, no cálculo do EBITDAX constante das Escrituras de Emissões, até 31/12/27, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários. Fica a Diretoria da Cia. autorizada a tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para o fiel cumprimento da deliberação acima referida. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário. RJ, 28/05/24. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente, Fabricio Zaluski - Secretário. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha, Ricardo de Queiroz Galvão, Luiz Carlos de Lemos Costamilan, Antônio Augusto de Queiroz Galvão, Ana Marta Horta Veloso, Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 10/06/24 sob o nº 6282167. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | *Companhia Aberta*

Edital de Segunda Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 28 de junho de 2024

Os Srs. Acionistas da **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** ("Companhia") ficam convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 28 de junho de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-401, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alterar o artigo 14, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia com a alteração aprovada; (iii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração, conforme detalhado na Proposta da Administração. Participação na AGE: Os acionistas interessados em participar da AGE por meio de sistema eletrônico de participação a distância deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente na plataforma *Ten Meetings* até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, ou seja, **até 26 de junho de 2024**, por meio do seguinte endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/335342890 ("Cadastro"), bem como enviar, através do mesmo endereço eletrônico, todos os documentos necessários para participação na AGE, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá as informações e orientações para acesso à plataforma digital por meio do e-mail utilizado para o Cadastro. O login e a senha para acesso à plataforma no dia da AGE serão aqueles informados no momento do Cadastro pelos acionistas ou seus procuradores e representantes, sendo que tais credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, autorizando apenas um único acesso à AGE. Os acionistas que não realizarem o Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGE via sistema eletrônico de participação a distância. O sistema eletrônico de participação a ser disponibilizado pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na AGE sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na AGE constam da Proposta da Administração disponível nos websites indicados no último parágrafo deste Edital. Quórum: Conforme estabelecido no art. 135 da Lei das S.A., a instalação da AGE se dará, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. Representação: Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 da Lei das S.A., dos parágrafos 4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social da Companhia e da Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Votação a Distância: Nos termos do art. 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/2022, as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de voto a distância enviadas para a AGE em primeira convocação serão consideradas normalmente para a segunda convocação da AGE. Caso o acionista não tenha enviado boletim de voto a distância ou deseje alterar ou manifestar seu voto, esse poderá participar por meio de sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas constam da Proposta da Administração. Os documentos a serem discutidos na AGE encontram-se à disposição nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Santo André/SP, 19 de junho de 2024.
Valdecyr Maciel Gomes – *Presidente do Conselho de Administração.* (20, 21 e 22/06/2024)

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 11.669.021/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGE 26/06/24, ÀS 14:00 HORAS

A **Enauta Participações S.A.** ("Enauta" ou "Cia.") convida seus acionistas para participarem da sua AGE ("Assembleia" ou "AGE") a realizar-se em 26/06/24, às 14:00h, de forma exclusivamente digital, em linha com o § único do Art. 121 da Lei 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22 e com o prazo de cadastramento até às 14:00h do dia 24/06/24, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, no contexto da já anunciada proposta de incorporação de ações de emissão da Cia. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R" e "Incorporação de Ações", respectivamente): (i) aprovar os termos e condições do "Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de emissão da Enauta Participações S.A. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.", celebrado em 16/05/24 pelas administrações da Cia. e da 3R ("Protocolo e Justificação"); (ii) aprovar a Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso), de acordo com o Art. 125 da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, nos termos e condições ali descritos ("Condições Suspensivas"); (iii) retificar a remuneração global dos administradores da Cia. para refletir os efeitos da antecipação da liquidação dos atuais planos de incentivos atrelados a ações de emissão da Cia.; e (iv) autorizar que os diretores da Cia. pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo a confirmação dos efeitos da aprovação da Incorporação de Ações após a satisfação, ou renúncia se for o caso, das Condições Precedentes, e a subscrição das novas ações a serem emitidas pela 3R em decorrência da Incorporação de Ações em nome dos acionistas da Enauta. Os documentos e as informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGE estão à disposição dos acionistas nos websites de Relações com Investidores da Cia. (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). Os acionistas da Cia. poderão participar da AGE, ora convocada, por si, por seus representantes legais ou por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Cia., advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, consoante o disposto no Art. 126 da Lei 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos ou contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Cia., advogado ou instituição financeira. Os seguintes documentos deverão ser apresentados pelos acionistas/representantes legais/procuradores: **a) Se pessoas naturais:** cópia de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **b) Se pessoas jurídicas:** (i) cópia do último estatuto ou contrato social consolidado; (ii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **c) Se fundos de investimento:** (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo; (ii) cópia do estatuto ou contrato social consolidado do seu administrador ou gestor, conforme aplicável; (iii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iv) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Deve ser apresentado ainda o comprovante da titularidade das ações de emissão da Enauta, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia. Excepcionalmente para a AGE ora convocada, a Cia. não exigirá reconhecimento de firma em procurações, desde que haja identificação clara do signatário, nem cópia autenticada de documentos, bastando que os documentos acima sejam enviados em cópia simples, responsabilizando-se o apresentante pela veracidade dos mesmos. Em caso de documento estrangeiro, desde que esteja redigido em inglês, basta que seja enviado juntamente com uma tradução livre para o português. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da AGE ora convocada, que será realizada de forma exclusivamente digital, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 2 dias da realização da AGE, ou seja, até às 14:00h (horário de Brasília) do dia 24/06/24, impreterivelmente, nos termos do Art. 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada: 1. Acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/467996965/auth; 2. Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGE, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGE, se for o caso; 3. Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Cia., haverá a liberação para participação digital na data e horário da AGE, utilizando-se o mesmo endereço eletrônico acima. Para mais informações sobre a participação na AGE, consulte o Manual para Participação e Regras e Procedimentos que está disponível nos websites de Relações com Investidores da Cia. (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). RJ, 18/06/24. Mateus Tessler Rocha - **Presidente do Conselho de Administração.**

BANCO PAN S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 9 de Maio de 2024

Data, Hora, Local: 9.05.2024, às 10h, na sede. **Presença**: Os membros do Conselho de Administração da Companhia foram devidamente convocados por correspondência eletrônica enviada no dia 6.05.2024. Foram considerados presentes os Conselheiros que enviaram antecipadamente seus votos ou que participaram por teleconferência, videoconferência, ou qualquer outro meio que permita a comunicação, nos termos do artigo 24, §4º do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos seus membros. **Mesa:** Presidente: Roberto Balls Sallouti. Secretária: Camila Corá Reis Pinto Piccini. **Deliberações aprovadas:** As Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, relativamente ao trimestre encerrado em 31.03.2024 ("Demonstrações Financeiras"). **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 9.05.2024. Presidente: Roberto Balls Sallouti. Secretária: Camila Corá Reis Pinto Piccini. Membros do Conselho de Administração: Roberto Balls Sallouti; André Santos Esteves; Alexandre Camara e Silva; André Fernandes Lopes Dias; Sérgio Cutolo dos Santos; Fábio de Barros Pinheiro; Marcelo Adilson Tavarone Torresi; e Maíra Habimorad. JUCESP nº 217.590/24-0 em 06.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 71.673.990/0001-77 - NIRE 35.300.143.183
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 14 de março de 2024, às 09h00, na sede social. **II. Convocação**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista da Natura Cosméticos S.A. ("Companhia"), a Natura &Co Holding S.A., nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 81/2022, não são aplicáveis à Companhia as regras da referida Resolução. **III. Quórum:** acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no livro de Presença de Acionistas. **IV. Composição da Mesa:** Presidente, Sr. Itamar Gaino Filho e Secretária, Sra. Daniela Anversa. **V. Ordem do Dia**: deliberar sobre a proposta da Diretoria da Companhia de distribuição de dividendos, a débito da conta de lucros acumulados. **VI. Deliberação:** Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata na forma de sumário, foi aprovada, pelo voto favorável da única acionista da Companhia, nos termos do artigo 23, §2º do estatuto social da Companhia, a proposta da Diretoria da Companhia de distribuição de dividendos, no valor total de R$81.517.335,21 (oitenta e um milhões quinhentos e dezessete mil trezentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos), a débito da conta de lucros acumulados, correspondendo a R$0,09 (nove centavos) por ação, a serem pagos até 31 de março de 2024. **VII. Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. *Confere com ata original lavrada em livro próprio* São Paulo, 14 de março de 2024. **Daniela Anversa -** Secretária. JUCESP nº 220.890/24-9 em 11/06/2024. Maria Cristina Frei - Secertária Geral.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 71.673.990/0001-77 - NIRE 35.300.143.183
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024

I. Data, Hora e Local: 10 de abril de 2024, às 09h00, na sede social. **II. Convocação**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista da Natura Cosméticos S.A. ("Companhia"), a Natura &Co Holding S.A., nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 81/2022, não são aplicáveis à Companhia as regras da referida Resolução. **III. Quórum:** acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no livro de Presença de Acionistas. **IV. Composição da Mesa:** Presidente, Sr. Itamar Gaino Filho e Secretária, Sra. Daniela Anversa. **V. Ordem do Dia**: deliberar sobre a proposta da Diretoria da Companhia de distribuição de dividendos, a débito da conta de lucros acumulados, nos termos do artigo 23, §2º do estatuto social da Companhia e conforme manifestação favorável do Conselho de Administração. **VI. Deliberação:** Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata na forma de sumário, foi aprovada, pelo voto favorável da única acionista da Companhia, nos termos do artigo 23, §2º do estatuto social da Companhia, a proposta da Diretoria da Companhia de distribuição de dividendos, no valor total de R$1.196.912.000,00 (um bilhão cento e noventa e seis milhões novecentos e doze mil reais), a débito da conta de lucros acumulados, correspondendo a R$1,300701 (um real e trinta centavos) por ação, a serem pagos até 30 de abril de 2024. **VII. Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. *Confere com ata original lavrada em livro próprio* São Paulo, 10 de abril de 2024. **Daniela Anversa -** Secretária. JUCESP nº 218.026/24-9 em 06/06/2024. Maria Cristina Frei - Secertária Geral.

HYPERA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21.431

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: 18/06/2024, 10:00 horas, por videoconferência. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi realizada nos termos do artigo 21 do Estatuto Social e do artigo 18 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente - Alvaro Stainfeld Link, Secretária - Juliana Aguinaga Damião Salem. **4. Deliberações:** Instalada a reunião, após a discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **(a) Distribuição de juros sobre capital próprio:** (a.i) Na forma do Estatuto Social da Companhia, aprovar a distribuição de juros sobre o capital próprio, de R$ 0,09767 por ação ordinária, com retenção de imposto de renda na fonte, equivalente ao montante total bruto de R$ 61.752.591,88 (sessenta e um milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos), observado o disposto no item (a.iv) abaixo. (a.ii) O valor ora aprovado corresponde aos juros sobre capital próprio referente ao patrimônio de 2023 e, na medida do necessário, a anos anteriores ainda não pagos. (a.iii) O montante líquido a ser distribuído na forma de juros sobre capital próprio será imputado, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, ao montante total de dividendos que vier a ser declarado pelos acionistas da Companhia para o exercício social de 2024, na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis. (a.iv) Consignar que o pagamento dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos será realizado até o final do exercício social de 2025, em data a ser oportunamente definida pela Companhia, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final de 21 de junho de 2024. A partir de 24 de junho de 2024 as ações serão negociadas "ex-juros sobre capital próprio". Entre esta data e a data do pagamento não incidirá qualquer atualização monetária sobre o montante declarado. **(b) Autorização aos Administradores:** (b.i) A autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação tomada nos termos da presente ata. **5. Encerramento:** Nada mais. **Mesa:** Alvaro Stainfeld Link (Presidente) e Juliana Aguinaga Damião Salem (Secretária). **Conselheiros Presentes:** Srs. Alvaro Stainfeld Link, Bernardo Malpica Hernandez, Eliana Helena de Gregório Ambrosio Chimenti, Esteban Malpica Fomperosa, Flair José Carrilho, Hugo Barreto Sodré Leal, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, Maria Carolina Ferreira Lacerda e Mauro Rodrigues da Cunha. São Paulo, 18 de junho de 2024. **Juliana Aguinaga Damião Salem -** Secretária.

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000206 – Serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção e alarme de incêndio para Diversas Unidades. Abertura: 15/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000228 – Serviços de impressão, fornecimento, instalação e desinstalação de comunicação visual para Diversas Unidades. Abertura: 05/07/2024 às 10h30.

PE 2024012000252 – Fornecimento futuro e eventual de frutas secas, grãos e sementes para Diversas Unidades. Abertura: 03/07/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA | MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CORREGEDORIA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO E CONTROLE CORRECIONAL
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES DISCIPLINARES

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 19509710/2024-SEAC/CGCC/COGER

Número do Processo: 02018.001868/2021-04
Interessado: DPM COMÉRCIO DE MADEIRAS E EXPORTAÇÃO EIRELI

Brasília/DF, *na data da assinatura digital.*

EDITAL DE CITAÇÃO

A Presidente da Comissão designada pela Portaria de Corregedoria nº 141, de 11 de maio de 2023, publicada no BS nº 05 A de 12/05/2023, tendo como último ato a prorrogação efetuada pela Portaria Recondução nº 84 de 18/04/2024, publicada no BS 76 de 19/04/2024, do Corregedor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso de suas atribuições etendo em vista o disposto no artigo 161 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 256 do Código de Processo Civil, CITA, pelo presente edital, por se encontrar em local incerto e nãosabido, o Sr. WASHINGTON LUIS RODRIGUES, CPF XXX.946.628-XX, e o INTIMA a apresentar defesa nos autos do Processo nº 02018.001868/2021-04, via e-mail, por meio do endereço eletrônicocoger.cpad@ibama.gov.br, e o INTIMA a tomar conhecimento do cronograma de oitivas e interrogatório: 28/06/2024 (sexta-feira), às 10 hs (horário de Brasília), o Sr. L. P. P. A. C., CPF:XXX.XXX.XXX-15, na qualidade de testemunha, e 03/07/2024 (quarta-feira), às 10:00 horas (horário de Brasília), para interrogatório, na qualidade de acusado, através da plataforma Microsoft Teams. Na impossibilidade, pode-se protocolar documento na Corregedoria, situada no SCEN Trecho 2, Edifício Sede, Brasília/DF - CEP 70818-900. Os autos desse mencionado processo podem ser consultados em horário comercial, também na sede deste órgão.

(assinado eletronicamente)
RENATA LUIZA MIRANDA BARROS NUNES DE SOUSA
Presidente CPAD/COGER-IBAMA

Documento assinado eletronicamente por **RENATA LUIZA MIRANDA BARROS NUNES DE SOUSA, Presidente de Comissão**, em 07/06/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ibama.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **19509710** e o código CRC **ED41567E**..

Referência: Processo nº 02018.001868/2021-04 SEI nº 19509710

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Telefone: CEP 70818-900 Brasília/DF - www.ibama.gov.br

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE 19/06/2024

Nº do Processo: 024.00124304/2023-89
INTERESSADO: Gabinete do Secretário - Grupo de Informática em Saúde - GIS.
ASSUNTO: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informáticas (Antivírus).
NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 12/2024
Trata a presente Contratação de Empresa para a Prestação de serviços Especializados em Informática (Antivírus).
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0030644465, às quais me reporto ao despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO,** Dispensa Licitação nº 12/2024, observadas as normas legais incidentes, a contratação da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CPNJ: 62.577.929/0001-35,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso IX, da Lei federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em informática - Antivírus, no valor total de **R$ 1.687.320,00 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil trezentos e vinte reais). DECLARO** para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, **integralmente,** nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial CJ/SS Nº 376/2024 citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução 65/2024.

Banco MUFG Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 35.300.012.143
Convocação de Assembléia

São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Avenida Paulista, nº 1274, 1º andar, nesta Cidade e Estado de São Paulo, no dia **28/06/2024**, às **15:00 horas**, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Destituir 01 (um) membro do Comitê de Auditoria; b) Eleger 02 (dois) membros do Comitê de Auditoria; c) Consolidar a composição do Comitê de Auditoria, com a consequente indicação do Presidente e do membro qualificado; d) Fixar a remuneração anual global dos membros do Comitê de Auditoria e, consequentemente, alterar o termo e valor da "Remuneração Anual Global da Diretoria" para "Remuneração Anual Global da Diretoria e do Comitê de Auditoria"; e) Alterar os Capítulos VII e VIII do Estatuto Social e promover a sua consequente consolidação; e f) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 18 de junho de 2024. **Banco MUFG Brasil S.A.** Akihiko Kisaka - Diretor-Presidente.

ORE SECURITIZADORA S.A.

- Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

DÉCIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 27ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 27ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("16ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **10 de julho de 2024, às 15 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br. **Ordem do Dia:** A 16ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** alteração do fluxo de amortização; **(ii)** a concessão de prazo para reenquadrar a razão de garantia; e **(iii)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações, se aplicável, deverão ser enviadas acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 16ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 16ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 12.9. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, a maioria simples dos CRI em Circulação presentes à 16ª AGT, nos termos das cláusulas 12.16. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 20 de junho de 2024. Diretora de Securitização

INÊS 249

megaleilões GESTOR JUDICIAL

14ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **do executado e depositário ADVOCACIA EDUARDO MILREU – ME**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.673.262/0001-78**. O Dr. Christopher Alexander Roisin**, MM. Juiz de Direito da 14ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **FRIGOESTRELA S/A - em Recuperação Judicial** em face de **ADVOCACIA EDUARDO MILREU – ME - Processo nº 1083781-59.2021.8.26.0100 – Controle nº 1242/2021,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 02/07/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 05/07/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 05/07/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 26/07/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DOS BENS: LOTE 01: MATRÍCULA Nº 18.731 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** Um prédio á Avenida São Valerio nº 607, no 13º subdistrito, Butantã, e o terreno constituído pelos lotes 6, 7 e 8 da quadra 57, de bloco 7, da Cidade Jardim, com a área de 2.017,29m2, medindo 51,00m de frente para a referida Avenida São Valério, por 37,71m da frente aos fundes, do lado direito de quem de terreno olha para a rua, confrontando com o lote 9; 41,40m do lado esquerdo, onde confronta com o lote 5, tendo na linha dos fundos a largura de 51,12m2, confrontando com parte do lote 18 e com os lotes 19, 20 e parte do lote 21, todos da mesma quadra. **Consta na Av.20 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 50179209120194036182, foi decretada a indisponibilidade de bens de ADVOCACIA EDUARDO MILREU – ME. **Consta na Av.22 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Contribuinte nº 084.010.0035-1.** Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP débitos inscritos na Dívida Ativa no valor de R$ 939.509,71 e débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 81.862,10 (28/05/2024). **Avaliação do deste lote: R$ 5.599.351,51 (cinco milhões quinhentos e noventa e nove mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos) para outubro de 2023, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. LOTE 02: MATRÍCULA Nº 421 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP – IMÓVEL:** Um prédio à Avenida São Valerio nº 701, em Cidade Jardim, no 13º Subdistrito-Butantã, e o terreno medindo 20,16m de frente em curva concava, dos quais 12,40m em reta, por 27,88m do lado direito, 35,05m do lado esquerdo, 23,03m nos fundos, encerrando a área de 659,25m2,confrontando, do lado direito com o lote 2, do lado esquerdo com o lote 4 e nos fundos com o lote 25. **Consta na Av.08 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 50179209120194036182, foi decretada a indisponibilidade de bens de ADVOCACIA EDUARDO MILREU – ME. **Consta na Av.11 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Contribuinte nº 084.010.0019-1.** Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP débitos inscritos na Dívida Ativa no valor de R$ 326.059,05 e débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 28.011,20 (28/05/2024). **Avaliação do deste lote: R$ 1.829.867,04 (um milhão oitocentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e sete reais e quatro centavos) para agosto de 2023, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação no valor de R$ 1.882.539,61 (maio/2024). São Paulo, 06 de junho de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Christopher Alexander Roisin - Juiz de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br